

**CIMONE ROZENDO DE SOUZA**

**A COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO  
PARANÁ: O CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS  
DE PITANGA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ângela Duarte Damasceno Ferreira.

**Curitiba/Fevereiro  
2001**

*Este trabalho é dedicado àqueles  
trabalhadores e trabalhadoras rurais sem  
terra que apesar de todas as dificuldades  
acreditam e lutam por um mundo de liberdade.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, acima de tudo, o resultado da ação de uma rede solidária de pessoas, muitas vezes, anônimas. Gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra dividiram comigo as angústias e alegrias proporcionadas por esta pesquisa e que são, na realidade, os co-autores deste trabalho. Embora sejam muitos eu jamais poderia deixar de agradecê-los.

Agradeço:

A Verbenia, minha mãe, que me incentivou a investigar este tema e que desde muito cedo me ensinou a desejar um mundo diferente. Por ter sido paciente comigo e ter me ensinado a ser persistente mesmo quando tudo parecia perdido.

A professora Milena Maria Costa Martinez, minha professora e amiga que fez com que fosse inaugurada uma nova fase da minha vida, mostrando-me como se alia produção de conhecimento e luta.

A minha orientadora Angela Duarte Damasceno Ferreira por ter sido muito mais que uma orientadora. Por ter sido um exemplo como pessoa, valorizando as coisas simples da vida; como professora, sempre incentivando e abrindo espaços aos alunos nos fazendo acreditar que éramos capazes e que podíamos crescer mesmo quando muitos insistiam no contrário, e como amiga, não apenas que consola, mas aquela que nos coloca diante de nós mesmos. Agradeço também por ter apoiado a parte mais operacional da pesquisa colocando a disposição sua biblioteca, sua casa e muitas vezes até financiando parte desta. Minha mãe já havia me alertado, mas agora .... Obrigado Angela por endossar minha suspeita de que nessa vida realmente, tudo vale a pena.

Ao meu companheiro Josué Fonseca com quem dividi cada passo da execução deste trabalho, todas suas crises e suas vitórias. Obrigada meu amor por ter ficado ao meu lado e ter sido de fato um grande companheiro.

A Luara, minha filha, que nasceu em meio à execução desta pesquisa e que, apesar de todos os desafios que a maternidade impõe, só me fez mais forte e feliz. A você Luara que transformou completamente todas as esferas da minha vida reorganizando tudo com tanta delicadeza, obrigada.

A rede solidária de amigos que foi formada para que esse trabalho se concretizasse. A vocês meus amigos que: contribuíram nas questões mais teóricas da pesquisa, que me ajudaram nas fases críticas da minha gravidez, que me forneceram bibliografias e até mesmo cuidaram da Luara para que eu pudesse terminar a pesquisa. Obrigada a todos vocês que mais que grandes amigos são seres humanos fantásticos: Claodete e Xuxu, Marquinhos, Clotilde, Duda, Jaci, Vera Helena e Fábio, João Torrens, Abner, Anael, Bianchini, Arnaldo, Wagner, Edna e Adoniram.

A Sandra de Deus pela revisão do trabalho e por sua amizade.

A Patricia que gentilmente traduziu o resumo do trabalho

Aos meus colegas de trabalho da Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem que permitiram que eu me ausentasse para que esse trabalho pudesse ser finalizado e me deram apoio sempre.

Aos meus professores Alfio, Dimas, Maria do Carmo e novamente Angela pela dedicação, seriedade e simplicidade que fizeram da educação mais que uma profissão, uma opção de vida.

Aos colegas do Mestrado pelo carinho e aos novos e grandes amigos que fiz nessa turma.

Aos meus amigos da Secretaria do MST: Rogério, Nei, Luis e Carlos por proporcionarem minha participação em diversos encontros do MST além de cederem as publicações do Movimento para esta pesquisa.

Aos Agricultores e Agricultoras do assentamento Novo Paraíso que me receberam em suas casas e dividiram comigo suas experiências de vida, suas angústias e seus sonhos.

As secretárias do Departamento e Coordenação de Ciências Sociais, e do Mestrado de Sociologia das Organizações: Marilene, Cristina e Sueli pelo apoio concedido.

A Rede Alfa Estrela por ter concedido uma bolsa para realização da metade dos créditos do Mestrado no Colégio de Postgraduados em Montecillo, México e as Pró-Reitorias de Administração e Pós Graduação que concederam as passagens para viagem.

As Doutoradas Pilar Alberti e Yolanda Fernandez do Colégio de Postgraduados que me deram todo apoio necessário para que eu desenvolvesse um bom trabalho no México.

A família Monsalvo Velasquez que me acolheu em sua casa e fez de tudo para que eu me sentisse parte desta família: Lupita, Vero, Gabi, Rodrigo, Rubi, Daniel e Araceli.

A Núria, Nídia, Luis e Jesus “mis amigos consentidos” como costumavam dizer, que transformaram minha estada no México, uma experiência inesquecível. A estas pessoas que eu nunca tinha visto em minha vida e que se tornaram uma das coisas mais preciosas que um ser humano é capaz de fazer: amigos.

As minhas grandes parceiras: Rosangela, Gil, Elizete e Maria que cuidaram da casa e principalmente da Luara para que grande parte deste trabalho pudesse ser concretizada. Sem vocês, realmente este trabalho não teria sido possível.

Obrigado a esta vida que tem me dando tanto.

*“Digo: o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.*

**João Guimarães Rosa na obra Grande Sertão Veredas**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xiii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>MOVIMENTO SOCIAL, MEDIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>A ORGANIZAÇÃO DA PRIMEIRA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA PELO</b>	
<b>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E OS DESAFIOS DA COLETIVIZAÇÃO:</b>	
<b>A COOPROSERP .....</b>	<b>4</b>
<b>A METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>5</b>
<b>PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I – MOVIMENTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO, A</b>	
<b>PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE AGRICULTURA E A</b>	
<b>CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA COLETIVIDADE.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2. UMA CONCEPÇÃO SOBRE A AGRICULTURA E A ACOLETIVIDADE .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM</b>	
<b>TERRA: ORIGENS, ALIANÇAS E A CONTRUÇÃO DE UMA</b>	
<b>IDENTIDADE COLETIVA .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1. ORIGENS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2. A LUTA PELA TERRA A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO MST:OS EMBATES COM O</b>	
<b>GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL .....</b>	<b>35</b>

## **2.3. AS ALIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO.....39**

2.3.1. O PAPEL DAS IGREJAS NA ORGANIZAÇÃO DO MST E NA FORMAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO: IDEOLOGIA MISSIONÁRIA UM MECANISMO MOBILIZADOR ..... 40

2.3.2. OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS: CONFLITOS E ALIANÇAS COM O MST ..... 45

2.3.3. A INTERVENÇÃO ESTATAL NA ORGANIZAÇÃO DO MST E NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS..... 47

2.3.4. OS ASSESSORES DO MST ..... 48

## **CAPÍTULO III – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS NO ÂMBITO DO MST ..... 51**

### **3.1. OS NÍVEIS DE COOPERAÇÃO E OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS ..... 52**

3.1.1. O ACAMPAMENTO ..... 52

3.1.2. O ASSENTAMENTO ..... 58

3.1.3. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS ..... 64

### **3.2. AS ESTRATÉGIAS QUE ASSEGURAM A ORGANIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO MST..... 75**

## **CAPÍTULO IV – A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE PITANGA (COOPROSERP): CAMINHOS E DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA COLETIVIDADE ..... 78**

4.1. AS MOBILIZAÇÕES EM TORNO DA PRIMEIRA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DO MST ..... 78

4.2. A OCUPAÇÃO DA FAZENDA OTTO CUNHA: CONSTRUINDO “O NOVO PARAÍSO” ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ..... 82

4.3. PROJETO COLETIVO X PROJETO FAMILIAR: O DIFÍCIL DIÁLOGO ..... 87

4.4. OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO ..... 90

4.4.1. AS DISSIDÊNCIAS .....	98
4.4.2. OS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS .....	102
4.4.3. A SEMANA DE AVALIAÇÃO: POSSIBILIDADES DE MUDANÇA? .....	108
4.4.4. OS ESPAÇOS DE PODER NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA.....	113
4.4.5. A SITUAÇÃO ATUAL DA COOPROSERP.....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>133</b>

## LISTA DE SIGLAS

ASSESSOAR -	Associação de Assessoria e Assistência Rural
ASTROAGRI -	Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura
CCAs -	Centrais de Cooperativas dos Assentados
CEBs -	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM -	Conferência Episcopal Latino Americana
CNA -	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB -	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB -	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPANOR -	Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Ramada
COOPROSERP -	Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga
CPJP -	Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
EMATER -	Empresa de Assistência e Extensão Rural
FAEP -	Federação dos Agricultores do Estado do Paraná
FETAEP -	Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná
FIP -	Formação Integrado a Produção
GRBs -	Grupo de Reflexão Bíblica
IAP -	Instituto ambiental do Paraná
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCF -	Instituto de Terras Cartografias e Florestas
ITERRA -	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LE -	Laboratório Experimental
LOC -	Laboratório Organizacional de Campo
MASTEL -	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
MASTEN -	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES -	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MEAF -	Ministério de Assuntos Fundiários
MASTRECO -	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná

MASTRO -	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná.
MIRAD -	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPR -	Notas Promissórias Rurais
PNRA -	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária
PRRA -	Plano Regional de Reforma Agrária do Paraná
PT -	Partido dos Trabalhadores
SCA -	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAG -	Secretaria de Estado da Agricultura
SEMA -	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPAG -	Setor de Produção Agrícola
SEPAN -	Setor de Produção Animal
SESER -	Setor de Serviços.
SRB -	Sociedade Rural Brasileira
STRs -	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TAC -	Técnico em Administração Cooperativa
TFP -	Tradição, da Família e da Propriedade,
UDR -	União Democrático Ruralista

**LISTA DE TABELAS E QUADROS**

<b>TABELA I -</b>	<b>COMPOSIÇÃO SOCIAL COOPROSERP POR GRUPO DE IDADE.....</b>	<b>120</b>
<b>TABELA II -</b>	<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE HOMENS EM IDADE ESCOLAR.....</b>	<b>122</b>
<b>TABELA III -</b>	<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE MULHERES EM IDADE ESCOLAR.....</b>	<b>123</b>
<b>QUADRO I -</b>	<b>HISTÓRICO COOPROSERP ATÉ 1996.....</b>	<b>107</b>
<b>QUADRO II -</b>	<b>COMPOSIÇÃO DA COOPROSERP E SUAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.....</b>	<b>112</b>
<b>QUADRO III -</b>	<b>COMPOSIÇÃO DA COOPROSERP/ PARENTESCO /NOVAS FAMÍLIAS/CASAMENTOS/ DISSIDÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>

## RESUMO

A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no final da década de setenta trouxe a tona, por um lado, a necessidade de se efetivar a reforma agrária no Brasil e por outro possibilitou um debate político e intelectual maior sobre os problemas agrários: a miséria dos povos do campo, a migração forçada de trabalhadores e trabalhadoras rurais em direção às cidades, os conflitos relacionados à posse e/ou uso da terra, a estrutura fundiária altamente concentrada e excludente associada a um modelo agrícola direcionado a monocultura e a produção em grande escala. A concepção de reforma agrária gestada no âmbito do MST, além de sua reivindicação básica por terra se fundamentava também, na subversão deste cenário, pretendendo inclusive uma mudança na estrutura social em bases socialistas. A efetivação desta proposta passaria necessariamente por uma reorientação dos modelos de produção agrícola, baseados em formatos organizacionais focados, sobretudo, na organização coletiva. Nesse sentido é que se criaram as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no âmbito do MST, como a principal estratégia deste projeto mais geral de reforma agrária. No Paraná, a análise do processo de construção da primeira experiência de CPA ligada ao MST, a Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga (COOPROSERP) possibilita refletir sobre suas possibilidades e limites, seus caminhos e descaminhos como estratégia econômica, política e social objetivo que se propõe neste trabalho.

## ABSTRACT

At the end of the 1960s, the Movement of Landless Rural Workers (MST) brought to light the need for agrarian reform in Brazil and enabled greater political and intellectual debate on rural problems such as extreme poverty, conflicts surrounding the possession and use of land, the forced urban migration of rural workers, and the highly concentrated structure of land tenure associated with a model of rural development dominated by monoculture and large-scale agricultural production. In addition to its basic land claims, the MST put forward a concept of agrarian reform that sought the subversion of this condition and demanded changes in the social structure that were based on socialist ideas. The fulfillment of this concept called for the reorganization of production models around a collective foundation. It was in this spirit that the Agricultural Production Cooperatives (CPAs) appeared as one of the MST's principal strategies for agrarian reform. In the state of Paraná, an analysis of the development of the first CPA linked to the MST, the Pitanga Production and Services Cooperative (COOPROSERP), allows us to reflect on its potential and limits as well as its successes and failures as an economic, political and social strategy.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu refletir sobre criação das cooperativas de produção do MST como estratégia organizacional da produção agrícola e da efetivação da reforma agrária. Baseando-se na perspectiva geral do MST sobre a cooperação expressa em seus documentos e perceptível em sua trajetória, teve como referência empírica o estudo de caso da COOPROSERP.

### *Movimento Social, Mediação E Organização.*

A organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da luta pela terra no final da década de setenta e início dos anos oitenta originando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) inaugurou, por um lado, uma nova fase de enfrentamento político na história das mobilizações camponesas no Brasil e, por outro, incitou os intelectuais a vislumbrarem novas perspectivas de análise que pudessem dar conta desta reconfiguração do rural, pois *los campesinos, ponen en dificultades a aquellos investigadores y políticos para los que el «problema de su no desaparición» constituye un gran enigma* (SHANIN, 1979, p.23).

A emergência de novos atores políticos e de novas concepções pôs em questão as teorias da transformação social orientadas pelo privilegiamento do Estado como alvo condutor das intenções e possibilidades da ação política. Os intelectuais passaram a vivenciar o que FOUCAULT (1982) chamou de *insurreição dos saberes*.

A consolidação do MST se deu numa conjuntura política extremamente refratária às demandas populares e repressora de suas formas de manifestação e, no entanto, conseguiu recolocar incisiva e constantemente no cenário nacional o debate sobre a necessidade da realização da reforma agrária e também de estratégias de desenvolvimento rural que pudessem viabilizar tal reforma. Inicialmente, se organizou a partir de uma reivindicação pontual de acesso a terra, mas em seu processo de desenvolvimento e, principalmente, em função do leque de alianças estabelecidas com outros atores sociais foi incorporando elementos que deram origem a novas formas de luta, novas estratégias de reprodução social

ao mesmo tempo em que o próprio conteúdo de suas reivindicações foram se alterando. Com isto, o próprio conceito de reforma agrária ganhou um novo sentido para muitos dos agricultores e agricultoras ligados ao MST. Mais do que um plano para o desenvolvimento rural, ela passou a ser o ponto fundamental mobilizador de forças para a edificação de uma nova sociedade - a sociedade socialista.

A viabilização econômica dos assentamentos conquistados pelo MST se tornou, nesta dimensão, um desafio político estratégico pois representava a comprovação prática da eficácia da proposta de reforma agrária, o que implicou ao mesmo tempo, no seu entendimento, na legitimação da luta pela construção de uma nova sociedade. A partir desta situação, uma série de iniciativas visando a reprodução social das famílias assentadas começaram a ser implementadas (associação para de aquisição máquinas, roças comunitárias, etc.), dentre elas, aquelas envolvendo níveis maiores de associação dos meios de produção com o objetivo de dinamizar a produção e aumentar os níveis de sociabilidade entre os agricultores. Estas iniciativas tiveram a ver em grande medida, com uma certa apropriação do discurso dos atores sociais com os quais o MST mantinha sua rede de alianças e o poder de interferência destes atores nas ações do movimento. Pode-se destacar a Comissão Pastoral da Terra, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, partidos de esquerda e alguns intelectuais ligados à esquerda brasileira que assessoraram (e ainda assessoram) o MST.

As propostas de cooperação agrícola se configuraram no âmbito do MST, a partir destas interações. Na confluência das diferentes representações que estes atores faziam da cooperação, cada qual informada por um tipo de concepção de sociedade. Dentre tais propostas a de produção coletivizada baseada no modelo de CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias) foi sendo erigida como a principal estratégia de viabilização dos assentamentos de reforma agrária. *A partir do relacionamento com seus mediadores, o MST gradativamente recortou seu próprio espaço de intervenção e apropriou-se de práticas coletivas pertencentes originalmente a estes mediadores, recriando outras formas de organização* (TORRENS, 1992, p.12).

Segundo D'INCAO e ROY (1995), existiam pelo menos três concepções de sociedade que informaram as práticas coletivas existentes no MST: a primeira foi a de *comunidade*, informada principalmente pelas CEBs, que privilegiou as formas coletivizadas da produção como estratégia para transformar os homens em iguais, fraternos e solidários. A segunda foi a de *socialismo*, oriunda de uma certa concepção do marxismo dos partidos de esquerda que apoiavam o MST e também da própria direção deste movimento: a cooperação seria

facilitadora da mudança social, transformando os trabalhadores rurais e camponeses em trabalhadores sociais mais próximos da revolução e da construção da sociedade socialista. E, finalmente, a concepção dos *técnicos estatais* que pretendiam associar os trabalhadores rurais ou cooperá-los de modo a predeterminar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com as regras de mercado. Como muitos técnicos eram de esquerda produziu-se uma estranha combinação entre as diferentes estratégias políticas. Poderia-se adicionar a estas concepções o desejo dos trabalhadores rurais de se viabilizarem enquanto agricultores, o que pressupõe e sua viabilização econômica e também a *manutenção da sua identidade camponesa*, projeto que vislumbravam contemplar no desenvolvimento de formas coletivas de organização.

Ocorre, portanto, que as práticas coletivas empreendidas pelo MST dentre as quais se inclui as CPAs, se fundamentam num leque de concepções que influenciaram sobremaneira suas formas de organização e também suas estratégias de desenvolvimento. Não se trata de um tipo comum de organização, mas de uma forma muito particular gestada no interior de um movimento social como sua principal estratégia política, social e econômica na luta pela reforma agrária, uma organização pautada no fundamento ideológico do contexto da qual emerge.

Partindo destas reflexões mais gerais, a presente pesquisa analisou uma destas experiências, a COOPROSERP, com o objetivo de discutir em que medida tal organização viabilizou a vida nos assentamentos de reforma agrária e em que medida ela se constituiu um entrave a esta viabilização. Pretende-se, portanto, analisar suas possibilidades e limites na sua forma mais reflexa: os níveis de reprodução social dos agricultores e agricultoras envolvidos nesta organização.

A importância deste estudo situa-se em dois níveis distintos: primeiro, é que ele pretende fornecer subsídios (teóricos e empíricos) para que se possa compreender quais as implicações existentes numa organização criada por um movimento social e as dinâmicas organizacionais que derivam desta característica: seu perfil ideológico, suas estratégias organizacionais, sua eficácia na obtenção de objetivos políticos, sociais, econômicos e etc. O segundo nível e não menos importante, é que ele pretende contribuir com a discussão política do MST acerca desta forma de organização, como alternativa de viabilização da vida nos assentamentos de reforma agrária.

### *A Organização da Primeira Cooperativa de Produção Agropecuária pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os Desafios da Coletivização: A COOPROSERP*

Localizada no assentamento Novo Paraíso, município de Boa Ventura de São Roque, na região centro-oeste do Paraná, (conforme mapa I nos anexos) a COOPROSERP foi a primeira CPA organizada pelo MST no Brasil, no ano de 1989. O movimento pretendia desenvolver uma espécie de projeto piloto de cooperativa que pudesse servir como modelo a ser implantado nos assentamentos de reforma agrária. Desde sua criação, o MST vinha discutindo algumas formas de organização coletiva da produção, tanto internamente quanto com seus mediadores, e a proposta de se organizar uma cooperativa veio de encontro com esta pretensão e com a intenção de apresentar uma proposta alternativa aos projetos de assentamentos que estavam sendo implantados pelo governo a partir da promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

A possibilidade de levar a cabo tal projeto gerou uma grande expectativa por parte do MST, pois se esperava criar uma organização que pudesse dar conta da viabilização sócio-econômica do assentamento e ao mesmo tempo ser uma estratégia política de luta pela reforma agrária e por uma nova sociedade. A COOPROSERP, nesse sentido, seria a estratégia organizacional capaz de comportar um leque de objetivos almejados não somente pelo MST, mas também por muitos de seus mediadores, como se viu anteriormente.

A partir de uma certa apropriação das concepções marxistas sobre a cooperação, sobre o camponeses e o destino da agricultura que fundamentavam a proposta de CPA esperava-se que a COOPROSERP fosse um empreendimento moderno, produtivo e competitivo. Uma organização pautada na cooperação, capaz de canalizar os meios de produção e trabalho para níveis superiores de coletivização, possibilitando maior tecnificação e produtividade. Sua missão histórica era, de um lado, livrar os camponeses da proletarização inevitável numa organização de tipo familiar e, de outro, alicerçar as bases para o advento do socialismo por favorecer, pela sua forma de inserir os trabalhadores na produção, a construção de um novo homem – *o trabalhador social*. A COOPROSERP seria o “Novo Paraíso” onde se construiria uma *comunidade* de irmãos com relações mais solidárias e fraternas, cuja *coletivização* total seria uma importante arma na luta contra o grande capital e a perversidade das relações por ele geradas. Um espaço onde as famílias de sem terra, anteriormente expropriadas, pudessem

reconstruir suas vidas e realizar ali seus sonhos. *Novos homens e novas mulheres* imbuídos de uma mentalidade cooperativa na construção de uma nova sociedade (MORAES, 1986).

Pairavam sobre o ideário de CPA todos estes aspectos, que o MST vislumbrava efetivar a partir da criação da COOPROSERP. A incumbência de viabilizar tal projeto ficou a cargo de um grupo de pessoas cuja cultura se pautava no trabalho rural com a família, com mão-de-obra não especializada, baixos níveis de desenvolvimento tecnológico, baixos níveis de escolaridade, diferentes histórias, diferentes sonhos. A elas foi designado o papel de pôr em prática o projeto de CPA, baseado num modelo empresarial, que se pretendia moderno, mas social e solidário.

Todos estes aspectos fizeram da COOPROSERP uma organização *sui generis* e tiveram implicações em seu processo de desenvolvimento e viabilização.

### ***A Metodologia da Pesquisa***

O caminho percorrido por esta pesquisa é um intento de descrever, interpretar e compreender a CPAs no âmbito do MST, como estratégia organizacional. Para tanto, as CPAs serão concebidas num sentido mais geral da organização - como a *criação e a manutenção de formas particulares de vida coletiva*, e analisadas como proposto por FRIEDBERG (1996) qual seja, a organização enquanto *processo social*. Esta perspectiva possibilita averiguar as condições de emergência da organização, os mecanismos que asseguram a cooperação na organização (diferentes formas de poder), sua relação com o contexto, ou seja, a dinâmica que a organização assume para sua manutenção.

Tal tarefa implica num duplo esforço de análise, uma vez que as CPAs são organizações resultantes de uma estratégia de um movimento social, o MST. Nesse sentido, embora a análise das teorias dos movimentos sociais *stricto sensu* não sejam o objeto central desta investigação faz-se necessária esta incursão, pois permite considerar o contexto mais geral do qual emergiram estas cooperativas, ou seja, a dinâmica empreendida pelo MST que possibilitou o surgimento dessa organização (CHAZEL, 1995). Ao mesmo tempo, esta perspectiva possibilita a compreensão dos princípios ocultos na organização das CPAs, sua dimensão histórica e seus significados, descortinando a universalidade contida na realidade pré-interpretada pelas famílias que estão vivendo estas experiências, desvendando-as mesmo quando não são explicitadas. A que multiplicidade de *racionalidades* ela corresponde? Em

que medida atende a necessidades reais dos *atores sociais* envolvidos neste processo? Qual o espaço de *autonomia* (FRIDBERG, 1996) destes autores no âmbito da organização? Que leitura estes atores sociais fazem da história que estão vivendo? Quais são os mecanismos que garantem a cooperação entre estes atores? Que *efeitos de composição* (BOUDON, 1995) são gerados por esta organização? Ou seja, seus limites e suas perspectivas.

Deste ponto de vista, busca-se reconhecer a diversidade de perspectivas que constituem uma organização dessa natureza vencendo a barreira do visível (MARTINS, 1989) tendo em conta, parafraseando BOURDIEU, que as *evidências são inimigas do rigor*, utilizando, como proposto por LEIBNIZ e RUSSEL, o recurso das *evidências cegas - el objeto percibido no se transforma en un objeto construido como por un sencillo arte de magia matemática: sino en la medida en que simboliza la ruptura con las aparencias* (BOURDIEU, 1975, p.79). Nesta perspectiva, objeto e método se constroem constantemente e a dupla mão deste confronto permite ultrapassar os limites da obviedade, captando a essência que move determinada realidade social.

Partindo destes pressupostos, a revisão da literatura teve como base a teoria dos movimentos sociais e também a literatura rural marxista com o propósito de demonstrar que elementos do marxismo fundamentaram as formas de organização adotadas pelo MST, principalmente as CPAs.

### ***Procedimentos Operacionais Da Pesquisa***

A construção desta problemática de pesquisa remonta a um período bastante anterior a este trabalho. O interesse por este tema começou ainda em 1993, quando a autora teve oportunidade de participar do II Estágio de Vivência Multidisciplinar, organizado por alunos da UFPR, que tinha como objetivo fazer os estudantes conhecerem outras realidades. No ano de 1994 a 1996, ela participou de um projeto de Extensão Universitária desenvolvido pela Coordenação de Movimentos Sociais no qual foram desenvolvidos trabalhos de campo e pesquisas num assentamento de reforma agrária ligado ao MST. Logo no início do trabalho, já se explicitaram as diferenças entre os chamados *agricultores coletivos* e os *agricultores individuais*. Conhecer as origens desta oposição foi instigador para o grupo de estudos rurais. A partir desse momento começou a investigação que culminou com a execução do trabalho

monográfico de graduação em 1998 e agora com esta dissertação onde se buscou aprofundar alguns aspectos deste trabalho inicial.

Contudo, houve outros processos que contribuíram sobremaneira para constituição dessa pesquisa, fornecendo muitos elementos que não poderiam ser evidenciados numa pesquisa de campo rotineira e que cabem ser ressaltados aqui. A participação da autora no I Encontro de Mulheres Assentadas da Região Centro-Oeste do Estado, no I Encontro de Jovens Assentados da Região Centro-Oeste do Estado, nos vários encontros do Setor de Educação do MST, na Reunião do Sistema Cooperativista dos Assentados, no IV Estágio de Vivência Multidisciplinar no assentamento de Chapadão, município de Laranjal, no I Censo e Pesquisa nos Assentamentos de Reforma Agrária (onde a autora atuou como pesquisadora e coordenadora de campo), no Encontro da Região Centro-Oeste sobre Cooperação Agrícola, na cidade de Pitanga (onde foi feito primeiro contato para realização da pesquisa) e numa pesquisa sobre nível nutricional de crianças de zero a cinco anos em acampamentos e assentamentos do MST. Foram ocasiões para entrar em contato com o MST e conhecer seu processo interno de construção em torno das formas de organização dos assentamentos.

A tarefa inicial desta pesquisa foi um **levantamento bibliográfico** sobre o temas: cooperação agrícola, MST e organização. Posteriormente, foi realizada uma **pesquisa documental** através da qual foram sistematizados os dados disponíveis nos cadernos de formação do MST, jornais e outras publicações do Movimento com o objetivo de conhecer as discussões e as concepções que fundamentaram as CPAS.

A primeira visita ao assentamento Novo Paraíso, sede da COOPROSERP, foi feita em maio 1996 com o objetivo de ter uma idéia de suas condições, sua localização e articular junto às lideranças a fase de campo. Para o trabalho monográfico a **pesquisa de campo** foi realizada em duas etapas: a primeira durante todo o mês de julho de 1996 e a segunda no mês de março de 1997, com duração de uma semana. Na primeira etapa foram realizadas 12 **entrevistas gravadas** com aproximadamente 50 minutos cada uma. Destas entrevistas apenas duas foram com lideranças da Cooperativa, três com ex-sócios, cinco com outros sócios e duas com agricultores pertencentes a um grupo dissidente da Cooperativa, ASTROAGRI (Associação dos Agricultores Organizados na Agricultura) com o propósito de conhecer as causas dessa dissidência na perspectiva deles. Finalmente, após a transcrição das fitas, análise das entrevistas e análise dos documentos pesquisados, percebeu-se as lacunas ainda existentes em termos de dados, e decidiu-se voltar ao assentamento para complementá-las, o que foi feito em março de 1997. Além das entrevistas realizou-se, nesse momento, a **análise de**

**conteúdo** do material produzido pela Cooperativa (atas e regimento) com a intenção de recuperar parte de suas histórias, seus enfrentamentos, sua dinâmica e principalmente analisar como a concepção de CPA existente no material produzido pelo MST estava sendo levada a cabo na COOPROSERP.

Já especificamente para este trabalho de dissertação, foram entrevistadas oito famílias das 11 que compõem a COOPROSERP. A pesquisa foi feita em duas etapas, ambas no mês de agosto de 2000. As entrevistas foram em forma de perguntas abertas e outras questões fechadas onde se buscou recuperar: a trajetória de vida dos sócios - sua vida anterior ao ingresso no MST até o momento da opção pela cooperativa, e a partir disto quais foram suas dificuldades, suas conquistas, seus sonhos. Este recurso permitiu averiguar as principais mudanças ocorridas a partir da opção pela organização das cooperativas e também forneceu um panorama do funcionamento atual desta organização.

Como as pessoas se ocupavam o dia inteiro com trabalhos da Cooperativa e as entrevistas tomavam algum tempo procurou-se fazê-las nos horários livres. Isto posto, privilegiou-se, no período diurno a **observação direta** muito valiosa, pois foi possível checar informações fornecidas nas entrevistas, ao mesmo tempo que possibilitou considerar e analisar outros elementos que inicialmente não estavam no roteiro de pesquisa, mas que acabaram sendo imprescindíveis para o bom andamento deste trabalho. Neste sentido, destacou-se a participação em duas assembleias, na reunião de dois dos três setores de trabalho existentes na cooperativa e a participação na conclusão da semana de estudos realizada com os sócios da COOPROSERP e ASTROAGRI. Isto também foi muito importante porque possibilitou fazer uma avaliação geral da organização da Cooperativa e perceber que mudanças ocorreram de 1997 até agora.

## CAPÍTULO I

### MOVIMENTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO E UMA PERSPECTIVA SOBRE A AGRICULTURA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE.

#### *1.1 - Os Movimentos Sociais*

Os movimentos sociais enquanto objetos de estudo começaram a ganhar importância, sobretudo partir de 1960 nos EUA com a disseminação das manifestações populares em favor dos direitos humanos, melhoria das condições de vida, etc. A temática foi se institucionalizando à medida que foram sendo desenvolvidos vários trabalhos nessa linha abordando diferentes perspectivas desses movimentos sociais e conquistando mais espaço no debate acadêmico (CHAZEL, 1995).

Os estudos sobre os movimentos sociais se remontam inicialmente, por um lado, a uma abordagem que privilegiava o comportamento coletivo, partindo daí estudos ligados a uma linha da psicologia social e, por outro, já numa perspectiva mais ligada à sociologia, como um subproduto da luta de classes.

Tanto uma quanto à outra se mostraram frágeis sob um mesmo aspecto: a definição do que seria um movimento social. Segundo CHAZEL, (1995) sempre que se pretende definir os movimentos sociais depara-se com dois problemas: um de delimitação empírica e outro de identificação analítica, isto é, o grau de dificuldade de identificar empiricamente um movimento social a partir de um determinado conceito e vice-versa. Veja alguns exemplos: McCARTHY e ZALD, citados por CHAZEL (1995) propõem a seguinte definição: *Um movimento social é um conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social.*

Empiricamente que movimentos sociais enquadrar-se-iam nesse conceito? Pode-se dizer que somente aqueles movimentos sociais voltados para alguma forma de mudança social. Contudo, é preciso que se perceba que nem todo movimento social está orientado para

inovação. Eles podem estar organizados em torno de propostas que reivindiquem o restabelecimento da ordem. O movimento que se organizou no interior da Igreja Católica nos anos 60, por exemplo, em torno da Tradição, da Família e da Propriedade (TFP), reivindicava a manutenção, além de outras questões, da propriedade privada da terra ao mesmo tempo que se opunha aos movimentos sociais de luta pela terra e contra a intenção política do governo em fazer a reforma agrária. Embora fosse uma organização de cunho conservador, não deixava de ser um movimento social. Foi nesse sentido que CHAZEL colocou o problema da delimitação empírica e definição analítica.

Se para CHAZEL (1995) a definição de McCARTHY e ZALD exclui outras formas de manifestação dos movimentos sociais a definição proposta por ALAIN TOURAINE restringe ainda mais o seu alcance. Para este autor os movimentos sociais são identificados por um modo de ação, que é a ação conflitual; por um tipo de participante, o ator de classe, e, sobretudo por um desafio, o controle de sistema de ação histórico (CHAZEL, 1995).

Ora, os movimentos ambientalistas não seriam movimentos sociais nesse sentido. Seus atores não estão necessariamente identificados com uma classe específica e tampouco em oposição a uma outra classe. Também não pretendem deter o controle do sistema político. Na definição proposta por TOURAINE, apenas o movimento operário e o MST na sua organização atual seriam “candidatos ao título de movimento social”, parafraseando CHAZEL (1995).

Para CHAZEL, (1995) HEBERT BLUMER, avançou um pouco mais que TOURAINE nessa definição ao alertar para o fato de que um movimento social, inicialmente, não tem necessariamente uma intenção política no sentido de tomada de poder, mas é, fundamentalmente, portador de um protesto. Sua intenção só seria política no sentido de que todo o protesto é sempre uma confrontação. Para HERBELE, é essa confrontação que vai permitir as mudanças na natureza das reivindicações dos movimentos sociais, dando-lhe uma característica mais política ou menos política como é o caso do próprio MST que vai se constituindo gradativamente em movimento político (BONIN, 1990). Este é um ponto fundamental para o entendimento das organizações que surgiram no seio do MST, no caso de nosso interesse, as CPAs.

Essa perspectiva foge de uma visão determinista dos movimentos sociais principalmente aquela ligada a corrente da psicologia social (da qual HERBELE fazia parte) que acreditava que estes tinham um curso pré-determinado, ou seja, ela tolhia a capacidade dos atores sociais destes movimentos estabelecerem suas próprias estratégias. Neste sentido

concebia-os como uma massa acéfala que agiria somente em função do estímulo de uma liderança. Acreditava-se que o indivíduo num movimento social perdia todas as suas referências individuais e suas ações se pautariam apenas pela ação da massa, se comportariam como indivíduos hipnotizados, o que a corrente da psicologia social chamou de *fenômeno do contágio*.

As fragilidades de tal proposição há muito já foram contestadas pelos próprios membros dessa corrente como LE BON, HERBELE e outros. No entanto, sua contribuição se deu precisamente num ponto central do problema do desenvolvimento de um movimento social: a de que o protesto seria o elemento indicativo de seu maior ou o menor nível de politização. Para esta pesquisa isto é o elemento fundamental no qual se deve deter para a conceituação posterior dos movimentos sociais, à medida que permite averiguar os diferentes níveis de maturação desses movimentos, neste caso o MST, ou seja, analisá-los como *processo social* como foi proposto por CHAZEL (1995).

Esta perspectiva busca analisar as relações que esses movimentos estabelecem com seu contexto, sobretudo com seu contexto político. CHARLES TILLY, citado por CHAZEL (1995), demonstrou a dimensão da identidade social dos movimentos sociais e a peculiaridade destes pelo fato de estarem em grande medida, fora dos canais tradicionais de representação. O referido autor definiu os movimentos sociais como *sendo uma série ininterrupta de interações entre os detentores do poder e indivíduos que pretendem com êxito falar a favor de um conjunto de pessoas a quem falta representação formal*.

Embora essa definição seja pertinente no sentido já citado anteriormente, ela parece escamotear a dimensão conflitual dessa interação. Quais são as estratégias que os movimentos sociais utilizam no estabelecimento dessas interações? Ao interagir com outros atores sociais os movimentos sociais se modificam ao mesmo tempo em que produzem transformações ao nível da ação e das representações destes atores. Não se trata de uma via unidimensional. É nessa dupla mão que se definem e se redefinem posturas políticas, conceitos e representações.

Para esta pesquisa utilizar-se-á a definição de movimento social proposta por CHAZEL (1995, p. 295) *um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através de recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não-institucionalizados*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Do ponto de vista conceitual mais geral sobre os movimentos sociais, a princípio, o MST se encaixaria em qualquer uma das definições expostas. Na realidade, o que se buscou explorar nesta análise foram alguns elementos da teoria dos movimentos sociais que proporcionassem refletir sobre determinadas ações ou estratégias dos movimentos sociais e a perspectiva propostas por CHAZEL parece aprofundar um pouco mais estes aspectos.

CHAZEL (1995) concebe tal definição como um conceito em construção e, ao mesmo tempo, alerta para o fato de que uma sociologia dos movimentos sociais deve considerar quatro questões em sua análise: as dimensões macro sociológicas em que surgiram esses movimentos, ou seja, o contexto social que propiciou seu surgimento; deve-se considerar a dinâmica da ação coletiva no sentido de perceber quais os recursos que um movimento social consegue mobilizar para o desenvolvimento de sua ação; deve-se levar em conta seus componentes ideológicos e, finalmente, considerar as interações que os movimento sociais estabelecem com o contexto social, o que propicia abordar seu desenvolvimento e a diversidade de suas trajetórias e analisá-los como um processo social.

Isto posto, duas questões parecem fundamentais para que se possa entender a organização das CPAs no âmbito do MST: os componentes ideológicos que o informam enquanto movimento social e as interações que ele estabelece com o seu contexto social. Essa perspectiva permite analisar a forma e o conteúdo das estratégias que emergem de um movimento social, no caso, a CPA e se constitui num ponto chave para a compreensão da singularidade assumida por esta forma de organização. Pode-se a partir dessa reflexão entender as *razões válidas* que possibilitaram a criação de uma organização dessa natureza, ou seja, *o processo social* no qual ela foi gestada (BOUDON, 1995).

É nesta perspectiva que se desdobra a presente análise sobre a constituição e desenvolvimentos das CPAs: uma estratégia organizacional como resultado de um processo social vivido pelo MST, fundamentada num conjunto muito diverso de concepções no qual o marxismo assume, um papel preponderante.

### **1.2- Uma Concepção Sobre A Agricultura E A Coletividade**

A questão agrária se apresentou para o marxismo de maneira imperativa, no final do século XIX. A grande crise econômica de 1873, que havia atingido particularmente a agricultura, encontrara um partido operário revolucionário desarmado para enfrentar tal problema.

Os assuntos relacionados à agricultura e aos camponeses, não foram um tema central dos estudos de MARX, pois todo seu esforço estava concentrado em explicar as contradições fundamentais do capitalismo, existentes nas relações entre suas duas classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. O que MARX fez na realidade foram estudos circunstanciais sobre os camponeses na medida em que estes ajudavam a entender a própria dinâmica do

capitalismo ou as lutas populares de sua época. Para MARX, os camponeses no interior do capitalismo não constituíam uma classe fundamental, mas uma classe em transição, em dois níveis: historicamente constituía-se como um mero resquício do feudalismo e estruturalmente como uma classe em decomposição, tendente a desaparecer com o avanço das forças capitalistas. Por ser uma classe em transição era vista sempre como incapaz de articular um projeto global, constituindo-se, portanto, em uma classe a reboque, ora sob a influência capitalista, ora sob a influência do proletariado.

De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionários, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias é em consequência de sua eminente passagem para o proletariado; não defendem seus interesses atuais, mais seus futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. O lumpem-proletariado, esse produto passivo de putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia suas condições de vida o predisõem mais a vender-se à reação (MARX e ENGELS, 1977, p. 29).

Um outro problema decorrente do modo de vida camponês, analisado por MARX era o seu isolamento. Para MARX, os camponeses viviam uma realidade de isolamento social, constituindo-se uma classe, mas não uma classe para si mesma, o que impedia níveis maiores de cooperação com vistas a projetos de mudança social. *Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa cujos componentes desfrutam todos da mesma situação, mas sem estarem unidos uns aos outros por relações diversas ao seu modo de produção separa um dos outros em vez de os conduzir a relações recíprocas* (MARX, 1971, p.144).

Analisando o desempenho dos camponeses na revolução 1848, o que resultou em uma de suas obras clássicas, *O 18 de Brumário*, MARX dizia que os camponeses se comportam na sociedade tal qual se comportavam as “batatas num saco de batatas”. Não conseguiam se organizar, se representar, ou seja, não conseguiam estabelecer relações com vistas a um projeto. Isso somente aconteceria quando surgisse uma autoridade superior que lhes prometia “o pão do céu”, como no caso, Luis Bonaparte (SILVA, 1998). Sendo assim, segundo MARX, isso explicaria o fanatismo, o paternalismo e o messianismo presente no meio rural, onde os camponeses necessitavam sempre dos “dons que vem de cima” ou de fora, pois apesar de sua auto-suficiência e seu isolamento, em determinados momentos precisavam levantar-se contra algumas situações e o faziam, geralmente, apoiando aquele que se lhes apresenta como o salvador.

Contudo, ainda nessa obra, MARX reconheceu que qualquer transformação social somente ocorreria com o apoio dos camponeses. Era isto que explicava, por exemplo, o poder de Bonaparte, sobre a população francesa. Com o consentimento do camponês francês Bonaparte havia tomado o poder. MARX percebeu, com isso, que apesar de todas as contradições existentes, o peso político dos camponeses era essencial para qualquer mudança que se pretendesse. Assim, essa perspectiva negativa sobre os camponeses foi mudando substancialmente. Entre a publicação de *O 18 de Brumário* e o livro III de *O Capital*, MARX refaz algumas de suas percepções sobre o papel dos camponeses. Para MARX, era da classe proletária o papel fundamental (dirigente) na condução da revolução operária, mas esta somente se viabilizaria historicamente com a participação dos camponeses. Contudo, seria apenas um segmento dos camponeses com o qual o partido operário poderia estabelecer alianças: aqueles cujo avanço e desenvolvimento capitalista vinha inviabilizando a sua reprodução como camponeses *stricto sensu* e que estavam sendo gradativamente pauperizados e empurrados na direção de sua proletarização. Seria justamente este segmento dos camponeses que deveria apoiar os proletários no processo de edificação da sociedade socialista, um segmento constituído de pequenos proprietários, pequenos arrendatários, pequenos parceiros, enfim a pequena exploração agrícola em crise nos marcos do capitalismo.

Ainda no mesmo ano (1884) em que MARX escreveu sobre a renda fundiária, ENGELS publicou o texto “O Problema Camponês na França e na Alemanha”. Neste artigo ele analisou as principais propostas do programa agrário francês, abrindo o debate sobre o papel do partido operário revolucionário em relação aos camponeses.

Para ENGELS (1981, p. 60), *o campesinato é um elemento essencialíssimo da população, um fator essencial da produção e de poder político*. Da mesma forma que MARX, ENGELS dizia que a grande apatia manifestada pelos camponeses em relação ao poder político tinha a sua raiz no isolamento da vida rural. Contudo, *o desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola marcha irremediavelmente para ruína*<sup>2</sup>. Posto isto, não se oporiam ao projeto de edificação socialista, que ora se lhes apresenta. Portanto, se o partido operário socialista queria se converter numa potência teria antes, que ir da cidade ao campo, ou seja, convencer os camponeses de quão promissora será a proposta socialista para os camponeses. No entanto, não seriam todos os camponeses que o partido deveria arrebatar. Nesse sentido, o autor buscou esclarecer o papel do partido socialista em relação aos diferentes segmentos da classe camponesa.

ENGELS (1981, p. 62) reconheceu a diversidade que compunha a população camponesa. Ele identificou cinco categorias de camponeses com o objetivo de mostrar quais dentre estas deveriam ser conquistadas pelo partido socialista. Para ele, o pequeno camponês era o mais importante em termos numérico. O pequeno camponês era concebido como o *pequeno proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro- de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares*. O que diferenciava o pequeno camponês do proletariado moderno, segundo a análise de ENGELS, era o fato deste ainda deter a posse de seus meios de trabalho, o que *era conseqüentemente um vestígio de um modo de produção pretérito* e do seu antepassado, o camponês servo se distinguia em três aspectos: primeiro, detinha a livre propriedade da terra que cultivava; segundo, não dispunha da proteção da comunidade autônoma da qual pertencia e com isso perdera sua participação no usufruto da terra desta antiga comunidade; e terceiro, conseqüentemente, perdera metade de sua atividade produtiva anterior pois fora da comunidade não produzia mais tudo de que necessitava para sobreviver - perdeu sua *produção industrial acessória* (ENGELS, 1981, p.63).

Contudo, a propriedade livre do camponês era uma propriedade aparente, pois os impostos, as partilhas devido a transmissão por heranças, as más colheitas e as dívidas que acumulavam a maioria destes pequenos camponeses os empurrava, a cada dia para ruína.

Numa palavra, nosso camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário (...) Como futuro proletário deveria dar ouvidos à propaganda socialista, mas há algo que o impede, no momento, e esse algo é o instinto de propriedade que está em seu sangue (ENGELS, 1981, p. 63).

Embora esse desaparecimento fosse inevitável, ENGELS acreditava que não era o papel do partido socialista acelerar tal processo. Também fez uma crítica contundente aos socialistas franceses que pretendendo atrair para o partido os camponeses, prometeram assegurar suas propriedades individuais com o objetivo de lhes garantir liberdade. Para ENGELS (1981, p.67) isso era como “dar aos camponeses um momento para respirarem antes de que fossem enforcados” pois, como já bem frisou, sua propriedade era apenas aparente. *Sua tentativa de proteger o pequeno lavrador protegendo sua propriedade não protege sua liberdade, senão unicamente a forma específica de sua escravidão; não faz mais do que prolongar uma situação na qual não pode viver nem morrer.*

---

<sup>2</sup> Grifo nosso.

Para o autor, a propriedade dos meios de produção só poderia existir de duas formas: a individual, forma que não se aplicou, em parte alguma, de maneira generalizada para todos os produtores e a propriedade coletiva, cujas premissas materiais e intelectuais já haviam sido criadas pelo próprio desenvolvimento capitalista, para onde deveriam ser direcionados todos os produtores, operários e camponeses.

Aqui se estabelece a propriedade coletiva dos meios de produção como único objetivo principal a que se deve aspirar, não apenas para a indústria onde o terreno já está preparado, senão com caráter geral, e, portanto, também para a agricultura.(...) A missão do socialismo(...) se reduz na verdade em transferir os meios de produção aos produtores como propriedade coletiva (ENGELS,1981, p.67).

ENGELS acreditava que a missão fundamental dos socialistas em relação ao pequeno camponês consistia em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, e não pela força senão pelo exemplo. Essa seria a única maneira possível de proteger sua propriedade. Para ENGELS, era fundamental que os camponeses entendessem que era justamente a exploração individual, baseada na propriedade individual que os conduzia à ruína. Nesse sentido, as propostas do partido socialista eram sua única salvação. A cooperação seria o caminho para que se pudesse evitar tal situação. Partindo deste pressuposto, o autor destacou algumas vantagens da organização cooperativa, como a melhor distribuição da força de trabalho o que, conseqüentemente, geraria sobras de força de trabalho possibilitando assim cultivar um maior número de terras ou mesmo empregá-la na “indústria acessória”. Essa cooperativa camponesa deveria ser canalizada pouco a pouco para uma forma superior de cooperação. Por ter muito claro que essa passagem exigiria um processo de amadurecimento do os camponeses, em nenhum momento, ENGELS falou em expropriar violentamente os pequenos camponeses. Em relação ao campesinato médio ENGELS acreditava que este também estava em decadência por causa do endividamento e que poderia vir a colaborar se fosse de seu interesse, com a edificação da sociedade socialista.

É dever do nosso partido fazer ver aos camponeses constantemente e sem descanso que sua situação é totalmente desesperadora enquanto o capitalismo dominar, fazê-los ver a absoluta impossibilidade de mantermos sua propriedade intocada, a absoluta certeza de que a grande produção capitalista passará por cima de sua pequena exploração impotente e antiquada, com mesma facilidade com que um trem esmaga a um carrinho de mão.(...) Se estes camponeses perceberem que o desaparecimento de seu modo de produção atual é inevitável e tirarem as conclusões necessárias desse fato, que venham a nós, e já nos encarregaremos, na medida de nossas forças, a passagem ao novo modo de produção. De outro modo, teremos que abandoná-los a própria sorte (...) deixar que a evolução econômica se encarregue de fazer pensar as cabeças mais obstinadas (ENGELS, 1981 p. 69).

A única categoria de camponeses para qual o partido socialista tinham metas bem claras era a dos grandes proprietários de terras. Com esses, segundo ENGELS, não caberiam escrúpulos. Suas terras deveriam ser expropriadas com ou sem indenização, o que dependeria da conjuntura em que isso acontecesse, e seriam restituídas à coletividade e usufruídas pelos operários agrícolas. Estas cooperativas seriam o exemplo que persuadiria os camponeses ainda não convencidos das vantagens da grande produção coletiva.

Em 1899, no calor do debate sobre o problema agrário, surgiram quase ao mesmo tempo as duas obras socialistas mais sistematizadas sobre o tema, escritas por LÊNIN e KAUTSKY respectivamente: “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (LÊNIN, 1982) e “A Questão Agrária” (KAUTSKY, 1985) na Alemanha, escritas em contextos bem diferentes. Ao passo que na Rússia, LÊNIN enfrentava um capitalismo ainda em vias de desenvolvimento e um caloroso debate político e teórico contra os populistas, na Alemanha, KAUTSKY vivia uma situação onde o capitalismo já havia se consolidado e seu debate era com os sociais democratas cujos pressupostos se apoiavam na aparente contradição que o problema agrário levantava para a teoria marxista sobre as tendências do capitalismo.

O propósito de LÊNIN foi analisar e descrever todo o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia em seu conjunto enquanto KAUTSKY analisou as tendências fundamentais da evolução capitalista na agricultura e examinou os diversos fenômenos da agricultura contemporânea como manifestações particulares de um único processo geral. O aspecto que compunha o pano de fundo das duas obras era o reconhecimento do caráter progressista das relações capitalistas na agricultura.

LÊNIN, assim como MARX e ENGELS, destacou a dualidade inerente do os camponeses, tanto do ponto de vista histórico (seu papel) quanto do ponto de vista da sua situação (lugar na estrutura).

De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corvéia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário (LÊNIN, 1982, p. 9).

Para LÊNIN havia duas possibilidades de desenvolvimento da base econômica capitalista russa: a conservação da propriedade privada e sua transformação lenta em

estabelecimento capitalista – do tipo *junker*<sup>3</sup> ou a via *americana* (*family-farmer*) na qual o capitalismo se desenvolveria através da pequena propriedade camponesa e iria se modernizando constituindo-se assim, numa alavanca do desenvolvimento capitalista na agricultura. Para LÊNIN, a segunda via era que deveria ser apoiada pelos socialistas na fase burguesa da revolução russa. A primeira possibilidade conservava a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga superestrutura onde o papel dirigente caberia ao burguês e ao latifundiário o que poderia agravar ainda mais a situação da pequena exploração camponesa. Na segunda, *a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga “superestrutura” que lhe corresponde são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante...* (LÊNIN, 1982, p.11). Embora LÊNIN soubesse que na essência, se estava construindo uma revolução burguesa no meio rural, ele acreditava que ela representa possibilidades transformadoras.

LÊNIN analisou de que forma o desenvolvimento do capitalismo revolucionou o meio agrário, identificando algumas tendências principais: a primeira delas estava relacionada ao grau de dependência do camponês em relação ao mercado para ele *o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade, sem falar dos impostos* (1982, p. 113) A segunda, tinha a ver com a identificação de relações do tipo capitalista entre os camponeses. Segundo LÊNIN, *não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente a forma contraditória própria do sistema capitalista, isto é que não traduza a luta e a divergência de interesses.* (1982, p.113). Essa constatação derrubaria, segundo ele, a concepção populista de que o capitalismo na agricultura era natimorto e que comunidade camponesa seria resistente a uma formação do tipo capitalista. Para LÊNIN ela não somente representava o capitalismo, como também era sua base mais sólida. O que ocorreu foi que o desenvolvimento capitalista penetrou na agricultura de diferentes formas, mais lenta e gradualmente. A terceira tese tinham a ver com as conseqüências do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura que provocou um processo interno de diferenciação social dos camponeses e no limite, a desintegração dos camponeses ou a descamponização, ou seja, a destruição radical do antigo campesinato patriarcal com a conseqüente criação de novos tipos de população rural. A quarta tese era que essa desintegração dos camponeses mudava a composição social na agricultura propiciando o desenvolvimento dos grupos extremos em detrimento dos camponeses médios

---

<sup>3</sup> Denominação dada na Rússia aos grandes proprietários agrários da nobreza (LÊNIN, 1982, p. 10)

Dentre eles, e esta era a quinta tese, destacava-se a emergência da classe dos operários assalariados agrícolas. A sexta tese de LÊNIN era que o campesinato médio constituía o grupo menos desenvolvido entre os camponeses. Sua sétima tese tinha a ver com a criação de um mercado interno para o capitalismo criado a partir da desintegração dos camponeses. Tal desintegração constituía um processo contínuo e gradativo, agravado principalmente, pelo movimento migratório de camponeses em especial, o médio, em direção às cidades (oitava tese). Contudo, enquanto predominasse o desenvolvimento autônomo do capital comercial e usurário ele travaria a desintegração dos camponeses, na medida em que se desenvolvesse de uma forma mais capitalista tenderia a destruir os mercados rurais primitivos possibilitando o desenvolvimento de formas racionais de crédito que seriam investidos em maiores proporções, na produção e aceleraria assim, a desintegração (nona tese). Finalmente, também os remanescentes do regime de corvéia (pagamento em trabalho) corroboraram para que esta desintegração fosse de certa forma contida, por causa da economia mercantil existente nesse sistema.

Lançadas as bases para edificação da sociedade socialista, a partir da Revolução de 1917, acirrou-se o debate no seio do partido bolchevique em relação aos camponeses. LÊNIN (1982) reafirmou sua posição de apoio aos camponeses e a criação das comunas. Nacionalizou, de imediato a terra e incentivou sua apropriação pelos camponeses de forma organizada.

Para LÊNIN, foi a aliança com os camponeses que possibilitou vitória dos bolcheviques, e, portanto, o governo da aliança operário-camponesa deveria resolver primeiro, o problema dos camponeses.

LÊNIN exprimiu reiteradas vezes, sua posição em relação à expropriação das terras dos vários segmentos de camponeses. Dizia que não importava se este era pequeno, médio ou grande, não se tocaria no camponês de forma violenta, ao contrário do que tinha sido efetivado.

No fundo tudo aquilo de que necessitamos é de cooperativar a população russa em grau suficientemente amplo e profundo sobre o domínio da NEP, pois agora encontramos o meio de combinar os interesses privados, os interesses comerciais privados, da sua verificação e controlado pelo Estado, o meio da sua subordinação aos interesses gerais (...) Com efeito, o poder de Estado sobre todos os grandes meios de produção, o poder do Estado nas mãos do proletariado, a aliança deste proletariado com muitos milhões de pequenos e muito pequenos camponeses, a garantia da direção dos camponeses pelo proletariado, etc., não é isto tudo o que é necessário para edificar a sociedade socialista integral a partir da cooperação, a partir apenas da cooperação (...) Isto não é ainda a sociedade socialista, mas tudo isto é necessário e suficiente para sua construção (LÊNIN, 1980, p. 657 e 658).

Em seu texto sobre “A Cooperação” LÊNIN tentou convencer os camaradas da importância e das potencialidades da cooperação. Para ele, a cooperação era fundamental em dois aspectos: o primeiro no aspecto do princípio (a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado) e o segundo, no aspecto da passagem para uma nova ordem pelo caminho mais simples, fácil e acessível para o camponês. LÊNIN buscou sublinhar o caráter socialista desta proposta. Acreditava que somente com exemplos seria possível canalizar a produção camponesa para o regime de cooperativas.

Contudo, o autor dizia que apenas a partir de uma fase de grande desenvolvimento cultural da massa do povo poder-se-ia compreender as vantagens do regime cooperativo. Era preciso uma base material para que se desenvolvesse o regime cooperativo: bons níveis de alfabetização, garantias sobre sua produção, crédito etc., sem isso as cooperativas não se viabilizariam. Para LÊNIN, o centro da gravidade do trabalho dos socialistas deveria ser (depois da reconstrução do aparelho de estado) a organização cultural dos camponeses ou a ação cultural com vistas a atingir amplamente a cooperativização.

Outro socialista que se dedicou amplamente ao estudo dos camponeses, além de LÊNIN, foi KAUTSKY. A obra de KAUTSKY nasceu do debate travado no interior da social democracia alemã no que tangia a sua posição em relação aos camponeses. O autor fez uma crítica à forma pela qual os sociais democratas alemães estavam orientando suas políticas agrárias mostrando que muitas das medidas propostas acabavam por fortalecer o estado burguês ao invés de debilitá-lo, o que deveria ser sua tarefa fundamental.

O objetivo do autor no livro "A questão Agrária" foi analisar como se deu o desenvolvimento do capitalismo na agricultura desde o fim do feudalismo até o período em que lhe era contemporâneo, identificando a coexistência tanto de formas pré-capitalistas quanto não capitalistas de produção e qual seria o destino da sociedade agrária naquela conjuntura. Este estudo resultou da necessidade de uma teoria socialista mais sistematizada sobre a questão agrária uma vez que as teorias marxistas referentes aos fenômenos camponeses até aquele momento eram apenas circunstanciais e incompatíveis com a realidade da agricultura alemã, que experimentava uma rápida evolução capitalista no campo.<sup>4</sup>

KAUTSKY via a possibilidade da formulação de uma teoria universalmente verdadeira da evolução agrária, mas não de um programa agrário internacional como pretendiam os sociais democratas alemães que não consideravam as especificidades de cada região em termos de sua cultura, de sua posição geográfica etc.

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que a obra de LÊNIN “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, somente foi publicada depois da de KAUTSKY (LÊNIN, 1981).

Para KAUTSKY a agricultura não deveria ser considerada em si mesma, mas sim, em sua relação com o mecanismo de produção social. Dessa forma, pesquisou todas as transformações experimentadas pela agricultura no decurso do regime de produção capitalista, evidenciando a forma pela qual o capital se apoderava da agricultura revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas.

Segundo o autor, a subversão da agricultura teve seu início na dissolução que a indústria urbana provocou na indústria camponesa. Na verdade, a dissolução da indústria camponesa era datada na Idade Média quando surgiu a indústria urbana. Esse processo se intensificou à medida que ocorreu a ativação da relação entre campo e cidade com o surgimento de novas necessidades que foram impressas por esta dinâmica. O camponês não produzia mais apenas para sua subsistência, ele era acima de tudo um produtor de mercadorias, e, portanto, estava sujeito e dependente do mercado.

Concomitantemente a esse processo de transformação do camponês em produtor de mercadorias, ocorre a dissolução da família rural primitiva baseada na exploração da agricultura de subsistência, começa a servir de mão-de-obra em outras propriedades. Dessa forma, a evolução da indústria urbana suscita a procura de operários assalariados para suprir suas necessidades de mão-de-obra e cria no campo uma outra categoria de operários que por não possuírem uma quantidade de terra que produza mercadorias em quantidades possíveis de serem comercializadas, dispõem principalmente apenas do assalariamento de sua força de trabalho para sobreviver, mesmo se detém ainda a posse ou a propriedade de um imóvel rural.

KAUTSKY demonstra, através da experiência da sociedade de território baseada na cultura de três afolhamentos, como se passou da propriedade coletiva feudal da terra para propriedade privada, com o advento da transformação da terra em mercadoria e como esse fator atingiu todos os aspectos da vida camponesa, desde sua alimentação até suas formas de produção, enfim, quais foram as conseqüências do surgimento do mercado para a comunidade territorial. Assim, apesar do crescente processo de proletarização no campo com a subversão da propriedade rural, não se gerou uma classe revolucionária no campo capaz de modificar a estrutura decadente na qual se encontrava a agricultura. Abriu-se nesse momento, o caminho para a agricultura capitalista.

Seguindo a análise marxiana das vantagens da grande escala na maximização da tecnologia moderna e no aumento na produtividade do trabalho, o autor prestou-se à análise das vantagens da grande exploração sobre a pequena exploração, evidenciando não apenas o caráter superior nas questões de operacionalidade (técnicas superiores, racionalização da

produção) como a importância econômica (facilidade na obtenção de créditos e etc.) e social (divisão social do trabalho) desta para o conjunto da evolução agrária. Um dos fatores que merecem destaque foi a introdução da divisão social do trabalho na agricultura que segundo ele, possibilitou um salto qualitativo na produção, uma vez que o trabalhador se especializava num tipo de trabalho. Para KAUTSKY, a pequena exploração agrícola condena os camponeses a uma vida de miséria e barbárie. Os problemas com a comercialização dos produtos devido ao desconhecimento das questões mercadológicas, a falta de escala na produção, a falta de recursos tecnológicos para melhoramento do solo e diminuição do tempo de colheita, o difícil acesso aos créditos, as imensas dívidas hipotecárias fazem com que o camponês da pequena propriedade seja arruinado pelo desenvolvimento do capitalismo. Todos esses processos possibilitam o surgimento do operário assalariado no meio rural - freqüentemente um operário com lote - num processo de proletarização *sui generis*, semelhante à desintegração do campesinato analisada por LÊNIN.

A tese da superioridade da grande exploração assume um papel preponderante na fundamentação do autor. Ele acredita que a organização de cooperativas seja a maior prova da superioridade desta sobre as pequenas explorações. Contudo, sua preocupação é verificar se o sistema cooperativo é acessível ao camponês e até que ponto ele se mostra realmente superior. Acaba por constatar que essa superioridade tem seus limites para beneficiar o pequeno produtor, apesar de potencialmente evitar ao camponês algumas das explorações que está submetido pelo capital comercial. O problema para KAUTSKY é saber se a grande massa da população agrícola está preparada para a generalização deste tipo de organização sem uma penosa aprendizagem, pois, para que se consolide um sistema cooperativo é necessário que se consolide uma série de condições preliminares de ordem econômica, política e social. Uma destas condições preliminares é o próprio individualismo do camponês, que o torna refratário à experiências de cooperação e coletivização em geral. No entanto, é preciso que se leve em consideração à importância da organização cooperativa para a agricultura moderna. Se ela não se apresenta enquanto um modelo ideal para o desenvolvimento da agricultura como um todo nos moldes capitalistas, abre a possibilidade da substituição de capitais individuais por capitais comunistas e poderá ser um esboço de uma sociedade socialista. *Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletário tenha força de modificar a forma de sociedade, no sentido de seus interesses.* (KAUTSKY, 1980, p. 149).

KAUTSKY não acredita que a crise agrária se resolva nos quadros do capitalismo. Para ele, esta crise não é passageira, mas um fenômeno constante que revoluciona toda a vida econômica e política. A saída que o autor aponta para a agricultura é a união completa entre a indústria e agricultura, a grande empresa agrícola numa sociedade capitalista. Reafirma sua posição de apoio à formação de cooperativas mostrando que ao contrário do que fazem as cooperativas no capitalismo, que tende a transformar o camponês num operário da indústria, ela acaba por transformá-lo num proletário rural. Lembra KAUTSKY que, na construção do socialismo, o proletário industrial não poderá se libertar sem ao mesmo tempo libertar a população agrícola. Os elementos revolucionários, portanto, estariam na indústria. *A evolução social segue na agricultura o mesmo caminho que na indústria. As necessidades industriais, assim como as condições sociais, nesta como naquela, empurra-os para a grande exploração socialista, cuja forma mais alta conjuga a agricultura e a indústria numa sólida unidade* (KAUTSKY, 1980, p. 329).

Em 1929, STALIN publica o texto “Sobre o problema da política agrária na URSS” apoiando o movimento kolkhosiano, de grandes cooperativas de produção composta por antigos pequenos camponeses, demonstrando que ali estava o caminho a ser seguido na continuidade da construção do projeto socialista. Contrapõe-se às idéias de vários autores de sua época especialmente CHAYANOV (1974) que propunha uma forma de coordenação vertical na agricultura, sem a expropriação do campesinato, para se resolver os problemas agrários na Rússia.

Para STALIN, a sociedade moderna só poderia sobreviver se acumulasse ano após ano, e, portanto, não haveria outra forma senão o aumento da produção. Apoiar e fornecer mecanismos que garantissem o crescimento da economia socialista centralizada em grande escala era papel do Estado soviético que com isto alicerçaria ao mesmo tempo seu poder e a sociedade socialista. Portanto, não caberia ao governo soviético apoiar a pequena exploração dispersa e atrasada.

Ampliar as explorações agrícolas, tornar a agricultura apta para um regime de acumulação, para a produção intensiva, transformando deste modo a base agrária da economia soviética, seria a solução proposta por STALIN. O que seria possível de duas formas:

Há o caminho capitalista, que consiste em ampliar as explorações agrícolas, transformando para elas o capitalismo, caminho que conduz ao empobrecimento do camponês e o desenvolvimento da exploração capitalista na agricultura. Este caminho é vedado para nós por ser incompatível com a economia soviética. Mas há outro caminho, que é o caminho socialista, que consiste em semear de kolkhoses e solvkhoses, em nossa agricultura e que conduz o agrupamento das pequenas economias camponesas em grandes unidades agrícolas coletivas, munidas da técnica e da ciência, e à eliminação dos elementos capitalistas do campo. Este segundo caminho é o nosso. (...) ou marchamos para trás ou para frente. Não há, nem pode haver solução intermediária (STALIN, 1981, p.168).

STALIN acreditava que, como na cidade, a pequena economia agrícola deveria marchar rumo à industrialização, pela construção de grandes unidades agrícolas tecnificadas e coletivizadas. *A cidade deverá arrastar consigo o campo, com seu regime de pequena economia camponesa, semear de kolkhoses e solvkhoses o campo, e transformar a aldeia na base de uma nova convivência harmônica socialista* (1980, p.170).

A possibilidade de transformação técnica das atividades agrícolas seria, para STALIN, a maior vantagem dos kolkhoses sobre a pequena exploração.

Hoje, depois do desenvolvimento intensivo do movimento kolkhosiano, o camponês tem a possibilidade de associar seu trabalho ao trabalho dos vizinhos, agrupar-se com este num kolkhóz, cultivar a terra virgem e aproveitar as terras abandonadas, obter máquinas e tratores, duplicando e até triplicando assim a produtividade de seu trabalho.(...) Significa que hoje, o camponês, graças ao regime kolkhosiano, pode produzir muito mais do que antes sem necessidade de trabalhar mais (STALIN, 1980, p. 176).

Ademais destas vantagens, para STALIN, o desenvolvimento do movimento kolkhosiano deveria acabar com a antítese entre cidade e campo, mudando a psicologia do camponês.

O camponês do velho regime, com sua desconfiança feroz da cidade, que considerava o como um ladrão, vai passando para o segundo plano, substituído pelo camponês do novo regime, pelo camponês kolkhosiano, que olha para a cidade com a esperança de obter dela uma ajuda efetiva para a sua produção. O camponês de tipo antigo, que temia descer à condição de camponês pobre, que penas escalava furtivamente ao posto de kulak (...) é substituído por um novo tipo de camponês, diante do qual se abre uma nova perspectiva: a de entrar para um kolkhóz, saindo da miséria para marchar pelo largo caminho da prosperidade econômica. (...) Para transformar o camponês kolkhosiano ainda é preciso trabalhar muito sobre ele matar nele a psicologia individualista ... isto será conseguido com tanto mais rapidez quanto mais rapidamente se mecanizarem e tratorizarem os kolkhoses (STALIN, 1980, p.178).

A concepção de que a mudança técnica poderia mudar as relações sociais é também um dos aspectos apropriados pelo MST em sua proposta de coletivização. Em geral, os

elementos do marxismo apontados nesta revisão representam concepções fundamentais que permeiam toda a proposta coletiva empreendida pelo MST: o isolacionismo como fator determinante da ação conservadora camponesa, a unidade de produção familiar como organização em decadência, a divisão social do trabalho como elemento fundamental para o desenvolvimento da unidade agrícola, a produção com escala como a única possibilidade de se manter no mercado, o fim da propriedade privada e a produção coletiva como a grande saída frente a inevitável ruína da unidade econômica familiar. A constituição das CPAs nos assentamentos de reforma agrária representaria, no entendimento do MST, a possibilidade de se reconstituir essa proposta socialista

## CAPÍTULO II

### **MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: ORIGENS, ALIANÇAS E CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA.**

A análise esboçada aqui tem o objetivo de recuperar brevemente a trajetória de organização do MST no Paraná até o momento em que surgem as Cooperativas de Produção Agropecuárias, apontando os principais atores sociais com os quais ele estabeleceu alianças, demonstrando de que forma estes contribuíram em sua constituição e em suas formas de organização.

#### ***2.1 – Origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.***

As situações de extrema espoliação dos agricultores brasileiros, derivada do modelo de desenvolvimento adotado pelo governo militar, criaram em grande medida, as condições subjacentes para o surgimento e redefinição do caráter de luta dos movimentos sociais que se organizaram a partir da metade da década de setenta entre eles, o MST (BONIN et al, 1991).

Aliado a isto, outros fatores contribuíram para o recrudescimento dos movimentos de luta pela terra. Dentre eles pode-se destacar:

- A reorientação das práticas da Igreja Católica a partir da II Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM) em Medellín, na Colômbia no ano 1968, e em parte, da III CELAM, realizada em Puebla, México, em 1979, onde membros da igreja buscaram interpretar, à luz da realidade terceiro mundista, o documento do Concílio Vaticano II (1962-1965);
- A construção em série de barragens por todo o país também como parte do pacote modernizador expropriando grandes quantidades de agricultores;

- As fissuras existentes no bloco do poder do regime militar que se tornam mais visíveis a partir desse período, expressas em manifestações de dissidências em diversos planos (empresarial, administrativo, partidário e militar) cuja explicitação criou mais espaços para contestações localizadas contra o regime ou pelo menos contra parcelas de suas políticas;
- Uma certa mudança dentro das estruturas dos sindicatos de trabalhadores rurais com um aumento significativo de filiações e com a eleição de novas diretorias formadas com elementos oriundos, em grande parte, do trabalho de base realizado pela igreja.<sup>5</sup>

A concatenação destes fatores impulsionou a reparição dos movimentos sociais rurais que se configuraram a partir de então em todo o país não envolvendo apenas a luta pela terra em si, mas outras reivindicações ligadas à agricultura. No caso específico do Paraná, estas mobilizações se organizaram nesse período, em torno de três eixos que, posteriormente, serviram como elementos catalisadores das condições para a criação do MST (FERREIRA, 1987, p.23).

- A luta pela justa indenização das terras inundadas pela construção das barragens de Salto Santiago, Foz do Areia e, principalmente, Itaipu;
- Os conflitos localizados ligados à posse da terra em que se destacaram as regiões Oeste, Sudoeste e Norte Pioneiro. No sudoeste tiveram maior repercussão os conflitos envolvendo as reservas indígenas do Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, e de Mangueirinha, e diversos focos conflitivos relacionados à titulação e à grilagem de terras; destacando-se os casos do Imóvel Chopinzinho e Marmeleiro e outros casos menores ocorridos em Guaraniaçu, Santa Helena, Coronel Vivida e Assis Chateaubriand (TORRENS, 1992);
- Os conflitos gerados pela política agrícola federal, representado pelos movimentos por condições de produção e comercialização, tendo como consequência as manifestações contra as Notas Promissórias Rurais (NPR) em 1979, as manifestações dos suinocultores e as dos produtores de feijão em sua contestação contra as exigências para liberação do PROAGRO .

---

<sup>5</sup>No Paraná neste período a conquista dos sindicatos de Marmeleiro, Barracão e conduzindo os processos de criação dos sindicatos de Pitanga, Quedas do Iguaçu, Mangueirinha e Reserva foi de grande importância para a estruturação do MST (TORRENS, 1992).

O surgimento desses focos de conflito foram essenciais para a constituição do MST no Paraná. No entanto, foram os problemas decorrentes da instalação da Hidrelétrica de Itaipú que suscitaram o movimento social que se constituiu num marco para a organização popular no meio rural paranaense, o MST.

Segundo Ferreira, *O histórico desse movimento deve se reportar à data de 26/04/1973, quando foi assinado o Tratado de Criação de Itaipu e a Declaração Conjunta entre Brasil e Paraguai pelos respectivos presidente dos dois países, na época, Emílio Garrastazu Médici e Stroessener* (FERREIRA, 1987, p.38)

A construção desta hidrelétrica teve conseqüências graves para os agricultores situados nas regiões que seriam inundadas pelas águas de Itaipu.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu comprometeu, para sua construção, cerca de 111.332 ha do território paranaense, abrangendo partes dos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, todos componentes da micro-região do oeste do estado. As águas do reservatório inundaram tanto áreas rurais como urbanas, habitadas por cerca de 42.444 pessoas, sendo 38.445 no meio rural e 3.999 no meio urbano. Ao todo o número de desapropriados chegou a 6.263 estabelecimentos, com tamanho médio de 15 ha (FERREIRA, 1987, p. 38).

Apesar do Tratado de Criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu ter sido assinado em 1973, somente em 1975 foi iniciado um programa de “esclarecimento” popular da natureza da obra. Este “esclarecimento” deu-se de forma bastante propagandística, mostrando apenas os benefícios que a construção da hidrelétrica traria para a comunidade. Algumas reuniões foram feitas para tranquilizar as pessoas que seriam remanejadas e informar sobre como se daria a indenização de suas propriedades (FERREIRA, 1987).

A proposta era de que até 1978 seria feita a indenização para que a partir deste ano os agricultores afetados fossem retirados, desta forma haveria tempo para a aquisição de novas terras. No entanto, chegara 1978 e as indenizações não foram feitas. Neste momento a relação entre a empresa e os atingidos começou apontar os primeiros conflitos.

Contudo não havia uma organização consistente para reagir contra a ação da empresa. Foi nesse contexto que as ações das Igrejas Católica e Luterana tornaram-se mais frequentes no movimento suscitado pela construção da barragem de Itaipu, discutindo e sistematizando com as famílias suas reivindicações. Estas igrejas principalmente através da CPT (Comissão Pastoral da Terra) apareceram assim, como um importante espaço para articulação dos movimentos camponeses e mais tarde até mesmo do movimento sindical rural. Estas ações culminaram, em março de 1978 com um projeto denominado “Arca de Noé”. Este projeto

consistia, inicialmente, em debater à luz do evangelho a realidade a qual estavam submetidos os agricultores (FERREIRA, 1987).

Nas reuniões, os agricultores discutiam questões como obter um preço melhor por suas terras, de conquistar o reassentamento, bem como a organização que deveriam construir para enfrentar seus oponentes e defender seus interesses imediatos. Com isto a CPT transformou desde logo a expropriação numa questão de natureza eminentemente política. Após aproximadamente seis meses de discussão a CPT reuniu 1.500 agricultores na cidade de Santa Helena, onde elaboraram um documento descrevendo a situação dos agricultores atingidos e quais eram suas reivindicações, sendo enviado em forma de abaixo-assinado para o então Presidente da República, General Ernesto Geisel. Vendo que o documento não teve a repercussão que esperavam, os sindicatos, a CPT, a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP), parlamentares e algumas autoridades locais elaboraram outro documento com as reivindicações já levantadas e convocaram a segunda assembléia para abril de 1979 na mesma cidade, onde participaram aproximadamente 2.000 agricultores (FERREIRA, 1987).

Nesse período (1978 a 1979), tanto os STRs da região quanto a FETAEP (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná) começaram a apoiar mais organicamente o movimento engendrado por estes agricultores.<sup>6</sup> Nesta assembléia aprovou-se um documento que foi enviado para diversas autoridades entre elas, ao Presidente da República, ao Presidente de Itaipu, aos ministros do Interior, das Minas e Energia, da Agricultura e da Previdência e Assistência Social, ao Superintendente do INCRA e foi entregue também à CNBB, à CONTAG e à imprensa. Enquanto aguardavam providências em relação às reivindicações contidas no documento, os agricultores e as entidades que os apoiavam continuaram suas reuniões no sentido de se arregimentar inclusive tecnicamente para os possíveis embates que teriam no decorrer desta discussão. Com isso, era possível obter mesmo antes da avaliação dos técnicos da Itaipu, o valor real de indenização da área que seria desapropriada (TORRENS, 1992).

Assim como a construção da barragem de Itaipu, a construção das barragens de Salto Santiago e Salto Osório também fizeram com que suscitasse um processo de mobilização e organização dos agricultores. Ambos movimentos estavam ocorrendo paralelamente e a contraposição aos processos de espoliação sofridos pelos agricultores tanto no caso das barragens de Salto Santiago quanto de Salto Osório também foi realizada com a ajuda da CPT.

---

<sup>6</sup>Segundo GERMANI citada por TORRENS (1992), a CONTAG teria exercido uma pressão para que a FETAEP e os STRs não ficassem de fora desse processo.

Em 1980, a situação dos agricultores da área de Itaipu continuava a mesma. Com as possibilidades de negociação esgotadas depois da tentativa frustrada de enviar mais um abaixo-assinado, os agricultores apoiados pela CPT, organizaram no mês de julho o cerco ao escritório de Itaipu onde permaneceram durante dezessete dias acampados. Este movimento denominou-se “Justiça e Terra”. A realização desse movimento não contou com a participação dos STRs locais; no entanto, uma delegação de 31 representantes de STRs da região levaram para os acampados uma nota de solidariedade assinada por 71 sindicatos de três micro regiões do estado (FERREIRA, 1987).

O movimento ainda recebeu apoio de deputados federais e estaduais, vereadores dos municípios vizinhos, pastores das Igrejas Quadrangular e Assembléia de Deus bem como moções de solidariedade advindas dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo etc. A concentração terminou quando as partes envolvidas chegaram a um acordo no que se relacionava aos critérios de avaliação das indenizações e o reajuste das mesmas (TORRENS, 1992).

O período que precedeu o acampamento foi acompanhado de perto pelos agricultores e CPT no sentido de vistoriar se as promessas estavam sendo cumpridas. Ao final de 1980, a empresa não havia cumprido grande parte do acordo, portanto decidiu-se promover uma segunda manifestação com o acampamento no centro executivo de Itaipu, porém o forte policiamento fez com que os agricultores tivessem que mudar o local para o trevo de acesso à mesma. Local que passou a ser conhecido, depois deste episódio, como “Trevo da Vergonha” (TORRENS, 1992).

Esta manifestação, mais estruturada, contou com a presença de assessores dos agricultores e com um advogado da OAB dirigindo as reuniões, e teve como lema “O Preço da Paz: Justiça e Terra”. Participaram desta manifestação cerca de 2.000 agricultores que permaneceram concentrados durante aproximadamente 54 dias. Ao contrário do primeiro, este movimento obteve resultados significativos (FERREIRA, 1992).

Apesar destas conquistas o Movimento “Justiça e Terra” continuou ativo, promovendo outras manifestações com o propósito de não se desarticular até serem resolvidos todos os casos pendentes (FERREIRA, 1987).

Com a avaliação do movimento, concluiu-se que as conquistas foram satisfatórias, apesar da exigência de equidade entre a terra desapropriada e a adquirida não ter sido alcançada a contento. Assim, partindo dessa experiência com os “expropriados”, a CPT e os STRs ligados à sua linha de atuação perceberam, num determinado momento da luta, que as condições para a ampliação do movimento poderia ser concretizadas, caso se criasse uma

organização de caráter mais amplo que não se restringisse apenas aos expropriados, mas que incorporasse nas suas fileiras os milhares de arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados rurais (volantes ou permanentes) ou ainda os pequenos proprietários rurais com terra insuficiente para garantir a sua reprodução ( FERREIRA, 1987).

Estavam dadas as condições para o surgimento de um movimento de caráter regional que buscaria, de um lado, confrontar uma nova identidade coletiva no cenário das lutas sociais no campo e, de outro lado, criar as bases para uma estrutura de representação independente do movimento sindical e voltada para a conquista da terra (TORRENS, 1992).

Em 1981, já no findar do movimento de Itaipu, constatou-se que cerca de 500 famílias de agricultores ficaram sem terra ou ocupação. Com um cadastramento feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela CPT, revelou-se o quanto era expressivo o anseio por terra, sendo que mesmo aqueles não atingidos pela barragem também acabavam por se inscrever, já que se encontravam ameaçados de não terem seus arrendamentos renovados devido ao intenso processo de mecanização. E até mesmo aqueles que foram expulsos do campo e moravam na periferia das cidades reclamavam por terra devido às más condições de trabalho e baixos salários. Desta forma a CPT e os Sindicatos Rurais locais continuaram fazendo inscrições das famílias sem terra e resolveram continuar fazendo discussões a respeito da posse da terra. Essas reuniões aconteciam de 20 em 20 dias, resultando na formação de comissões com três membros, em geral presidente, secretário e tesoureiro (FERREIRA, 1987).

Numa reunião de agricultores em Medianeira, resolveu-se organizar um movimento que reivindicasse o acesso a terra. Nesse sentido, o movimento de Itaipu trouxe à tona, de forma organizada, a questão do direito à terra, constituindo-se em condição relevante para o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná - MASTRO.<sup>7</sup> Esse movimento se articulou, a princípio, no Oeste em função da precariedade da situação da região (escassez da terra para arrendamento e diminuição do emprego rural) e mais tarde, fez com que outros movimentos como ele se estendessem por várias regiões do Estado.

Um elemento importante para o fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais neste período, foi o trabalho de assessoramento prestado a eles, em grande parte, pelos próprios funcionários do estado como os da EMATER (Empresa de Assistência e Extensão Rural) e da SEAG (Secretaria de Estado da Agricultura) favoráveis à realização da reforma agrária. É claro que tal fato não representava nenhuma regra geral dentro da estrutura estatal

---

<sup>7</sup> O depoimento de um posseiro que havia integrado o MASTER do Rio Grande do Sul, inspirou os coordenadores desse trabalho a criarem a sigla MASTRO (MST, 1986, p. 58).

como um todo, mas é inegável o papel que estes tiveram na estruturação do movimento que deu origem ao MST.

A conjuntura política que se configurou a partir de 1982 com a eleição do governador José Richa abriu a possibilidade para possíveis intervenções do movimento pois, cinco das sete pastas do seu governo foram destinadas a pessoas que haviam feito parte do movimento de resistência à ditadura militar. Para aquela conjuntura, a formação de uma equipe como esta representou uma estratégia importante para os movimentos populares de um modo geral, pois estas nomeações viriam a ser um canal importante de negociação para estes.

Na secretaria da agricultura, por exemplo, foi indicado o nome de Claus Germer que era ex-assessor da CPT e, portanto já tinha uma trajetória de luta junto aos trabalhadores rurais. A estruturação de uma equipe desse porte gerou uma credibilidade por parte dos movimentos populares organizados, principalmente o de Itaipu que vislumbrava a possibilidade de efetivação das suas reivindicações (TORRENS, 1992).

Do ponto de vista da organização dos quadros administrativos, o governo de José Richa se mostrava com uma postura bastante progressista tanto em relação aos governos que o precederam quanto em relação aos governos de outros estados. No momento em que o país passava por um processo de transição democrática e uma série de redefinições políticas, o Paraná representou um dos precursores desta transição a partir do momento que se consolidou no interior da estrutura estatal, pelo menos num primeiro momento, um programa político no qual tanto os movimentos populares urbanos quanto rurais tinham a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas.

Apesar disto, os agricultores pertencentes ao MASTRO perceberam que indicação de alguém comprometido com a luta dos trabalhadores por si só não era suficiente. Era preciso alguma forma de pressão para que o governo estadual como um todo atentasse para a gravidade do problema fundiário no estado. Dessa forma, em 1983, o MASTRO mobilizou um grupo de 35 famílias de sem terra e ocuparam a Fazenda Cavernoso, no município de Guarapuava<sup>8</sup>. O MASTRO realizou ainda, em julho de 1984, a ocupação das fazendas Imaribo em Mangueirinha, Padroeira do Brasil em Matelândia e Mineira em Medianeira (TORRENS, 1992).

Contudo, já nesta época as experiências do MASTRO haviam começado a se alargar e surgiram outros movimentos populares de luta pela terra, também com características regionais. Assim, surgiu o MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do

---

<sup>8</sup> A desapropriação desta fazenda só se deu em 1985, depois de muita pressão dos acampados e dos representantes do governo estadual, junto ao governo federal (FERREIRA, 1987).

Paraná em Morretes em 1983; o MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná em Londrina em 1984, o MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná e posteriormente o MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná que contou com um intenso trabalho de base feito principalmente pela ASSESSOAR e pelos STRs mais progressistas<sup>9</sup> (FERREIRA, 1987 e TORRENS, 1992).

Paralelamente a estas organizações surgiu também o movimento dos “Ilhéus do Rio Paraná” que veio engrossar a luta pela terra reafirmando perante o Estado a necessidade de realizar a reforma agrária.<sup>10</sup>

A constituição desses movimentos regionais e seu fortalecimento acentuou o conflito entre os que lutavam pela terra não apenas em relação ao governo, mas também, em relação a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam dentro de uma perspectiva assistencialista. É a partir desse momento, com o ingresso de muitos trabalhadores ligados principalmente ao MASTRO e ao MASTES nestes sindicatos, é que irá surgir um novo sindicalismo.

No decorrer da expansão e desenvolvimento destes movimentos regionais, surgiram novas formas de luta para a conquista da terra e com ela a necessidade de articulação entre estes movimentos para que pudessem trocar experiências.

Dessas lutas no sul do país, bastante isoladas, nasceu a necessidade dos trabalhadores sem terra se conhecerem, de articularem e discutirem as suas experiências concretas. Começou então a articulação dentro dos sindicatos os trabalhadores rurais, de onde nasceu a idéia de juntar todos os interessados e criar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 1986, p.43).

Assim, várias reuniões foram feitas entre os Estados. Em Julho de 1982, realizou-se no município de Medianeira, no Paraná, o primeiro grande Encontro de Trabalhadores Sem Terra da Região Sul: SP, PR, SC e RS. No mesmo ano em Goiânia no mês de Setembro, aconteceu o primeiro encontro de caráter nacional onde participaram 16 Estados. No ano seguinte, na cidade de Chapecó realizou-se o II Encontro de Trabalhadores Sem Terra da Região Sul. Até 1985, foram feitos diversos encontros e congressos estaduais e em janeiro de 1984, na cidade

---

<sup>9</sup> O MASTEL foi uma organização que nasceu a parte do MST, pois não provinha nem do trabalho de base da igreja e nem tão pouco dos STRs. Na verdade, sua criação é derivada de uma articulação política de uma liderança ligada a FETAEP que tinha objetivos eleitoreiros (TORRENS, 1992: p. 89).

<sup>10</sup> O movimento dos Ilhéus surgiu a partir da organização de agricultores e pescadores que habitavam as ilhas do rio Paraná. A ilhas foram assoreadas pelas águas pluviais e fluviais o que conseqüentemente impossibilitou o trabalho tanto na agricultura quanto na atividade pesqueira, expulsando assim, seus habitantes que mais tarde se organizaram também em torno da luta pela terra (ibidem).

de Cascavel no Paraná, realizou-se o I Encontro Nacional dos Sem terra onde o Movimento consolidou-se e tirou aí os seus princípios básicos:

- Lutar pela Reforma Agrária Radical;
- Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo;
- Reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis;
- Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha tirando seu sustento e de sua família;
- Movimento dos Sem Terra deve sempre manter a sua autonomia política (MST, 1986)

Em janeiro de 1985 aconteceu na cidade de Curitiba o 1º Congresso Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil com a participação de 1500 delegados. Nesse congresso foi estruturada a Coordenação Nacional, composta por dois representantes de cada um dos doze Estados onde o movimento estava organizado e foram tirados os objetivos gerais que o movimento deveria alcançar:

- Chegar ao Socialismo,
- Ser um movimento de massa para conquistar a terra e a Reforma Agrária em todos os Estados,
- Organizar os trabalhadores na base,
- Fortalecer a participação dos trabalhadores no sindicato e no partido político,
- Investir na formação política, criando uma direção política dos trabalhadores,
- Articular-se com os demais trabalhadores através de entidades de trabalhadores, com os trabalhadores da cidade e o entrosamento com trabalhadores latino-americanos (MST, 1986).

Foi a partir desses princípios, que o movimento de um modo geral orientou suas estratégias de luta pela terra e o ano de 1986 se mostrou ser o ano decisivo para implementação de suas propostas.

## ***2.2 - A Luta Pela Terra A Partir Da Consolidação Do MST: Os Embates Com O Governo Federal E Estadual***

A eleição de um governo civil democrático em nível federal abriu a possibilidade de efetivação da Reforma Agrária. Até porque o então candidato Tancredo Neves, em seus discursos pelo país, se colocava favorável a Reforma Agrária e esta era uma das principais propostas de seu governo. Como sucessor de Tancredo Neves, o presidente Sarney assumiu o compromisso de levar adiante o processo de reforma agrária. Para tanto, extinguiu o Ministério de Assuntos Fundiários (MEAF) e criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que teve como ministro Nelson Ribeiro, indicado pela ala progressista da igreja. A presidência do INCRA ficou para José Gomes da Silva. A indicação destes nomes para o MIRAD e para o INCRA criou nos sem terras a expectativa de que a realização da reforma agrária estava muito próxima. Isto porque, tanto Nelson Ribeiro quanto José Gomes eram reconhecidos entre os trabalhadores pela suas lutas em favor da reforma agrária, o que lhes dava uma certa credibilidade por parte dos trabalhadores sem terra (MST, 1986).

A responsabilidade de viabilizar a reforma agrária pesou sob o INCRA e o MIRAD que tomaram o Estatuto da Terra, os documentos dos trabalhadores (CUT, MST e CONTAG) e mais 100 técnicos e fizeram o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que continha as diretrizes para a realização da reforma agrária. O MST foi chamado para discutir o plano e apresentar possíveis modificações. Em 27 de Maio de 1985 o PNRA foi apresentado aos trabalhadores no Congresso dos Trabalhadores Rurais em Brasília, a fim de que estudassem e dessem sugestões no prazo de um mês (MST, 1986).

Nesse período, as forças contrárias à reforma agrária se articularam e formaram a União Democrática Ruralista (UDR). Também a ala conservadora da Igreja Católica representada pela organização intitulada Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) se articularam de modo a mudar o conteúdo do PNRA (MST, 1986).

Mas se, por um lado, eles não conseguiram inviabilizar totalmente o PNRA conseguiram se articular de modo a apresentar uma contra proposta muito diferente do que o MST almejava. Este grupo fez forte pressão no Congresso junto à bancada ruralista para que muitas das reivindicações dos trabalhadores fossem suprimidas. No dia 10 de outubro deste mesmo ano, o presidente Sarney assinou o PNRA incorporando quase todas as mudanças propostas pelos conservadores (MST: 1986).

Apesar disso, os trabalhadores aproveitaram as fragilidades do governo Sarney para implementação de alguns de seus projetos. O descaso absoluto pela questão agrária, que marcou os dois últimos anos do governo Sarney, fez com que os trabalhadores reorientassem suas práticas de modo a fazer valer o que haviam conquistado anteriormente (NAVARRO, 1993).

Nesse sentido, o número de ocupações no período foi bem maior do que nos anos iniciais da organização do MST e com isto, houve também o acirramento das discussões no interior do movimento acerca das formas de organização dos assentamentos.

Entre julho de 1985 e julho de 1986, surgiram dezenas de acampamentos (ligados ou não à direção do MST), representando o auge das mobilizações pela terra. Ao final desse período, existiam no Paraná mais de 40 acampamentos, envolvendo mais de 5.000 famílias (TORRENS, 1992).

A dinâmica imprimida por este movimento colocou em cheque, também, o PRRA-PR<sup>11</sup> através do qual algumas esferas do Estado, em conformidade com a política empreendida pelo governo federal de esvaziamento do movimento, não fizeram jus as deliberações do Plano. Tal atitude se deveu a uma grande articulação de entidades que defendiam e ainda defendem os interesses dos grandes proprietários rurais, tanto em nível nacional, como já se mostrou, quanto em nível regional. Nesse sentido foi que a CNA, por exemplo, através da FAEP (Federação dos Agricultores do Estado do Paraná) mobilizou setores conservadores da Igreja, prefeitos, parlamentares, todos numa ampla campanha “anti-reforma agrária”. Essa “campanha” se deu em vários níveis de atuação que foram desde a tentativa de tomar a direção dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que tinham uma linha tipicamente de esquerda, passando pela cooptação de lideranças tanto dos sindicatos quanto do MST, até o *lobby* junto aos representantes políticos dos grandes proprietários rurais, no sentido de dificultar a criação de projetos de assentamento e políticas que pudessem beneficiar o MST (TORRENS, 1992).

A impossibilidade de realização da reforma agrária numa conjuntura como esta levou o secretário da Secretaria da Agricultura do Paraná a pedir demissão e com ele grande parte das pessoas que apoiavam o MST e suas ações. As que não foram demitidas foram excluídas de alguma forma do processo ou pela transferência de departamentos e/ou extinção do mesmo ou pelo simples corte de verba para o desenvolvimento de determinados projetos voltados ao conjunto dos trabalhadores rurais (TORRENS, 1992).

---

<sup>11</sup>Plano Regional de Reforma Agrária do Paraná

Assim, o governo de José Richa passou de uma postura progressista nos primeiros anos de seu mandato, para uma postura tipicamente conservadora. Esse cenário se delineava tanto em âmbito estadual quanto federal. Ao mesmo tempo em que os governos cederam às pressões dos grandes proprietários emperrando o processo mais geral da Reforma Agrária, fizeram também com que o MST redirecionasse suas formas de luta e se fortalecesse enquanto movimento organizado empreendendo mais radicalidade à suas ações.

Foi dentro desta perspectiva de redirecionamento de suas ações que o MST do Paraná organizou as suas mais significativas manifestações. Com o propósito de pressionar os governos para que se cumprissem as metas estabelecidas pelos PRRA e PNRA, foram organizados acampamentos de beira de estrada, ocupações de áreas consideradas improdutivas, culminando, na maioria das vezes, com a desapropriação destas e o início de projetos de desenvolvimento para as áreas já conquistadas. Também datam deste período os primeiros assentamentos organizados com base na produção coletiva.

Se nos últimos dois anos do governo de José Richa, o MST tinha encontrado grandes dificuldades na implementação de seus projetos, o ano posterior a este mandato não foi diferente. No caso do Paraná, a luta pela terra teve um retrocesso significativo a partir de 1986 com a eleição do governador Álvaro Dias, que nomeou para secretário da agricultura seu irmão Osmar Dias. Uma das primeiras medidas do então secretário foi extinguir o que sobrou do quadro de funcionários que tinha alguma relação com o MST ou que apoiava suas ações. Além disso, o governo de Álvaro Dias foi caracterizado por medidas paliativas de incentivo a pequenos produtores, por um grande número de conflitos no campo e na cidade.

Nesse mesmo período, o MST já vinha desenvolvendo experiências com grupos coletivos de trabalho, procurando mostrar, através da produção coletivizada, a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária. O MST centrou seus esforços na questão da produção e produtividade nos assentamentos e, paralelamente a isto, continuavam por todo país as ocupações na beira de estradas, em fazendas, nos prédios dos INCRA regionais e outras ações de menor envergadura.

Entre o final de 1987 e início de 1988, o MST organizou suas discussões também em função da promulgação da constituição brasileira, enviando uma série de propostas para a reforma agrária. Diante da desconsideração, pela Assembléia Constituinte, das petições encaminhadas, o movimento redireciona suas estratégias de luta. Até porque neste período: *o poder de constrangimento dos acampamentos havia se esgotado tanto pela sua rotinização e integração deste à paisagem quanto pela reação organizada e global do poder constituído contra o movimento* (BONIN, 1991, p.184).

Contudo, não se cessaram as ocupações. A resistência dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra nos acampamentos havia resultado no assentamento de várias famílias, portanto, o movimento decidiu intensificar suas reivindicações na legalização das áreas ocupadas e na criação de políticas especiais de incentivo à produção nos assentamentos de reforma agrária. Seu lema passou a ser *Ocupar, Resistir e Produzir*.

A produção e aumento da produtividade nos assentamentos foram os grandes desafios para o MST naquele contexto. O confronto político estabelecido entre este movimento, o governo e as organizações contrárias à reforma agrária foi o norteador de suas ações/reações que se definiam e redefiniam a medida que tal confronto se acirrava. Foi também como resposta a alguns retrocessos ocorridos em relação à proposta final do I PRNA, por exemplo, que o MST organizou em 1989, suas primeiras cooperativas coletivas de produção (CPAs). O surgimento das CPAs se inserem num conceito mais geral de cooperação, onde ela hierarquicamente ocupa um dos níveis superiores. Por outro lado, as CPAs são o fruto de um processo social mais amplo vivido pelo MST, de uma concepção de cooperação gestada em seu processo de constituição. Tal concepção teve a ver com as alianças que o MST pôde dispor durante seu processo de desenvolvimento, seja em seus momentos iniciais, na figura do MASTRO, onde estas alianças ainda eram bem limitadas, seja num momento posterior, daí já como MST, onde sua rede de relações ampliou-se significativamente.

Pretende-se no próximo item mostrar que recursos de ordem simbólica, cultural, política e intelectual foram mobilizados para que se construísse no interior do MST o conceito de cooperação agrícola e no capítulo posterior ver-se-á quais as formas práticas que esta cooperação assume.

### *2.3 – Alianças E A Construção De Uma Identidade Coletiva Através Da Cooperação*

Uma pesquisa que pretenda analisar uma das estratégias de reprodução social desenvolvidas pelo MST, não pode prescindir da análise do papel dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de maturação desse movimento: igrejas, sindicatos, partidos políticos e alguns blocos dentro do aparelho estatal.

A relação que o MST estabeleceu com estes atores sociais resultou em transformações significativas tanto do ponto de vista da formação política dos trabalhadores envolvidos no processo de luta pela terra, quanto do ponto de vista da formação de suas concepções em relação à terra, à propriedade, à religiosidade enfim, aos mais diversos níveis da vida rural. A partir da interação com estes atores, o MST deu um novo sentido e conteúdo a temas recorrentes que pareciam já ter desaparecido do cenário político brasileiro, como as reivindicações por reforma agrária e contra a exclusão social, ao mesmo tempo em que empreendeu uma prática política diferenciada dos movimentos de luta pela terra que o antecedeu. Tal relação acabou fornecendo ao MST alguns elementos teóricos que, muitas vezes, se traduziram em práticas efetivas no âmbito de sua organização e é nesse sentido que se circunscreve também o conceito de cooperação agrícola.

A singularidade assumida pelas formas de cooperação empreendidas por este movimento só pode ser compreendida se analisada no âmbito destas interações no sentido de desvendar suas significações reais. Portanto, pretende-se demonstrar as diferentes formas e níveis de contribuição desses atores sociais na formação das concepções sobre cooperação agrícola, a saber: a contribuição das Igrejas Católica e Luterana principalmente, através da CPT e ASSESSOAR no Paraná, dos técnicos do Estado que prestavam assessoria ao MST e de alguns assessores diretos do Movimento, cuja contribuição foi fundamental para a implementação das formas de cooperação.

### 2.3.1 – O Papel Da Igreja Na Organização Do MST E Na Formação Das Representações Sobre A Cooperação: Ideologia Missionária, Um Mecanismo Mobilizador

A disseminação das Comunidades Eclesiais de Base ocasionou uma verdadeira revolução no interior da Igreja Católica, instaurando, a partir de então, a chamada Igreja Popular. Inspirada pela filosofia da Teologia da Libertação, que pregava uma fé libertadora dos homens, tanto do pecado quanto da injustiça social e, acima de tudo, uma fé que garantisse os direitos humanos, a justiça e paz, a parte da Igreja ligada a esta corrente acabou privilegiando uma natureza eminentemente política da religião (CAVA, 1986 e GRZYBOWSKI, 1987).

A dimensão política da religiosidade pregada pela Teologia da Libertação, fez com que se instituisse uma nova forma de evangelizar onde as “questões do povo” fossem de alguma forma contempladas. Esses fatores fizeram das CEB's um importante espaço político tanto do ponto de vista da formação de movimentos populares quanto do ponto de vista da ampliação das forças de oposição ao regime militar. Segundo CAVA, o clero...

Inspirado por Medellín e com freqüência perseguidos pelo regime buscava uma volta a fraternidade e igualdade do cristianismo primitivo. Seus quadros leigos - na maioria católica, mas entre os quais se incluíam também muitos marxistas – traziam consigo uma experiência política anterior às vezes clandestina, e preocupações características das situações do momento na medida em que outros espaços sociais se encontravam sob a estrita vigilância do regime (1986, p. 21).

Essa releitura do campo da religiosidade acabou revelando uma grande capacidade de mobilização popular, porque além de não ter negligenciado a dimensão afetiva das lutas sociais (prática muito comum dos partidos de esquerda, por exemplo), ela contribuiu para que os trabalhadores e trabalhadoras se percebessem sujeitos de sua história. História esta que, até aquele momento, tinha sido escrita à revelia deles.

Percebe-se que os discursos puramente intelectuais de alguns grupos de esquerda tiveram pouca penetração entre os camponeses. Estes grupos aparentemente negligenciaram a dinâmica afetiva e dirigiram a ação unicamente para desmascarar a ideologia dominante (...) A intervenção da CPT a conversão do código “**plano de Deus/atitude dos homens**” e a **transposição da idéia cristã para o campo social** permitiram, senão **provocaram uma extensão do interesse religioso ao plano da reflexão política** (GAIGER, 1986, p. 24)

Mais do que apontar as possibilidades de organização desses trabalhadores, a organização das CEB's lhes restituiu a possibilidade de sonhar novamente com uma sociedade melhor que seria construída a partir de suas próprias experiências de vida. Segundo GRZYBOWSKI, esta prática religiosa se definia:

Como uma **combinação de evangelização com educação política do “povo” em vista de sua organização e participação para a construção de uma nova sociedade.** A educação popular, entendida como **conscientização para a ação libertadora**, é uma traço característico da ação da Igreja(...) O povo é chamado, a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua *capacidade de resolver os problemas que enfrenta* (1987: 67)

Se a Igreja Popular atuou num primeiro momento como sendo um “espelho do povo” alertando-os para suas reais necessidades e despertando um sentimento de auto-suficiência, posteriormente, ela foi “sua própria voz”, intervindo nas negociações de indenização e orientando a organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra. *Jesus viu a multidão e teve pena daquela gente, porque pareciam ovelhas sem pastor (...)* Não havendo sábia direção cai o povo, mas *quando há muitos conselheiros há segurança* (CPT/MASTRO – Grupo de Reflexão Bíblica, 1981).<sup>12</sup>

Foi com base em reflexões como estas que a Igreja Católica e em menor grau a Igreja Luterana, através principalmente da CPT, mobilizaram trabalhadores rurais em torno da importância da luta pela terra e da necessidade da ampliação dessa luta. Nesse sentido, estas Igrejas passaram a ser as “conselheiras que conduziram o povo em sábia direção”.

É necessário considerar os impactos dessa reflexão num contexto onde não somente os trabalhadores rurais “pareciam ovelhas sem pastor”, mas toda a população brasileira que vivia a crise e a decadência do regime militar cuja possibilidade de representação política se via tolhida.

Embora nesse período já houvesse alguma possibilidade de representação, principalmente, a partir da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), de Sindicatos de Trabalhadores, de Associações de Bairro etc. estas organizações estavam muito mais associadas à realidade do meio urbano do que ao meio rural, em função do próprio isolamento do campo. De fato, os trabalhadores rurais estavam mais distantes da efervescência dos acontecimentos, o que não significou absolutamente que tenham sentido menos os seus efeitos, ao contrário, as manifestações urbanas serviram em

---

<sup>12</sup> Grifo nosso.

grande medida como motivadoras para o movimento de luta pela terra e posteriormente para o fortalecimento dos STRs.

As ações da CPT junto às famílias atingidas pela construção da barragem de Itaipu se deram inicialmente no sentido de motivá-los para a organização de pequenos grupos de reflexão, os chamados GRBs (Grupo de Reflexão Bíblica), como se viu no início deste capítulo, onde buscavam discutir à luz do evangelho as dificuldades que estavam enfrentando. Essas discussões se davam sempre com o propósito de fazer uma analogia entre a vida destas famílias e a do povo judeu que, como eles, havia sofrido muitas perseguições em busca de sua “terra prometida”.

A vida dos trabalhadores rurais de nossa região e do Brasil tem muito de semelhante com a vida da maioria do povo judeu, conforme nos relata a Bíblia. **Vamos comparar, nesta reunião de hoje a situação do povo de Deus com a nossa situação de trabalhadores rurais do Brasil (...)** Para refletir no grupo: A exemplo do antigo povo de Deus o que fazer para que nossos irmãos endividados não tenham que entregar seus bens e se desfazerem do seu lote de terra ? (CPT/MASTRO, 198, p.1).

Embora as reflexões bíblicas se dessem em torno principalmente, daqueles trabalhadores já excluídos pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, a CPT procurava arrebanhar os pequenos agricultores que estavam em via de exclusão, seja por endividamento seja por algum outro motivo. Esta prática, através das CEBs, não somente mobilizou estas famílias para a luta como legitimou suas reivindicações: *Eu parei e pense: foi a bíblia que nos empurrou para luta, tá escrito lá, nós temos direito a terra*<sup>13</sup>

O desenvolvimento de significações e de expressões religiosas proporcionou aos camponeses um sentimento de segurança e de auto confiança que eles não teriam nem no discurso político, nem nas suas condições materiais de existência e de luta. A prática dos agentes religiosos engendrou um efeito de mobilização afetiva desdobrado e um efeito ideológico do campo religioso sobre o campo político (GAIGER, 1986, p.64).

Com isso, foram sendo desconstruídas uma série de concepções relacionadas à vida cotidiana camponesa. Cai por terra a propriedade privada da terra como imperativo e com isto uma série de valores a ela associados. Abstrai-se o caráter puramente mercantil da terra que se reconfigura numa dimensão sagrada. *A terra é posse e dom de Deus. A terra é para quem nela trabalha. A terra é de todos, disse Deus a Adão; toma e cultiva. Tira dela o teu pão. Deus não deu a terra a ninguém: como pode então alguém dizer que a terra é sua?* (CPT/MASTRO, 1981, p.5).

<sup>13</sup> Entrevista extraída do vídeo A luta pela Terra realizada pelo setor de extensão da FEAGRI/UNICAMP.

No bojo de suas reflexões a CPT se colocava contra a forma de apropriação privada da terra, ao mesmo tempo em que demonstrava que o acesso à ela só se daria pelo trabalho e por quem dependesse dela para sobreviver.

Deus fez a terra para todos nós sobrevivermos em cima dela e não só alguns viverem e os outros ficarem no galho do pau. Porque de uma maneira ou de outra nós temos que viver em cima da terra né? Por que esses latifundiários acham que pode ficar com tudo?

<sup>14</sup>

Daí se justificava o combate aos latifundiários que só viam na exploração agrícola um meio de aumentar seus rendimentos e não um meio do qual dependia sua vida. Surgiram também, a partir desse entendimento, muitos dos lemas das mobilizações iniciais do MST: Terra para quem nela Trabalha, Justiça e Terra.

*Deus não quer a pobreza. Deus não quer os bens nas mãos de poucos homens egoístas e gananciosos.*(....) Jesus assumiu a tradição israelita e fez um povo de **Deus com os homens de boa vontade de todas as raças, fez uma nova fraternidade entre esses homens pela participação em sua vida divina.** Este espírito de nova fraternidade foi crescendo entre os gregos, os judeus, romanos e outros. Nos novos cristãos esta fraternidade tornou-se tão forte que **ao abolir as barreiras do egoísmo, se exprimiu no gesto da partilha dos bens entre eles: “Todos os fiéis tinham tudo em comum, vendiam as suas propriedades e seus bens e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um”** (CPT/MASTRO, 1981).<sup>15</sup>

A CPT se colocava contra os abusos da propriedade privada da terra e em decorrência dessa percepção, apontava para uma forma de apropriação coletiva como mecanismo de organizar uma nova comunidade de irmãos, com relações mais solidárias, mais igualitárias, dignas de um povo cristão. Nesse sentido, ela teve um papel essencial na animação dos trabalhadores para a organização das formas de produção e de vida que envolvessem a coletividade. À idéia de coletividade era atribuído um sentido de comunidade cujo papel seria produzir novas relações humanas, o que se conquistaria mediante a abolição das “barreiras do egoísmo”. Estas “barreiras” eram identificadas oportunamente como produtos de uma sociedade capitalista responsável por toda ordem de injustiças pelas quais as famílias sem terras estavam sendo submetidas e, por tanto, deveria ser suprimida.

<sup>14</sup> Assentado de ABAPAN, entrevista concedida aos organizadores do II Estágio de Vivência Multidisciplinar da UFPR

<sup>15</sup> Grifo nosso.

Mas na Igreja a gente discutia muita coisa né, na organização do trabalho e da convivência, do estudo e da religião. O companheirismo que a gente tem que ter para enfrentara luta, por que tendo coragem a gente enfrentava qualquer coisa e eles falavam que não tinha outro jeito que a nossa luta tinha que ser por aí mesmo” (Entrevista nº 3 / pesquisa de campo 1997)

As famílias de sem terras se viram amparadas por um poder que se colocava acima da lei dos homens e, portanto, derivava daí a legitimidade de sua luta.

Nós bem dizer somos o fruto do trabalho da Igreja. Se não fosse o trabalho deles a gente tava aí hoje trabalhando na bóia-fria ou numa favela, sei lá. A gente recebeu bastante apoio dos padres que eram a nosso favor “os padres do movimento (Entrevista nº 7/ pesquisa de campo 1997)

A partir do livreto organizado pela CPT, sob o título *O que diz a lei dos Homens?* além das discussões que tinham o evangelho como base, esta procurava em suas reuniões colocar as famílias a par das leis sobre a terra e discutia documentos como a Lei de Terras de 1850, o Estatuto da Terra bem como os planos de Colonização que haviam sido implantados pelo governo (MASTRO, 1980).

Como as CPTs tinham uma diretriz comum, estas discussões se davam mais ou menos ao mesmo tempo em grande parte do país onde estava implantada, o que facilitava a organização de ações massivas em torno da luta pela terra. Nesse contexto, a CPT além de ter sido extremamente importante enquanto espaço de organização política dos trabalhadores, foi uma grande articuladora e veículo de comunicação dos trabalhadores de todo o país. Como mostra este documento do MASTRO/ CPT:

O povo acampado na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta –RS, já tem atrás de si diversas vitórias acontecidas no Rio Grande do Sul (...) Em Andradina São Paulo, em 08/07/80 foi desapropriada a fazenda Primavera, para fazer o assentamento de 300 famílias (...) Agora eles têm esperanças de receber uma parte dos quase 4.000 alqueires da fazenda. Até o povo da cidade aplaudiu aqueles que souberam esperar, resistindo pacificamente porque acreditaram na vitória (1980, p.10).

O fato dos agricultores estarem informados sobre as manifestações ocorridas em outros Estados, muitas vezes vitoriosas, arregimentava-os cada vez mais para luta. No caso específico do Paraná, além da CPT havia a ASSESSOAR (Associação de Assessoria e Assistência Rural) que também ajudava nesse trabalho de organização. Fundada por padres belgas no sudoeste do Estado no ano de 1965, desenvolvia trabalhos de assistência rural junto

aos agricultores desta região e apoiou a construção do movimento de luta pela terra (TORRENS, 1992).

Com essas duas organizações foi possível mobilizar vários grupos de trabalhadores rurais no Estado, organizados em comissões municipais de sem-terras. Além das reflexões que ocorriam nessas reuniões, mapeavam os principais problemas enfrentados pelas famílias e as incentivava a participar dos STRs da região formando oposições sindicais e ao mesmo tempo criando os sindicatos onde eles ainda não existiam.

A Igreja, através da CPT, continuou tendo uma inserção importante no Movimento, propondo formas de organização da produção nos assentamentos de reforma agrária bem como formas de organização de outras esferas da vida no assentamento ou acampamento. No entanto, mesmo sua influência foi diminuindo no decorrer do processo de consolidação do MST, hoje bastante independente dela tanto na luta pela terra quanto nas concepções de organização dos assentamentos.

### **2.3.2 - Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs): Conflitos e Alianças Com MST**

O chamado novo sindicalismo rural ou sindicato “autêntico” surgiu em grande parte, também, como resultado da atuação da Igreja no meio rural. Até meados da década de setenta, a atuação da maior parte dos sindicatos se dava através da prestação de serviços de assistência médica, odontológica, ou seja, numa perspectiva essencialmente assistencialista onde o sindicato era muito mais uma agência previdenciária do que uma instância de representação política dos trabalhadores.

A atuação da Igreja, tanto em nível da formação de oposições sindicais quanto na motivação para criação de novos STRs (como se viu anteriormente), inaugurou uma nova fase do sindicalismo no meio rural.

De um modo geral, os STRs que já tinham uma reflexão sobre sua função não apenas assistencialista, tiveram na constituição do MST um papel mais de articulador, ajudando nas manifestações organizadas pela CPT, inscrevendo os trabalhadores que continuavam sem terra após as indenizações de Itaipú , organizando juntamente com a CPT e ASSESSOAR (Associação de Assessoria e Assistência Rural) a criação das comissões municipais de sem terras, organização dos acampamentos. Articulador, no sentido de que não tiveram a mesma inserção que a CPT em termos de interferência nas formas de organização política do MST e

mesmo de suas formas de organização produtiva. Seu trabalho se deu, muito mais no fortalecimento da luta que havia se iniciado com o apoio da Igreja.

Na região sudoeste do Estado, os STRs tiveram uma atuação diferenciada, assumindo um papel preponderante na organização política dos trabalhadores rurais, conjuntamente com a CPT e ASSESSOAR, organização esta que deu origem ao MASTES (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Sudoeste). O fato dos STRs estarem estreitamente envolvidos no processo de organização destes trabalhadores ampliou a capacidade de articulação deste movimento, propiciando uma organização de base muito mais forte.

TORRENS (1992) alerta para uma certa distinção na forma de organização do MASTES e do MASTRO. Segundo ele, o primeiro representa uma organização pautada numa formação de base enquanto que a articulação do MASTRO foi mais voltada para a mobilização de massas.

A contribuição dos STRs se deu ao nível da constituição inicial do MST. Já no que se refere à interferências nas formas de organização efetiva deste movimento, tal contribuição é muito pequena não chegando às mesmas proporções que as da CPT. Isso se explica em parte, pelo fato de que logo a partir do surgimento do MST, tanto os STRs quanto o próprio Movimento passaram a disputar a influência sobre o mesmo segmento de trabalhadores rurais: arrendatários, bóia-frias etc. Por outro lado, atuação dos STRs se deu mais no sentido de priorizar a pequena produção ou a agricultura familiar se diferenciando substancialmente do MST que primou por privilegiar formas coletivas de produção.

Quando um dos assentados da COOPROSERP é questionado a respeito do papel dos STRs na estruturação orgânica do MST, ele responde:

O Sindicato não pensa a luta num nível mais amplo, eles não pensam a luta engajada com mudança na sociedade, a luta deles é muito limitada. Aquela coisa pequena ali de defender a pequena propriedade, mas sem lutar contra o capitalismo (Entrevista n°5/ pesquisa de campo/ 1997)

No plano da organização produtiva dos assentamentos - que é o que interessa especificamente demonstrar - os STRs não tiveram praticamente nenhum papel. Contudo, no plano político, hoje, o MST divide muitas tarefas com o STRs, estando freqüentemente articulado a ele nos municípios onde existem assentamentos, fazendo parte até mesmo da diretoria - o que não ocorreu sem conflitos

### **2.3.3- A Intervenção Estatal Na Organização Do Mst E Na Organização Produtiva Dos Assentamentos**

No caso do Paraná, o próprio estado desempenhou um papel político importante tanto na constituição quanto na organização produtiva dos assentamentos. Sua atuação se deu através de alguns de seus técnicos que tinham uma linha definidamente de esquerda e viam a luta destes trabalhadores como uma luta legítima. Além disso, o próprio secretário da agricultura neste período, tinha uma boa articulação com os movimentos populares (como se viu no anteriormente) o que facilitava de certo modo as negociações do MST com o estado (TORRENS, 1992).

Esse apoio estatal se deu tanto por parte da EMATER (Empresa de Assistência e Extensão Rural) como do então ITCF (Instituto de Terras Cartografias e Florestas), hoje IAP (Instituto ambiental do Paraná) e outros órgãos ligados à agricultura no Estado. Estas ações não ocorriam apenas com chefias imediatas, mas principalmente através dos técnicos que trabalhavam diretamente com as famílias assentadas e que, em alguns casos, se envolveram, a ponto de optar por residir nos assentamentos de reforma agrária.

Essa conjuntura política acabou beneficiando o MST tanto em relação ao apoio institucional quanto ao apoio técnico. No entanto, estas inserções acabaram por interferir em muitos níveis da organização do MST, inclusive naquelas relacionadas à organização da produção.

Ainda que não houvesse neste período uma posição clara sobre as formas mais viáveis de organização produtiva para os projetos de assentamentos desde o início de sua estruturação houve uma certa tendência ao privilegiamento das formas individuais de produção, apesar de que muitos técnicos incentivavam as formas mais associativas. Em 1982 aproximadamente, verificou-se uma reversão nesta tendência e o Estado passa a incentivar maiores níveis de coletivização dos meios de produção em detrimento das formas individuais ou da chamada agricultura familiar. Isto porque seus técnicos acreditavam que os agricultores só poderiam se inserir no mercado através da produção em larga escala o que só ocorreria via associação de capitais individuais. Além disso, o próprio INCRA e ITCF, responsável pelos assentamentos estaduais no período de estruturação do MST (hoje é o IAP através da SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente) passam a desapropriar as áreas sob a condição de que estas desenvolvessem alguma forma de organização coletiva da produção. Atitude sempre

justificada pelo fato de que isto economizaria terras e também outros recursos necessários à viabilização dos assentamentos. Esta política era reforçada à medida que o Estado também dispunha de uma política de incentivo, em termos de acesso facilitado ao crédito para aquelas famílias que tivessem inseridas em associações ou cooperativas.<sup>16</sup>

Tal postura por parte do Estado aliada a um trabalho de base anterior da CPT, e mesmo uma postura do MST em relação à organização da produção, fez com que uma série de associações fossem criadas a partir de 1984 (MST, 1986). Pode-se citar o caso específico da formação da COOPROSERP onde a atuação do Estado foi determinante para a constituição da cooperativa.

É nesse sentido que a idéia de cooperação existente no MST precisa ser entendida, como algo que se constrói na medida que o movimento se relaciona com outros atores sociais. É através dessa relação que se constituem suas representações sobre cooperação agrícola e suas práticas nos assentamentos coletivos.

#### 2.3.4 – Os Assessores Do MST

Estabelecer uma fronteira precisa entre onde começa a assessoria técnica e onde termina a militância ou vice-versa é quase impraticável, até porque muitas pessoas que antes desempenhavam o papel de assessor fazem hoje parte da direção do MST. Portanto, pretende-se conceber como assessor àquelas pessoas que, independente do fato de estarem ligadas a uma entidade como CPT, sindicatos, associações etc., contribuíram com o debate mais geral da reforma agrária, produzindo textos para debate nos assentamentos, promovendo palestras para o MST, dando de certa forma apoio no plano teórico e também prático na luta pela terra. Como próprio o MST designou, “os companheiros estudiosos da questão agrária”.

O papel desempenhado por esses assessores, a exemplo de outros mediadores tratados anteriormente, foi um dos elementos centrais na formulação da concepção de cooperação agrícola que se adotou no MST. Na literatura produzida por esses assessores, pode-se observar, por exemplo, que a análise do empreendimento cooperativo não foi feita *stricto sensu*. Ela é informada, em grande medida, por uma certa concepção destes sobre a reforma agrária, sobre a propriedade privada, sobre os camponeses, enfim, sobre uma forma de

---

<sup>16</sup> Enquanto os recursos para os agricultores que optassem pelo assentamento individual eram da ordem de R\$ 7.500,00 para os assentados envolvidos em associações ou cooperativas era de R\$ 15.000,00 (Pesquisa de Campo/1997).

sociedade que se busca: a sociedade socialista. Nesse sentido, o fazer reforma agrária traz consigo uma série de proposições. A reforma agrária não é mais aquela pensada como mecanismo de desenvolver o capitalismo no meio agrário brasileiro, onde a aliança entre camponeses e burgueses era essencial para tal processo. A reforma agrária se situa necessariamente em outras bases que vislumbram, sobretudo na superação do regime capitalista, uma idéia de que ela só se efetiva com a socialização dos meios de produção e dos bens oriundos dessa produção. Portanto, lutar pela reforma agrária no sentido proposto por estes assessores, implica na abolição da propriedade privada e no estabelecimento da forma coletiva de produção e numa apropriação coletiva do produto social.

Nesta perspectiva, o sucesso da reforma agrária depende do fortalecimento de uma aliança sim, mas não mais com a burguesia. De uma aliança operário-camponesa que deverá conduzir o processo revolucionário. Há uma apropriação da filosofia marxista-leninista no tocante ao destino da pequena agricultura - *a chamada tendência universalmente justa da proletarização do camponês*, ou seja, a idéia de que a pequena produção tende a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, não haveria porque incentivar a reforma agrária parcelária que, além de inviável no sistema vigente, seria um obstáculo político para a edificação da sociedade socialista já que os novos pequenos proprietários, assim criados, seriam tendencialmente reacionários.

As inspirações de cunho marxista nas concepções do MST marcam longa data. Desde o início de sua organização elas foram expressas nos próprios objetivos gerais do movimento formulados na sua criação oficial em 1984. Contudo, neste período, estas teorias não tinham alcançado as dimensões alcançadas hoje. Era muito mais uma concepção cristã do marxismo difundida principalmente pela CEBs, como vimos inicialmente.

O único debate que conseguimos nesta época era pelo viés idealista, cristão: «Será que não é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternalmente se fizer mutirão?» Não era uma visão, vamos dizer cientificamente elaboradas. As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. (...) Aquele período foi muito fraco de debate, mas de grande preocupação (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p.97).

Esta entrevista de STÉDILE, assessor e militante do MST, demonstram de que forma e que níveis de apropriação dos ideais coletivistas tinham sido assimilados no início da organização do MST. Posteriormente, com uma organização mais solidificada, foi possível um debate mais sistematizado sobre a cooperação, principalmente pela ênfase que estes assessores estavam dando à questão. A cooperação agrícola toma, neste momento, um lugar

central, nos debates do MST. Agora pautada numa concepção, entendida por eles, estritamente marxista *Nesse período de quatro anos (1986-1990) difundimos a idéia de cooperação agrícola* (FERNANDES e STÉDILE, 1999, p.98).

Com isto é possível compreender as dimensões tomadas por estas mediações no que tange a concepção de cooperação agrícola, na angulação das diferentes representações que fazem um e outro desta cooperação, cada qual informada por uma concepção de sociedade. marxismo, religião e técnica se misturam gerando uma forma híbrida de organização estruturada a partir dessa proposta mais geral de cooperação agrícola, que discutir-se-á no próximo capítulo.

### CAPÍTULO III

## A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E AS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIAS NO ÂMBITO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A cooperação, no seu sentido mais amplo sempre fez parte das ações desenvolvidas no âmbito do MST. Seja na organização de um acampamento ou na organização da produção, suas ações sempre se pautaram na cooperação entre os trabalhadores sem terra para que esse ou aquele empreendimento se efetivasse. Nesse sentido, o próprio surgimento do movimento é derivado de um tipo de cooperação que se estabeleceu entre os trabalhadores a partir do momento que estes se identificaram enquanto excluídos. *A própria luta pela conquista da terra foi um aprendizado de ajuda mútua e de tomada coletiva de decisões, além de comprovar a eficácia de tais procedimentos na obtenção dos objetivos individuais* (BONIN *et al*, 1987, p. 86).

A realidade de expropriação a qual foram submetidos os trabalhadores sem terra, aliada a um trabalho de base realizado por alguns de seus mediadores foi construindo entre eles a consciência da necessidade de uma cooperação mais ampla que se efetivasse não apenas em alguns momentos emergenciais (como foi o caso, por exemplo, da cooperação que se estabeleceu entre eles no momento da negociação dos valores das indenizações das terras inundadas por Itaipu), mas de um modo de cooperação que tornasse possível o desenvolvimento deste enquanto movimento organizado.

Neste capítulo pretende-se mostrar de que forma a cooperação (num sentido mais amplo) se desenvolveu no interior do MST, em que instâncias desta organização se dá a prática cooperativa, e que elementos teóricos estão agregados a esta prática. A compreensão destas concepções é fundamental para que se possa entender não apenas como elas se dão no âmbito da organização das cooperativas de produção, mais especificamente, da COOPROSERP (que é o objeto desta pesquisa), mas como o MST, com o desenvolvimento desta forma de cooperação, tem procurado forjar a noção de uma nova estrutura social.

### 3. - Os Níveis de Cooperação e os Princípios Cooperativos

#### 3.1. - O Acampamento

Entre 1985 e 1986, diante dos poucos avanços da política agrária empreendida pelo governo estadual e federal através do não cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária e Plano Regional de Reforma Agrária (PRNA e PRRA), o MST como um todo redirecionou suas estratégias de luta pela terra conforme citou-se no capítulo I. Foi dentro desta perspectiva de redirecionamento de suas ações que o MST do Paraná organizou as suas mais significativas manifestações como os acampamentos de beira de estrada e ocupações de áreas consideradas improdutivas, culminando, na maioria das vezes, com a desapropriação destas.

No Paraná, cerca de 1600 famílias, com aproximadamente 10 mil pessoas, acampam a beira das estradas no sudoeste. Esta ação massiva foi considerada como um dos mais importantes fenômenos de massa na luta pela terra nos últimos anos e que revela um impressionante desenvolvimento político por parte dos trabalhadores rurais (BONIN , 1991, p. 184)

Do ponto de vista da cooperação, no seu sentido mais amplo<sup>17</sup> o acampamento foi a primeira e mais ousada forma de cooperação empreendida no âmbito da organização dos trabalhadores sem terra. Esta ousadia decorreu da maturidade política que o MST foi adquirindo através de suas lutas, a partir do momento que se verificou a ineficácia ou mesmo o desgaste de alguns de seus métodos tradicionais.

O acampamento surge como uma grande manifestação de massa do movimento. Sua finalidade era continuar a luta após a expulsão de uma área ocupada, mantendo as famílias juntas e demonstrando publicamente a vontade coletiva de ter terra (...). A decisão de acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina e sobretudo fé e esperança (ABRAMOVAY, 1985, p. 25)

Os abaixo-assinados, as cartas de protestos, os acampamentos em frente a órgãos do governo foram, aos poucos, dando lugar às dezenas de acampamentos que proliferavam pelo país. *Ocupar* e *Resistir* foram as palavras de ordem que ecoaram pelos acampamentos organizados pelo MST, entre 1986 e 1988. Uma espécie de mundo paralelo que era até então

---

<sup>17</sup> A cooperação foi concebida nesse trabalho como qualquer forma de ajuda mútua que tenha o objetivo de organizar um determinado grupo para fins específicos, não apenas voltada especificamente para as questões referentes à produção.

desconhecido surgiu por debaixo de quilômetros e quilômetros de lonas pretas estendidas sob pedaços de taquara que abrigavam os milhares de sem terras espalhados em 12 Estados do país onde o MST estava organizado. Ali, encenavam apenas o primeiro ato do que seria uma longa história. Estava aberto o tempo da resistência. A fome, o frio ou o calor, as doenças, a falta de estrutura dos barracos, a precariedade das condições de higiene, o não tratamento da água, as constantes ameaças de despejo, a violência praticada contra os trabalhadores por milícias privadas organizadas e até mesmo pela polícia militar<sup>18</sup> foram, e ainda são, algumas das dificuldades pelas quais os trabalhadores rurais sem terra passaram, e ainda passam. O acampamento foi o símbolo de uma incessante luta pela defesa da sua vida camponesa e ao mesmo tempo contra um processo de exclusão que se colocava veementemente para estas pessoas.

Não foram raros os casos de morte por falta de atendimento médico, por desnutrição e por conflitos diretos ou emboscadas. Diante de situações como estas, os agricultores foram reconhecendo, no outro, a sua própria vida e a sua própria história. A partir desse reconhecer-se, foram criando formas de convivência social mais solidárias, baseadas em princípios de ajuda mútua que possibilitaram a intensificação da vida comunitária, por um lado, e ao mesmo tempo fez surgir uma nova identidade social:

A partir desta percepção de exclusão, criou-se, uma nova sociabilidade entre estes trabalhadores. Suas trajetórias de vida e o reconhecimento da condição de expropriados geraram uma nova identidade social, a de Sem Terra, o que lhes conferiu uma certa coesão e facilitou posteriormente o surgimento de formas alternativas de organização (BONIN, 1987, p. 87).

Por outro lado, esta identificação permitiu, num primeiro momento, que se desenvolvessem vários níveis de cooperação fortalecendo além dos acampamentos, o MST de um modo geral.

Estas formas de cooperação não surgiram como numa relação de causa e efeito a partir do *ser sem terra*. Nesse sentido, fica muito claro o poder de interferência dos mediadores, sejam eles igrejas, sindicatos ou assessores diretos. Em cada nível de cooperação desenvolvido no MST estão impressas características destes mediadores. O catolicismo, e em menor grau o luteranismo, o marxismo e leninismo se agregam às concepções dos agricultores em relação à terra e a cooperação.

---

<sup>18</sup> Ainda que as milícias privadas representem um problema para os agricultores sem terra é com a polícia militar que tem acontecido os piores conflitos dos últimos anos. Assim, ela é a principal responsável pelo aumento das cifras de violência no campo nos últimos anos haja vista, os casos do massacre de Corumbiara em 1995 em Rondônia, o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 no Pará, e no estado do Paraná, o conflito em Santa Isabel do Ivaí no ano 1996.

A cooperação, analisada neste sentido, implica na percepção simbólica de uma estratégia de reprodução social e econômica, de tradições culturais e também de posturas políticas. Esta leitura que os agricultores sem terra fazem das ações de seus mediadores são traduzidas em práticas efetivas dentro da sua vida social. A própria estruturação física e política de um acampamento, por exemplo, corresponde a esta representação. A organização do espaço da igreja onde geralmente também funciona o espaço de assembleias e reuniões, as comissões ou brigadas de segurança, de lazer, de educação de negociação, de alimentação, de saúde, de lavoura etc. são parte desta representação e se constituem também, em formas de cooperação num sentido mais amplo.

É claro que na maioria das vezes estes níveis de cooperação se desenvolvem com intenção de resolver alguns problemas que necessitam de ações imediatas. No início dos acampamentos, por exemplo, são organizados os grupos coletivos para o plantio da primeira lavoura. A organização coletiva nesse sentido é conveniente pois há maior agilidade no preparo da terra, os recursos materiais e insumos geralmente são poucos e seria inviável a divisão. No entanto, com o desenvolvimento dessas ações, tem-se uma apropriação política do seu sentido, à medida que são introduzidos novos elementos de reflexão que não têm uma natureza apenas prática (para viabilizar a produção) ou estejam apenas no plano da garantia da área ocupada. Isto se dá tanto por uma necessidade real de desenvolver mecanismos que propiciem o melhoramento das condições de vida destes trabalhadores, quanto pelo aprimoramento de suas concepções a respeito do que seja esta cooperação, o que faz com que os trabalhadores sem terra comecem a desenvolver níveis mais complexos desta cooperação. Como nos mostra GRYZBOWSKI (1986, p.36) *Tem-se o fortalecimento das relações comunitárias e a reapropriação política do sentido dessas relações, ou seja, há a politização da própria sociabilidade gerada por essa organização camponesa.*

Nesse sentido, é na organização dos acampamentos que se dão as condições objetivas para o desenvolvimento de outras formas de cooperação e é no dia-a-dia de seus trabalhos que os sem terra criam os mecanismos para tanto.

Apesar destas ações serem desenvolvidas muito mais no sentido de se garantir a permanência no acampamento (pelo menos a princípio), como já foi citado, elas representam o início de uma organização que se politiza no decorrer do seu desenvolvimento e que constituiu elementos importantes para as formas de cooperação que se configurarão posteriormente e que, de certo modo, são entendidas como sendo mais complexas pelos assentados.

O acampamento é, enfim, um importante espaço político. Além de se apresentar como mecanismo de pressão para a desapropriação de terras, tem um papel pedagógico importante na formação dos trabalhadores sem terra. Tal fato pode ser demonstrado através dos vários relatos feitos pelos trabalhadores, hoje assentados, que relembram suas experiências, orgulhosos de terem passado por um acampamento e conquistado sua terra. Como se pode notar através do depoimento deste assentado sócio da COOPROSERP a respeito de sua experiência no acampamento:

Nossa ali (no acampamento) a gente aprende muita coisa. É porque ali é uma escola que fica difícil a gente explicar. Eu assim que fui para a ocupação eu era contra isso não queria nem saber de nada disso, achava que era uma loucura, que não ia dar certo. Daí a gente foi sentindo uma realidade mesmo né. Antes a gente vivia uma utopia puramente individual, ou seja, que a gente ia conseguir sozinho muita coisa né e não é bem assim. De repente a gente caiu na realidade mesmo vendo a situação que o povo passa e estando tudo junto ali né(...) Isso foi mostrando uma coisa que muitos não conhecem; que é a questão do sofrimento e um monte de dificuldades que o pessoal passa. Isso faz com que a gente não se apegue tanto a condição puramente econômica, mas sim que brigue por uma coisa mais social assim onde todos tenham uma condição digna de vida porque isso é muito negado(...) Agora ali, a gente vive todo um companheirismo entre as pessoas, união né, porque tem momentos ali, principalmente quando acontece ameaça de despejo ou de pistoleiros que tão querendo atacar isso fica um clima muito ruim. É a hora que a gente vê que quando o povo precisa mesmo se une e isso é bastante gratificante porque de repente a gente acha que não tem mais jeito, mas quando precisa mesmo as coisas acontecem. (...) Então isso foi uma escola muito grande para mim. Se eu não tivesse ido para uma ocupação eu não sei o que seria "(Entrevista n.º 2/ pesquisa de campo 1997).

O acampamento tem uma função pedagógica muito importante a medida que possibilita desenvolver a cooperação entre as famílias e ao mesmo tempo criar uma identidade – a de sem terra, a partir da socialização de histórias comuns de vida. Outro aspecto importante é seu papel disciplinar.

No nosso acampamento tinha bastante normas que era a bem de nós mesmos né? Tinha que ser certo o horário da prosa de noite principalmente. Em tal hora tinha que silenciar né que daí o pessoal responsável pela segurança ia para os pontos para impedir os possíveis despejos (...)" (Entrevista n.º 7/ pesquisa de campo/2000)

Como se viu, o acampamento exige um alto grau de participação e muita disciplina de cada agricultor sem terra envolvido no processo. As reuniões são freqüentes, os trabalhos e os problemas não são poucos. Quando os acampamentos estão na beira da estrada, muitos agricultores trabalham de bóias-frias, o que na maioria das vezes é a única fonte de renda que

eles possuem.<sup>19</sup> O trabalho na “bóia-fria” ,como eles costumam chamar, ocorre nos acampamentos onde os agricultores ainda não ocuparam a terra ou naqueles casos em que ocuparam, mas tiveram que sair para que o INCRA pudesse realizar a vistoria da área. Como não existe uma atividade diária na lavoura e as necessidades existentes num acampamento são dos mais diferentes níveis que se possa imaginar, não há outra saída para os agricultores. As dificuldades para conseguir um trabalho quando se está num acampamento também são muitas; em geral, disputam trabalho com outros trabalhadores diaristas, estão distantes de áreas que necessitem de mão-de-obra volante, ou ainda, são impedidos de trabalhar por causa de intempéries. Embora, a direção do MST se oponha ao fato do agricultor acampado trabalhar de bóia-fria sob o argumento de que *a prioridade é garantir a terra, pois, a situação de acampado é apenas provisória*, não há outra alternativa para estes agricultores.

Na situação de acampamento, tudo que se puder dividir será dividido. Todo e qualquer remédio que algum acampado tiver irá para a farmácia comunitária, que eles geralmente organizam, para que possa servir para uma outra pessoa que necessite, o que não ocorre, sem alguns momentos de conflito.

A precariedade da situação em que vivem estes trabalhadores faz com que eles não apenas criem ou reforcem seus laços de amizade aumentando a coesão do grupo, mas faz, também, com que estes busquem formas alternativas de organização tanto da vida política como das coisas mais simples de sua vida cotidiana. Como mostra o depoimento de uma assentada sócia da COOPROSERP sobre suas experiências nos dois acampamentos pelos quais passou:

No acampamento se eu tinha uma colher de sal dividia com os outros e às vezes não tinha nada (...) Nas épocas de carestia as irmãs ensinavam a gente a fazer comida alternativa(...) A gente fazia aquele peixe falso, fazia broto de samambaia e uma comida com folha de mandioca para ajudar na alimentação das crianças (Entrevista n.º 3/ pesquisa de campo/1997)

Tais ações foram alternativas simples para a solução de problemas graves como a escassez de alimentos e a desnutrição das crianças, criadas a partir da discussão dos agricultores em conjunto com a Comissão Pastoral da Criança. Se o nível nutricional das crianças é um dos indicadores de desenvolvimento, a situação das crianças acampadas reflete a situação da organização do grupo em geral. Onde existe um nível de cooperação maior os agricultores buscam alternativas até mesmo na questão da alimentação, como se observou no

---

<sup>19</sup> Existem alguns acampamentos que recebem doações que não são em dinheiro, mas em alimentos, roupas etc. Essas doações são feitas geralmente por igrejas ou até mesmo por alguns assentamentos de regiões próximas ao local.

depoimento da assentada. Nos casos onde a organização cooperada é mais frágil, são freqüentes os casos de desnutrição e até mesmo mortes em função disto.

Uma outra reconstrução que se inicia em muitos acampamentos é o papel da mulher em outras esferas da organização que não as tradicionalmente femininas como creche e/ou cozinha comunitária. Passa a ser freqüente sua participação nas instâncias de decisões e comissões de negociação. Já no momento da ocupação, as mulheres têm um papel fundamental na organização do acampamento. Geralmente, são elas e as crianças que vão à frente no momento em que uma área é ocupada. Elas funcionam como uma espécie de corrente protetora contra os possíveis ataques de policiais, pois os agricultores presumem que com isso possam sensibilizá-los, evitando o conflito direto.<sup>20</sup>

De certo modo, todos estão envolvidos ou participam de alguma atividade dentro do acampamento que envolva algum nível de cooperação. Isto pode ser visto através de ações como: a construção de escolinhas organizadas pelos próprios acampados; na estimulação da participação dos jovens nas atividades desenvolvidas no acampamento, que tem por objetivo fazer com que este permaneça no campo e valorize o trabalho rural; na formação dos grupos coletivos para o primeiro plantio, na formação da equipe de negociação, de saúde, de segurança, ou seja, como já se disse, o MST espera que todas essas ações acabem facilitando embora não definindo, a organização do futuro assentamento. Como nos mostra ABRAMOVAY (1987, p. 58) *Nesse sentido, o acampamento é também, uma escola viva da reforma agrária. Nele vão-se estruturar os mecanismos organizacionais que serão decisivos numa fase posterior da luta : o assentamento.*

Entre o final de 1987 e início de 1988, diante da desconsideração, pela Assembléia Constituinte, das petições encaminhadas pelo MST com propostas para a reforma agrária, o movimento novamente muda suas estratégias de luta.

Ver-se-á, a seguir como o MST tem procurado organizar os assentamentos de Reforma Agrária a partir do acúmulo de experiências desenvolvidas durante o tempo de acampamento e da inspiração das concepções que lhes são transmitidas por seus mediadores no que tange a cooperação.

---

<sup>20</sup>Esta reconstrução não significa a superação definitiva da subalternidade da mulher como se verá na discussão sobre o assentamento e organização da cooperativa de produção.

### 3.2 - O Assentamento

Embora o acampamento tenha um papel importante na formação dos agricultores, tal experiência, por si só, não garante o sucesso ou insucesso do futuro assentamento.

No momento em que os trabalhadores rurais saem da condição de acampados para a de assentados, novos desafios lhes são colocados. Se o acampamento representava um mecanismo de luta pela terra e este se mostrou eficiente resultando na conquista desta terra, a viabilização do novo assentamento em termos econômicos, políticos e sociais representa tanto a viabilização da vida do agricultor quanto da reforma agrária.

Nossa organização a gente achava que tava boa. Mas quando a gente chega no assentamento (...) Se a gente lutava lá fora no assentamento a luta tem que reforçar mais ainda. Se tinha uma dificuldade para a gente conseguir a terra, depois que a gente chega na terra a gente vê a dificuldade maior ainda porque a gente chega sem nada e precisa começar uma nova organização junto né para conseguir explorar a terra, plantar e produzir.<sup>21</sup>

O ritmo de vida a qual estavam submetidos os agricultores na condição de acampados muda na ocasião do assentamento. Agora lhe é exigida uma organização mais sólida que vá dar conta efetivamente da produção agrícola e, de um modo geral, da educação das crianças, da alfabetização dos adultos e de outras questões envolvidas no dia-a-dia do assentamento. Nesta nova fase os desafios são muito grandes até porquê geralmente tem-se uma mudança na natureza da participação dos agricultores envolvidos nesse processo. Como nos mostra a reflexão a propósito das dificuldades de implementação do assentamento Vitória da União:

Se enquanto Sem-Terra, sua reivindicação básica era a garantia do acesso a ela, a partir do momento em que isto se viabiliza, passam a se defrontar com uma realidade qualitativamente diferente. Portanto, o caráter de suas reivindicações se altera e suas formas de organização tendem a se reajustar à realidade que se lhes apresentava, modificando-se com isso também, a sua forma de perceber a realidade (BONIN, 1987, p.87).

Uma destas mudanças tem a ver com um certo refluxo da participação dos agricultores em atividades coletivas. Pode-se citar, dentre as várias dificuldades encontradas na

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida aos alunos organizadores do III Estágio de Vivência Multidisciplinar da UFPR.

continuidade das atividades comunitárias, a que diz respeito a pouca participação das mulheres.<sup>22</sup>

A permanência do jovem no campo também tem sido alvo de preocupações no momento de se organizar o projeto de assentamento. No que diz respeito a tal fato, a direção do MST tem procurado trabalhar no sentido de despertar no jovem agricultor a consciência da importância da sua permanência no campo. Para tanto, tem-se procurado envolver os jovens nas discussões acerca do desenvolvimento do assentamento, tem-se incentivado o desenvolvimento de equipes de lazer, organizadas pelos próprios jovens, de forma a criar uma alternativa para que não haja necessidade de se deslocar até a cidade. Deslocamento este que não se constitui uma tarefa fácil considerando que a maioria dos assentamentos do Paraná estão distantes de seus municípios e nos finais de semana isto se torna mais difícil ainda pois, geralmente, não há ônibus para as cidades.<sup>23</sup>

Apesar destas dificuldades, o maior desafio que se apresenta no momento da instauração do assentamento é o que diz respeito à organização da produção, não por falta de propostas, mas pelas várias possibilidades existentes e um certo receio dos agricultores em escolher uma outra que não faz parte da sua tradição: a produção familiar em lotes parcelados.

É no momento do assentamento que começam a aflorar as diferenças existentes entre os trabalhadores em relação a forma de organizar a produção, em relação a forma de trabalhar a terra, em relação à comercialização dos produtos, enfim, é com a instauração do assentamento que se evidenciam as diferentes visões que os assentados têm sobre os diversos níveis de sua vida.

Não que na ocasião do acampamento estas diferenças estivessem ausentes, elas na verdade sempre existiram, estavam apenas secundarizadas em detrimento de um objetivo maior que os unia - a conquista da terra. (BONIN, 1987)

A viabilização do assentamento, do ponto de vista dos trabalhadores rurais, parece fazer parte de seu plano particular de autonomia construído a partir da conquista da terra.

---

<sup>22</sup> A direção do MST tem buscado sanar estes problemas incentivando as mulheres para que no momento do assentamento elas continuem com as atividades que vinham desenvolvendo no acampamento e trabalhando do sentido de fazer com que esse tipo de prática faça parte do cotidiano dessas agricultoras agora assentadas. Nesse sentido, tem-se procurado realizar encontros regionais de mulheres assentadas, incentivando a sua participação em todas as esferas de organização não apenas do assentamento, mas no próprio quadro organizacional do MST, resgatando a história de luta das mulheres ao longo de nossa história e até mesmo tratando de questões como a sexualidade da mulher agricultora, fato que até pouquíssimo tempo era ignorado.

<sup>23</sup> O número de jovens que saem do campo pela dificuldade de acesso à serviços de educação, saúde, e lazer é muito grande. Conforme levantamento sócio-econômico, realizado pela equipe de estudos rurais da Coordenação de Movimentos Sociais da UFPR numa área de acampamento denominada Fazenda São Joaquim no município de Teixeira Soares, este é fator principal de êxodo dos Jovens. Também na COOPROSERP existem jovens que foram trabalhar nas zonas urbanas em função da facilidade de acesso a esse tipo de serviços.

D'INCAO e ROY, em sua pesquisa com os trabalhadores sem terra num assentamento de reforma agrária no estado de São Paulo, mostra que:

Sabia-se da aspiração à liberdade que os tinha levado a se mobilizarem, juntamente com suas famílias, para a conquista da terra, sobre a qual estavam, de agora em diante, instalados. Eles vinham, cada um, de uma história parecida. História longínqua de pequenos arrendatários ou parceiros nas grandes fazendas e histórias mais recentes de trabalhadores temporários ou ocasionais, rurais e urbanos, submetidos ao arbítrio de um empregador ou de seu preposto. Cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e em seu esforço. Eles não queriam depender senão deles mesmos. E elaboravam a partir daí seus projetos (1995, p. 28).

Neste sentido, apesar de todo um ideário de cooperação que havia se construído durante o acampamento, a aspiração pelo acesso a uma parcela de terra – *a sua parcela* – fica evidenciada neste período.

Por outro lado, a conquista da terra, do ponto de vista do MST, se insere num plano mais geral da luta - a reforma agrária e a luta por uma nova sociedade. O que não significa que os trabalhadores já assentados, na sua busca por efetivação de uma autonomia, deixem de apoiar estas lutas, mas existe uma forma diferenciada de encaminhamento dessas questões entre os diferentes atores sociais envolvidos na luta pela terra.

Esta mudança no modo de perceber a realidade por parte dos assentados ocasiona o acirramento das discussões em torno da forma de organização do projeto de assentamento tanto entre eles mesmos quanto entre estes e a direção do MST.

Como organizar o projeto de assentamento de modo que tal organização dê conta efetivamente dos anseios dos agricultores e ao mesmo tempo, viabilize o assentamento economicamente? Como unir numa mesma proposta o desejo de autonomia pretendido pelo trabalhador rural, que, na maioria das vezes, pressupõe a propriedade privada da terra e desejo do MST de preparar as bases para a extinção da propriedade privada e da subjetividade ligada a ela? Ou, ainda, como integrar dentro de uma mesma organização produtiva objetivos tão distintos e aliá-los numa proposta ainda maior de mudança na estrutura social de um país?

Este antagonismo entre o que é pretendido pelos agricultores no momento da ocupação e o que realmente é feito no momento do assentamento representa um dos maiores problemas enfrentados pelo MST hoje. Desta justaposição de percepções derivam alguns dos problemas vistos anteriormente neste item.

Na tentativa de encaminhar a resolução de algumas dessas questões é que o MST iniciou algumas experiências de organização coletiva da produção e incentivou formas de cooperação que não correspondiam, necessariamente, à cooperação agrícola, mas de certa forma, apontavam algumas possibilidades para tal organização.

Como se viu, as formas de organização coletiva tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos tiveram uma interferência muito grande dos mediadores. Elas surgiram em parte, como fruto de outras formas de cooperação desenvolvidas no acampamento e posteriormente no assentamento, subsidiadas pelas concepções de seus mediadores. Como mostra este trecho dos cadernos de formação do MST:

Entre 1979 e 1985 surgem os primeiros grupos coletivos ou associações informais. Fruto do trabalho pastoral, que representaram o início da discussão e da prática do trabalho coletivo nos assentamentos (...)Entre 1985 e 1989, multiplicaram-se as experiências cooperativas como: associações de máquinas, de animais, de compra e venda de produtos agrícolas e mais tarde associações e cooperativas que fizeram uso coletivo da terra. (MST, 1993, p.12 e 24)

É claro que inicialmente estas práticas representaram uma possibilidade de organização a ser expandida por todo meio rural. Diante da conjuntura política e econômica que os assentamentos estavam enfrentando e com a grande propaganda difundida pelos mediadores e pela direção do MST a respeito das possibilidades inovadoras desses projetos coletivos, muitos agricultores se propuseram a levar a cabo tais propostas. Mas as descontinuidades entre a teoria e a prática coletiva, proporcionaram a desistência de famílias que haviam ingressado nestas organizações.

Mesmo assim, apesar de uma resistência inicial considerável, muitas famílias de trabalhadores rurais continuavam engrossando as estatísticas de associações formadas pelo MST, como se viu na citação anterior.<sup>24</sup>

Os níveis de cooperação mais comuns, encontrados nos assentamentos, que dizem respeito especificamente à produção são:

- a) Troca de dias - Este tipo de cooperação é muito comum tanto entre os assentados de um mesmo assentamento quanto entre assentados de assentamentos ou acampamentos diferentes que estejam geograficamente próximos. É uma prática usada principalmente nos momentos de pico na lavoura como colheita, plantio, destoca, atividades estas que exigem uma certa agilidade na sua realização, prática corriqueira entre os agricultores;

---

<sup>24</sup> Hoje existem cerca de 400 associações, 24 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), 18 Cooperativas de Comercialização e Serviços (CPS's), e 2 Cooperativas de Crédito conforme citado por SIZANOSKI, Raquel. O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis 1998.

b) Mutirão ou puxirão - reúne diversos vizinhos para trabalhos coletivos como: capina, plantio, colheita, etc. É uma forma *bem simples* de cooperação porque não chega a exigir a divisão social do trabalho (MST, 1993).

c) Associações para aquisição de vacas leiteiras - As vacas são apenas compradas coletivamente, sua criação e comercialização do leite são de forma individual;

d) Condomínios - Todo o processo desde a aquisição dos implementos até a comercialização do produto é realizado de forma coletiva. Normalmente, existe uma área coletiva para o plantio do pasto, a formação dos piquetes, construção de armazéns e estrebaria ou pocilga. Os condomínios se multiplicaram no Brasil, principalmente no estado de Santa Catarina junto a produtores de suínos e grupos de armazém comunitário (MST, 1996, 18). No caso do Paraná, a maioria dos condomínios são de bovinocultura-leiteira.<sup>25</sup>

e) Associação de máquinas e implementos agrícolas - Essa forma de cooperação é uma das mais comuns nos assentamentos. A aquisição do maquinário e seu uso são de forma coletiva. Geralmente há um assentado que exerce a função de tratorista e presta serviços para a associação. Cada assentado tem direito a um número “X” de horas máquina que é definido pelo conjunto de sócios. O planejamento das atividades que um trator, por exemplo, deverá realizar também é definido coletivamente.

f) Associação ou grupos semicoletivos - Mantém-se os lotes individuais, mas uma parte da terra é usada para lavouras coletivas. Essa experiência de cooperação na produção, no MST teve grande desenvolvimento durante o período de 1985 e 1988. Foi a experiência de cooperação mais constante nesse período depois das associações. Com o tempo, o número foi reduzido drasticamente restando atualmente poucas experiências em alguns Estados do nordeste. (MST, 1996)

---

<sup>25</sup>Conforme se pode observar durante a realização do I Censo da Reforma Agrária, a maior parte dos assentados entrevistados iniciou um condomínio de leite coletivo e com o passar do tempo apenas a comercialização do leite continuou sob a forma coletiva. As diferenças principalmente culturais na forma de organizar o trabalho acabaram interferindo na realização dos projetos coletivos. No entanto, segundo o depoimento dos próprios assentados, “(...) *Algum tipo de cooperação se faz necessário, mas é muito difícil a adaptação porque cada um tem um jeito de trabalhar*”.

g) Associações e Cooperativas de produção: nestes grupos a terra é coletiva e todas as atividades produtivas são feitas em coletivo como é o caso do assentamento Novo Paraíso, onde se desenvolvem tanto as experiências da cooperativa quanto da associação.

Tem-se ainda, a organização de grupos de famílias que, já tendo feito a opção pelos lotes individuais reúnem-se apenas para discutir eventuais problemas na produção. Embora, este tipo de cooperação não diga respeito à cooperação agrícola na produção e seja algo ainda novo dentro dos assentamentos, o MST considera-o importante, pois acredita que poderá *evoluir* para uma forma *superior* de cooperação.

Todas estas formas de cooperação desenvolvidas no âmbito do assentamento assumem níveis de hierarquia diferenciados dentro das concepções do MST. Esta classificação entre formas superiores e inferiores de cooperação se dá segundo três níveis: o nível de coletivização dos meios de produção (máquinas, equipamentos e terra), o grau de especialização de mão-de-obra e o nível de divisão social do trabalho que cada uma destas formas de cooperação envolve. Além destes três critérios principais, constam, nos documentos do MST, outros elementos e/ ou critérios de diferenciação para caracterizar níveis de cooperação mais simples e níveis de cooperação mais complexos como: aspectos legais, organização das moradias em agrovilas (MST, 1993).

Nesse sentido, o mutirão, por exemplo, é tido como uma forma inferior de cooperação embora a direção do MST considere-o melhor do que nenhuma forma de socialização do trabalho. Para a direção do MST, estas formas de cooperação geram as bases necessárias para que se possa construir novas formas de cooperação concebidas como mais avançadas. Como consta em um de suas publicações: *Com o tempo, o grupo de famílias deve ser estimulado para evoluir para outras formas de cooperação como grupo de associação de máquinas, grupos de produção semicoletivizadas ou mesmo de produção coletivizada* (MST, 1996, p.9).

A esta hierarquização dos diferentes níveis de cooperação está relacionado, ainda, um quarto fator, porém de cunho mais ideológico: o maior ou menor nível de conscientização dos sujeitos envolvidos. Pode-se observar explicitamente estes critérios na concepção que o MST tem a respeito dos grupos semicoletivos e coletivos:

Os semicoletivos podem ser considerados um passo adiante no processo de evolução para as formas mais avançadas de coletivização (...). A principal contradição... está em conciliar os interesse **individuais** com o interesse **coletivo** (...). Os grupos de produção coletivizada são um passo na organização da produção, pois já exige um **grau de consciência mais elevado** por aglutinar pessoas ou famílias que já estão dispostas a organizar o processo de produção de forma coletiva.(...) Nesta experiência como existe um **grau de consciência mais elevado**, há a divisão social do trabalho e toda a mão-de-obra do grupo está submetida ao planejamento do coletivo ( MST, 1996, p. 10).

Foi a partir dessa concepção hierarquizada da cooperação agrícola na produção, que o MST incentivou a criação de um maior número de associações e cooperativas na pretensão de que estas experiências, sendo bem sucedidas, pudessem servir de modelo para os outros assentamentos que pretendessem organizar alguma forma de cooperação na produção. Em 1993, já haviam sido organizadas pelos agricultores ligados ao MST em todo país, mais de 300 associações voltadas à produção, ao comércio e a prestação de serviços (MST,1993).

Ver-se-á a seguir de que forma a proposta de organização das cooperativas de produção chegou ao MST, como este tem procurado organizar as cooperativas de um modo geral e que elementos teóricos a informaram.

### **3.3 - Origens e Desenvolvimento das Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs**

A conjuntura política de 1986 a 1988 ao contrário do que previu, mostrou-se pouco favorável à implementação das reivindicações dos agricultores sem terra em função das derrotas das propostas dos trabalhadores no I PNRA e também na Constituição, como se viu anteriormente. Diante desta conjuntura e do redirecionamento das estratégias de luta do MST, a viabilização dos assentamentos passou a ser a maior “bandeira de luta” pela reforma agrária. Além das formas mais simples de cooperação que se desenvolviam nos assentamentos e acampamentos, o MST começou a avançar também na discussão acerca de formas de cooperação que envolvesse um grau maior de coletivização dos meios de produção ou mesmo a coletivização total destes. Estas discussões se deram, principalmente, naqueles assentamentos onde já havia se instalado algum tipo de organização coletiva. Isto tanto é verdade, que o grupo de agricultores convidado a fazer parte da primeira experiência totalmente coletivizada do MST vinha, desenvolvendo uma forma de trabalho coletivo há dois anos. A direção do MST esperava que alguns destes grupos, conforme o desenvolvimento do trabalho, caminhassem gradativamente para uma organização cada vez mais coletivizada. Como mostra o depoimento deste agricultor acerca da proposta de coletivização:

A idéia era tentar coletivizar o máximo possível, daí entra a terra, os meios de produção e os resultados da produção também né? Então por este aspecto e que se buscou aprofundar a concepção sobre cooperação. Porque não adianta só ganhar a terra e não mudar nada, os problemas vão continuar acontecendo, de limite de produção de organização (Entrevista n° 7/ pesquisa de campo/1997).

Foi nesse contexto que a idéia de formação das CPAs ganhou força. Contudo, o modelo de organização da produção baseado na constituição das CPAs teve, por sua vez, uma origem mais específica. De um lado, foi fruto de discussões ocorridas no final da década de 80, num contexto político desfavorável à implementação das propostas do MST e da premência de viabilizar economicamente os assentamentos. De outro lado, foi inspirado pela assessoria prestada à direção do MST por um economista que já tinha desenvolvido um trabalho desse tipo junto a camponeses na América Central.<sup>26</sup>

Na realidade, a idéia de se organizar as Cooperativas de Produção sofria grande restrição no âmbito do MST porque as cooperativas de um modo geral estavam sob o controle do poder público e o Movimento queria uma forma de organização independente, que estivesse sob seu controle. Nesse sentido, as CPAs surgem meio a revelia das estratégias iniciais do MST. Sua adoção como o grande “carro chefe” e o grande “out door” de viabilização dos assentamentos ou ainda “a menina dos olhos” do MST (conforme denominou o próprio movimento) foi decorrente da assessoria que receberam de MORAES e da consideração de que era a mais adequada para atingir seus objetivos. Além disto, em 1988 a nova Constituição brasileira retirou as cooperativas em geral do controle estatal, o que foi decisivo para que a proposta de CPAs pudesse se viabilizar (MST, 1996).

A concepção de CPA então delineada tinha por base, segundo esta assessoria, a Teoria das Organizações que seria uma corrente dentro da sociologia das organizações voltada principalmente para a estruturação de empresas no meio rural (MORAES, 1986).

Tal como formulada pelo referido autor, fundamentava-se numa determinada versão do marxismo-leninismo a respeito da agricultura e do os camponeses: a inferioridade da pequena produção camponesa, considerada arcaica, artesanal e em vias de desaparecimento; a eficácia da produção modernizada, da tecnologia industrial aplicada à agricultura, só otimizada no formato grande empresa, com níveis avançados de divisão do trabalho e

---

<sup>26</sup> MORAES, Clodomir In: Cadernos do MST n° 11, SP, 1986. Ex-militante do Partido Comunista e exilado no período do regime militar, Clodomir já tinha uma certa relação com os movimentos camponeses desde a década de cinquenta onde atuou como organizador e assessor das Ligas Camponesas. Em seu tempo de exílio durante regime militar a idéia das CPAs foi desenvolvida como parte da sua tese de doutoramento e posteriormente aplicada como método de organização camponesa em vários países da América Central, daí como funcionário da OIT/ ONU (MST, 1986, p.27).

especialização da mão-de-obra em contraposição ao rudimentarismo, atraso e ineficiência da produção familiar; a idéia de que sobre uma base produtiva de grande empresa floresceria a consciência revolucionária dos camponeses proletarizados, ao contrário do ideologismo pequeno-burguês correlato a pequena produção camponesa; a concepção de que o formato de cooperativa coletivizada, mesmo impedido de desenvolver suas potencialidades no capitalismo, seria capaz de competir com a grande empresa capitalista, algo impensável para os camponeses; e, por fim uma certa percepção da cooperativa coletivizada, como o anteato do socialismo, ao formar trabalhadores sociais livres dos resquícios individualistas do camponês (FERREIRA, 1998).

Seu método de implementação era o de criar uma consciência administrativa através da vivência naquilo que se chamou de *Laboratório Experimental ou Organizacional* (LOCs) Estes LOCs tinham por princípio pedagógico a idéia de reduzir as condições reais do trabalho camponês ao nível da experimentação, a fim de diagnosticá-las a partir de um processo de racionalização entendido como sendo científico. Cria-se uma situação administrativa onde os membros vão buscar possíveis soluções.

Esse processo foi organizado a partir do que se convencionou de **estrutura primária**. Esta estrutura consiste em criar um grupo de três a quatro pessoas que serão os **laboratoristas**, a eles são transferidos alguns conhecimentos sobre possíveis acontecimentos decorrentes da composição social dos integrantes do LOC. Estes laboratoristas coordenam o grupo maior que deverá ter no mínimo 40 pessoas. A este grupo são transferidos os bens e meios de produção necessários para a organização de uma empresa fictícia (MORAES, 1986). A partir daí os participantes estão sujeitos a problemas de toda ordem e devem buscar formar racionais para resolvê-los. O objetivo dos LOC na realidade é demonstrar através destas experiências que os problemas de uma organização podem com uma certa facilidade ser resolvidos a partir de um processo de racionalização, baseado no cálculo, planejamento, na previsibilidade de situações.

Nesse aspecto, a característica marcante da metodologia desenvolvida nos Laboratórios Experimentais e que fundamenta também a proposta de organização das CPAs é apropriação que MORAES faz sobre a *racionalidade nas organizações*. Sua reflexão, embora pautada no conceito marxista, tem por base evidente uma perspectiva de racionalidade formulada por TAYLOR, FAYOL, GULICK entre outros, para os quais o problema do comportamento do ator social não constituía um problema no âmbito das organizações. Os problemas de uma organização resultavam *de estruturas de trabalho mal concebidas e mal*

*concretizadas geradas pela aplicação deficiente dos preceitos de uma ciência da organização* (FRIEDBERG, 1996, p. 378).

Para estes teóricos, a racionalidade dos indivíduos era sempre determinada em função da possibilidade de maximização dos lucros materiais e da previsibilidade de situações. Tal perspectiva concebia o indivíduo como um elemento passivo uma vez que submetido à determinados estímulos responderia sempre de forma estereotipada a estes - o postulado do *Homo economicus*. (FRIEDBERG, 1996).

A perspectiva organizacional proposta por FRIEDBERG, conduz a uma reflexão mais geral sobre a ação social e seu contexto e ao mesmo tempo desconstrói a noção clássica das organizações. Restitui-se desse modo, uma certa autonomia do indivíduo em relação as suas necessidades materiais e psicológicas. O entendimento de que indivíduo não é movido exclusivamente pelo fator econômico, mas é igualmente motivado por sua afetividade e por suas necessidades psicológicas mais ou menos conscientes. Nas palavras de CROZIER *não é apenas a mão é também o coração* (FRIEDBERG, 1996, p.379).

Uma contribuição importante para esta nova perspectiva da teoria organizacional foi o conceito de *racionalidade limitada*. Ao introduzir o conceito de racionalidade limitada ou relativa SIMON partiu de duas questões: a primeira foi que a racionalidade estava sujeita à limitações e que estas eram dadas pelo contexto organizacional no qual o ator social estava inserido, a segunda foi que o conceito de irracionalidade utilizado até então para designar o que não se considerava como sendo racional era ineficiente pois, segundo o autor, os comportamentos humanos são apenas “desejados de forma racional” não correspondem de modo algum a hipóteses perfeitas (FRIEDBERG, 1996).

Tal concepção pressupôs que toda e qualquer opção seria feita sob pressão e que a racionalidade humana seria limitada por duas grandes coações: conhecimento de um decisor sobre determinado assunto é sempre incompleto porque o conhecimento das diferentes conseqüências das diferentes possibilidades de ação e do seu valor no futuro é sempre fragmentário; nenhum decisor está apto a otimizar suas soluções em função da complexidade dos processos mentais que isto implica. Para SIMON, os atores não otimizam contentam-se como uma solução satisfatória.

Segundo FRIEDBERG,

Só raramente os indivíduos têm preferências ou objetivos claros. Sobretudo, nem sempre têm tempo para calcularem suas atitudes em função dessas preferências. São levados a tomarem as medidas necessárias para se protegerem, o que pode obrigá-los a reconsiderar as finalidades de sua atuação no meio do percurso, ou a inventar ou descobrir outras, a “racionalizarem” sua ação. É, portanto, ilusório considerar o comportamento humano sempre refletido, isto é, mediatizado através de um cálculo a partir de objetivos previamente fixados (FRIEDBERG, 1996, p.383).

Nessa perspectiva, o comportamento do ator social deve ser entendido numa visão menos intencional e linear. A proposta é a de que as análises sejam feitas a partir do chamado utilitarismo metodológico no sentido de perceber elementos racionais e irracionais (afetivos, ideológicos, culturais etc.) da estruturação do campo, ou seja, as características do jogo ou dos jogos em que os atores estão envolvidos (FRIEDBERG, 1996).

Poderia-se completar a noção de *racionalidade limitada* com a proposta de *racionalidade intermediária* ou *cognitiva* proposta por BOUDON (1995) no sentido, de tentar *compreender as razões válidas* para que o ator se comporte dessa ou daquela forma.

Ao propor a redução das condições reais de uma cooperativa a experimentação através dos chamados laboratórios, CLODOMIR acreditava ser possível essa forma de racionalidade, de total previsibilidade de comportamentos individuais. Apesar de se considerar um intelectual da teoria das organizações e já ter desenvolvido uma série de experiências na América Central também com cooperativas, o autor não incorporou todas estas contribuições clássicas da sociologia e da economia das organizações.

Para ele o Laboratório Experimental representava *um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada* (MORAES, 1986, p.40) ou seja, despertar nele a *consciência* da sua capacidade de se organizar e controlar a estrutura produtiva que, administrada de forma autônoma e eficiente, poderia sobreviver nas condições do mercado capitalista (NAVARRO, 1995).

Isso só seria possível *por intermédio de uma aceleração preconcebida da “práxis” de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos quer sejam os que dão forma quer os que buscam desintegrar* (MORAES, 1986, p.40).<sup>27</sup>

Esta desintegração seria ocasionada por efeitos inesperados ou ainda, parafraseando o autor, o estado de *anomia*. Contudo, este estado pode ser superado a partir da orientação dos laboratoristas que procurarão gerar dentro do grupo a participação organizada. Assim, o próprio grupo vai procurar dentro da suas dificuldades encontrar...

---

<sup>27</sup> Grifo nosso.

Os mecanismos auto-corretivos como num processo de profilaxia (saneamento) tirando experiência de sua desordem e ineficiência por meio da assinalamento oportuno de todo o tipo de vícios que se originam de tendências artesanais, visando objetivar seus problemas, o que significa mais ou menos, que o grupo terá diante de si uma espécie de fotografia ou retrato de si mesmo (MORAES, 1986, p.41).

Esse saneamento permite no entendimento do autor, uma segunda etapa do método que é a *sincrese*. Nesta etapa os alunos irão procurar detectar os problemas no interior da empresa que se estão organizando. A *sincrese* por sua vez deverá ser seguida de outras duas etapas complementares, a *crítica* e a *análise*. A crítica é entendida como mecanismo que vai possibilitar a melhoria da estrutura organizacional e a partir disto, a organização como um todo será analisada à luz da *teoria da organização*. A partir desse processo gradativo se tem a superação do estado de *anomia*.

Contudo, a própria teoria das organizações, pelo menos a que é considerada clássica da teoria social não procura escamotear as diferenças existentes em sua estrutura.

Não é mais que um universo de permuta e de conflito um instrumento de cooperação entre interesses conflituais, uma arena onde se tomam decisões, um contexto onde se entrecrocamos, se confrontamos e se ajustamos racionalidades e comportamentos múltiplos e eventualmente contraditórios, um entrelaçamento de contratos, uma estrutura de jogos cujas características e regras formais e informais canalizam simultaneamente as estratégias de poder dos diferentes participantes, e de que constituem elas próprias o processo e o resultado (FRIEDBERG, 1995, p. 385 )

Para FRIEDBERG (1995), a única forma de garantir o bom funcionamento de uma organização é aumentar os níveis de cooperação entre seus participantes.

MORAES acredita que o estado *anômico* está estreitamente ligado ao formato organizacional da produção. Assim, ela é derivada em grande medida das formas artesanais de produção. Portanto, o tempo para realização do laboratório será muito maior se o grupo que está participando for formado basicamente por trabalhadores ligados a agricultura familiar pois trazem os vícios desse tipo de organização.

A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês, determina muito de seu **comportamento ideológico** no momento em que participa dentro grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses é muito baixo, mas ele procede da incompatibilidade do tipo estrutural que distingue tal organização de caráter e participação social (MORAES, 1986, p.12).

Entendia-se que a partir da introdução da *consciência organizativa* e da *divisão social do trabalho* na experiência do laboratório esse comportamento ideológico mudaria. Nesse sentido, MORAES (1986, p.15) pressupõe que *os assalariados do campo tendem naturalmente à organização social, pois, além de trabalharem socialmente organizados, operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo.*

O desenvolvimento de formas mais complexas de cooperação representava, desse modo, as condições para que se superasse este estado de coisas e de mentalidade que implicavam a vida camponesa. As CPAs surgiram como forma de criar as condições para essa transformação, criando uma *nova mentalidade, uma mentalidade empresarial* que deverá substituir a *mentalidade do tipo artesanal* que traz consigo relações do *tipo familiar* impedindo o pleno desenvolvimento do grupo enquanto *empresa coletiva*.

Nesse sentido, pretendia-se um certo distanciamento daquelas primeiras formas de cooperação desenvolvidas pelo MST, onde o grupo coletivo assumia basicamente o papel de grande família. Isto pelo fato desta cooperação inicial estar associada a uma representação religiosa - de uma comunidade de irmãos - e até mesmo pelo baixo nível de coletivização que implicavam as formas iniciais de cooperação, como se viu anteriormente.

O conceito de cooperação proposto em termos dessa nova perspectiva - teoria organizacional - é um intento de romper com uma visão mais “messiânica” da cooperação e propondo uma organização mais política a partir de um modelo que se diz baseado paradigma marxista.

Como já havia uma certa propensão à idéia de coletivização dos meios de produção, informada, em grande medida, pela ação dos mediadores (como se viu no capítulo anterior), o MST não hesitou em aceitar a idéia da formação de CPAs, até por que tinha todo um contexto que corroborava para tanto.

Dentro do MST sempre se trabalhou a idéia de trabalho coletivo né, do pessoal se manter unido mesmo depois que conseguisse a terra e também como uma forma econômica da gente se desenvolver e mostrar que a reforma agrária é viável mesmo (....) A idéia era trabalhar com uma empresa rural e daí surgiu a idéia da cooperativa (Entrevista n.º 2/pesquisa de campo/1997)

Estas discussões no âmbito do MST em torno das possibilidades de formação de CPAs marcaram os anos de 1987 e 1988. Ao mesmo tempo, as mudanças na Constituição no que se referia às cooperativas abriram as possibilidades de criar uma cooperativa sob o controle dos trabalhadores, o que incrementou as ações do MST neste sentido (MST, 1993).

A primeira grande tarefa do MST era demonstrar que a cooperativa que se estava pretendendo formar era essencialmente diferente das cooperativas tradicionais, das chamadas cooperativas capitalistas já tão conhecidas e temidas pelos agricultores.

Assim, foi organizado em 1988 o I Laboratório Organizacional ou Experimental em nível nacional, contando com a participação de lideranças de todos os Estados onde o MST estava estruturado.

O curso, com duração de 30 dias foi ministrado no município de Palmeira das Missões, região do Alto Uruguai, extremo sul do país. Nesse período, os alunos tiveram contato com parte da literatura sobre o desenvolvimento rural e agrário no Brasil, incluindo as legislações de terra e referentes à organização produtiva (Estatuto da Terra, Leis de Terras de 1850, I PNRA, Leis Cooperativistas), além de informações sobre a situação do camponês nos países socialistas, o lugar do camponês nas obras marxistas etc. (MEMÓRIA DO FIP, 1988).

Além dessa parte teórica, o curso contava com uma parte prática onde os alunos, através da colaboração dos chamados “laboratoristas” (instrutores), criavam uma cooperativa fictícia e procuravam organizá-la tal como previsto na literatura organizacional de MORAES. Animados com as experiências desenvolvidas no Laboratório Experimental e com grande apoio da direção do MST, criaram-se, no ano de 1989, as primeiras CPAs no país, uma no Estado do Rio Grande do Sul, a COOPANOR (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Ramada) e outra, no Estado do Paraná, a COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga), ambas só oficializadas no ano de 1992.<sup>28</sup>

Dentre as formas de cooperação desenvolvidas, a organização das CPAs assume uma posição superior no entendimento do MST. Isto se justifica segundo o movimento, por três razões: de ordem econômica, de ordem política e de ordem social. Conforme o próprio material elaborado para as discussões sobre cooperação, as razões de *ordem econômica* dizem respeito à possibilidade de:

- ***Aumento do capital constante.*** A única maneira dos pequenos produtores e assentados possuírem mais máquinas e mais insumos é desenvolvendo a cooperação agrícola;
- ***Aumento da produtividade.*** É preciso fazer a divisão do trabalho, ou seja, cada trabalhador faz uma parte do trabalho, mas mais rápido e com mais qualidade;

---

<sup>28</sup> Não existe um consenso em relação a qual foi de fato a primeira cooperativa implementada pelo MST. Tanto os gaúchos quanto os paranaenses reclamam para si o pioneirismo nesta prática. Como estas cooperativas nasceram informalmente e só muito tempo depois foram formalizadas e os registros iniciais de sua implantação são muito falhos não há como estabelecer uma data com precisão.

- ***Aumentar a divisão do trabalho e especialização.*** A cooperação agrícola é a única forma de ir introduzindo e aumentando a divisão do trabalho na agricultura;
- ***Racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais.*** Numa propriedade onde se aplica a organização do trabalho artesanal em que o agricultor tem que produzir um pouco de tudo para sobreviver é *impossível* aproveitar corretamente as potencialidades do solo e do clima o que na cooperação agrícola já é possível;
- ***Conseguir melhores preços para os produtos.*** Quando há uma quantidade maior de produtos a serem comercializados é mais fácil conseguir melhores preços;
- ***Desenvolver a Agroindústria.*** Futuramente só vai continuar na agricultura quem tiver vinculado a agroindústria. (MST, 1993).

As razões de *ordem social* se explicam por propiciar :

- ***Urbanização das moradias.*** Permite quebrar o isolamento social entre as famílias e cria laços de integração comunitária;
- ***Infra-estrutura básica.*** O fato das casas estarem próximas e com certa urbanização, viabiliza economicamente a possibilidade de se realizarem investimentos sociais por parte do Estado e da própria comunidade;
- ***Educação, transporte coletivo e saúde.*** Numa situação de cooperação agrícola onde provavelmente há um agrupamento de pessoas se torna mais fácil instalar escolas próximas aos locais de moradia, posto de saúde e até mesmo criar uma linha de transporte coletivo que venha a atender a tal comunidade;
- ***Igualdade de direitos entre homens e mulheres.*** Na cooperação agrícola, criam-se condições materiais para que a mulher participe da divisão social do trabalho, evite duplas e triplas jornadas e tenha menos afazeres domésticos (improdutivos).
- ***Maiores possibilidades de lazer.*** Na Cooperação é possível garantir o direito ao lazer e ao gozo de férias aos produtores rurais sem que o processo produtivo se interrompa pois, haverá sempre outro trabalhador que irá substituí-lo (MST, 1993).

As razões de ordem política se justificam por possibilitar:

- ***Consolidação de base do MST:*** A CPA como prática política permanente faz com que a base do MST se torne mais participativa;

- ***Liberação de pessoas para participar dos Movimentos e Organizações populares.*** Numa CPA como o trabalho é coletivo existe essa possibilidade sem que acarrete danos para o coletivo, o que já se torna mais difícil no caso dos agricultores organizados individualmente;
- ***Desenvolver a consciência social, com uma nova perspectiva de sociedade.*** Transformar a ideologia do camponês, substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e sua visão de mundo;
- ***Acumular forças para a transformação da sociedade.*** Nesse sentido a CPA seria uma espécie de “laboratório” onde se experimentariam as relações revolucionárias que propiciariam a chegada ao socialismo.

No entanto, considera-se que a implementação de CPAs deve levar em conta as *condições objetivas* que dizem respeito as parte mais estrutural (solo, clima, potencialidades de produção, grau de acumulação de capital etc.) e *as condições subjetivas* isto é, o grau de integração social das pessoas que irão compor o grupo; seu nível cultural, nível de conhecimento técnico e administrativo (MST, 1993).

Além disso, existem ainda alguns princípios imprescindíveis para o bom funcionamento dos grupos coletivos nos quais se inclui as CPAs: são os chamados *princípios gerais do cooperativismo* .

O primeiro deles diz respeito a **voluntariedade ou livre adesão** do agricultor na CPA, *Ninguém deve ser forçado a entrar na Cooperação Agrícola* . A essa idéia está associado o fato de que com bons exemplos os assentados deverão perceber que a coletivização é a única solução para os pequenos produtores. O segundo princípio diz respeito à organização administrativa e política da cooperativa: **gestão cooperativa deve ser democrática**, todos associados devem participar das decisões. O terceiro diz respeito às posturas individuais dos cooperados: **todos os cooperados são iguais e tem o mesmo direito**. No grupo deve-se buscar manter a **neutralidade religiosa, política-partidária e cultural**. Essa idéia na realidade está tentando alertar para os princípios de liberdade religiosa, política e cultural de cada indivíduo dentro do grupo coletivo. O quarto princípio diz respeito a formas de apropriação do trabalho. O documento prevê que a **distribuição das sobras deve ser de acordo com o trabalho realizado**, cada agricultor só poderá receber de acordo com o que trabalhou. As formas de distribuição em partes iguais causam descontentamento visto que nem todo mundo trabalha com a mesma intensidade. O último princípio diz respeito a um ideal cooperativista, a **educação cooperativa**. Ela deve contribuir para a boa condução da luta de classes portanto, *deve ser massiva, seletiva, completa e permanente* (MST, 1993, p.19).

Para o MST, a mudança na concepção do agricultor sobre as vantagens do trabalho coletivo, ou melhor, das vantagens da organização em cooperativas de produção, só se daria a partir do aumento do nível de conscientização deste bem como pelo conhecimento das vantagens oferecidas pela coletivização. Quanto mais conscientizado for o agricultor mais rapidamente avançará para a organização em cooperativa (MST, 1990).

Pode-se notar a proximidade destas idéias com as concepções de ENGELS e LÊNIN sobre a coletivização da agricultura. No caso de ENGELS, vê-se uma de suas formulações a respeito da análise que faz sobre o papel do partido comunista no processo de coletivização na Alemanha (após se conquistar o socialismo).

As CPAs também aparecem no âmbito do MST com esse mesmo sentido. Como sendo *a única* forma de sobrevivência para o pequenos proprietários *o desafio é construir o novo ainda dentro do velho, apesar de todas as contradições. É tentar ir transformando a vida toda e não apenas o econômico e o político* (MST, 1993, p.51), ou seja, canalizar a produção individual destes agricultores e sua propriedade privada para um regime cooperativo conforme proposto por ENGELS (1981).

Contudo, para o MST, as CPAs não seriam apenas uma estratégia de superação da vida camponesa, mas de sua manutenção na agricultura, dentro da estrutura capitalista, pois o objetivo é que se possa atingir um processo maior de cooperação - a integração da agricultura à indústria - o processo de agroindustrialização (sob o controle dos trabalhadores) e ao mesmo tempo preparar os indivíduos (agora sujeitos coletivos) para uma nova estrutura social: o socialismo. As CPAs seriam apenas o meio e não o fim, pois no entendimento do MST, tal como está formulada, *ela só se viabiliza dentro de uma estrutura socialista* (MST, 1990) ou seja, sob o controle de um estado socialista. Essa reflexão tem a ver com as considerações de KAUTSKY (1980) em relação às possibilidades e limites do empreendimento cooperativo. Retomando este aspecto de sua análise KAUTSKY (1980, p.149) diz que *se ela (a organização cooperativa) não se apresenta enquanto um modelo ideal para o desenvolvimento da agricultura como um todo nos moldes capitalistas, abre a possibilidade da substituição de capitais individuais por capitais comunistas e poderá ser um esboço de uma sociedade socialista*.

A idéia de integração agricultura-indústria como uma possibilidade no âmbito do capitalismo que seria redesenhada no socialismo está também atrelada às concepções marxistas em geral, MARX, ENGELS, LÊNIN e STALIN. Para STALIN (1980), por exemplo, a integração da agricultura à indústria acabaria com a antítese entre cidade e campo,

o que proporcionaria uma transformação não apenas na maneira de pensar do camponês, mas de suas formas de trabalho e de vida.

Considerando estas análises, as CPAs enquanto estratégias organizacionais enfrentam este paradoxo: como se viabilizar economicamente, socialmente etc. dentro de uma estrutura capitalista e ao mesmo tempo não romper com estas concepções socialista? Esta forma híbrida, assumida pelas CPAs trazem algumas implicações para sua organização que serão tratadas no capítulo posterior.

### ***3.4 - As Estratégias que Asseguram a Organização da Cooperação Agrícola no MST***

O MST entendeu que apenas a criação das CPAs não daria conta dos objetivos previstos para ela. Sua formação pressupunha uma base de sustentação formada por um conjunto de outras organizações que garantissem o seu funcionamento técnico, administrativo, financeiro. Essa organização iria além das exigências legais feitas pela lei cooperativista (pela qual são regidas também as CPAs) ela se situaria num plano mais geral das estratégias do MST para viabilização das CPAs

Assim, em 1990 foi criado o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). Este sistema tinha e ainda tem por objetivo discutir as várias formas de organização nos assentamentos de reforma agrária, procurando incentivar a produção coletivizada em forma de CPAs.

O SCA respeita e estimula todas as formas de cooperação agrícola. Mas uma grande meta do Setor é organizar Cooperativas nos Assentamentos, entendendo que esta forma representa um salto de qualidade de uma etapa superior de organização da produção dos assentamentos (MST, 1993, p.40).

Além disso, o setor é responsável por discutir as questões referentes à comercialização da produção, à tecnologia aplicada nos assentamentos, a possibilidade de formação de unidades agro-industriais, crédito rural e organização de base (MST, 1993). A equipe técnica que dá assessoria aos assentados também participa do Setor discutindo as dificuldades relativas à produção. O MST entende que os técnicos também são “*quadros de luta*” no processo de luta pela terra. O SCA desempenha um papel político importante nesse sentido, pois possibilita a extrapolação da fronteira produtores individuais/ produtores coletivos, levando a discussão da produção para um âmbito mais geral que não só o da cooperativa, embora sua meta seja o estímulo a este tipo de organização como se viu.

As cooperativas deverão ser desenvolvidas em três níveis: na base, nos estados e em nível nacional, o que implica na criação, pela ordem, das CPAs e das Cooperativas de Comercialização, das Centrais Estaduais e de uma Confederação Nacional dessas Cooperativas. Assim, o grande desafio do SCA é manter a articulação entre esse conjunto de experiências de Cooperação Agrícola, que vai desde a participação dos assentados individuais, passando pelos grupos coletivos, pelas associações, e todas estas Cooperativas (MST, 1993).<sup>29</sup>

Acordando com o plano mais geral do SCA e também com a lei cooperativista que previa que a partir da criação de três CPAs no mesmo estado poderia ser formada uma central de cooperativas em nível estadual, foram criadas as CCAs (Centrais de Cooperativas dos Assentados). No caso do Paraná, a Cooperativa Central de Reforma Agrária (MST, 1996)

As CCAs são responsáveis pela alocação de recursos bem como pelo gerenciamento destes. É nessa instância que são feitos os convênios em nível estadual que garantem a assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, além daquela já fornecida pelos órgãos de assistência rural como a EMATER, no Paraná (MST, 1993).

Nesse mesmo período, também foram criadas as cooperativas regionais de comercialização, a fim de comercializar e garantir melhores preços aos produtos advindos dos assentamentos de reforma agrária. Estas bem como as CPAs e Associações estão ligadas diretamente as CCAs. No Paraná, hoje, existem três cooperativas regionais responsáveis pela comercialização de boa parte do que é produzido nos assentamentos e, no caso, de alguns produtos como arroz, até mesmo pelo beneficiamento. Além disso, no estado, o MST possui duas unidades de beneficiamento de produtos já em funcionamento: uma ervateira no município de Santa Maria D'Oeste e uma farinheira, em Castro.

Como a lei cooperativista também previa que após a formação de três centrais (CCAs) poderia se criar uma confederação, criou-se no ano de 1992, a CONCRAB (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) que veio a se contrapor à OCB que é Confederação das Cooperativas do Brasil, com o objetivo de formar uma confederação apenas dos assentados da reforma Agrária (SIZANOSKI, 1998).

A CONCRAB desempenha um importante papel ao nível da formação técnica e educacional dos cooperados e da organização técnica do sistema produtivo nos assentamentos, fornecendo cursos aos assentados, além de aglutinar as experiências de cooperativas desenvolvidas por todo o país, procurando vinculá-las ao projeto mais geral do

---

<sup>29</sup> Nos próprios documentos do MST os objetivos do SCA e das CPAs se confundem não ficando claro os limites de cada esfera da estrutura cooperativa.

MST de mudança da sociedade e de cuidar de assuntos referentes à exportação e importação. No que concerne a formação técnico-científica, a CONCRAB desenvolveu o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) que está encarregado de buscar alternativas tecnológicas para os assentamentos de reforma agrária. Além disso, é também de sua responsabilidade a realização dos Laboratórios Organizacionais ou Experimentais de Campo (LOC) e os cursos de Formação Integrados a Produção (FIP) (MST, 1996).

São estas instâncias que asseguram o funcionamento do sistema cooperativo empreendido pelo MST.

---

## CAPÍTULO IV

### **A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE PITANGA (COOPROSERP): CAMINHOS E DESCAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DA COLETIVIDADE**

#### *4.1. As Mobilizações em Torno da Primeira Cooperativa De Produção Do MST no Brasil*

Partindo da orientação mais geral do Movimento dos Sem Terra em privilegiar formas coletivas de organização da produção, o MST regional tinha a intenção de organizar o que seria uma das primeiras experiências de CPAs no país. Para tanto, organizou o I Laboratório Experimental no estado do Paraná, em 1989, no assentamento Santo Rei, em Nova Cantu-Pr. Este curso tinha por objetivo oferecer treinamentos em técnicas agrícolas que pudessem auxiliar as famílias de sem terras em suas atividades diárias, mas especialmente visava evidenciar a superioridade da organização da produção coletiva e as vantagens a serem obtidas por estas famílias ao ingressarem num projeto desta natureza. Há algum tempo o MST vinha discutindo as propostas de coletivização com alguns grupos que estavam trabalhando coletivamente nos acampamentos. Acreditava-se que essa experiência poderia ser uma forma embrionária de um nível superior de organização coletiva da produção. O laboratório veio, nesse sentido, apenas reunir os elementos para que se desenvolvesse este projeto.

Lideranças de acampamentos e assentamentos foram convidadas a participar do curso de onde saíram com o compromisso de disseminar as propostas ali discutidas, dentre elas, a que fundamentou todo o desenvolvimento das atividades, a possibilidade de organizar um assentamento totalmente coletivo. Em geral, estes participantes se constituíam, na maioria, de lideranças que estavam mais vinculadas às concepções do MST e, portanto, se dispunham a investir esforços na construção de um projeto que, segundo eles, seria a mais importante arma na luta pela reforma agrária.

Logo após o término do Laboratório Organizacional revelaram-se os primeiros resultados desta ação. Lideranças do acampamento da Fazenda Pinheiros, município de Inácio Martins, no Paraná, organizaram um grupo de 26 famílias disposto a levar a cabo o projeto de

assentamento coletivo. Embora a realização do Laboratório Organizacional tenha sido fundamental na decisão do grupo, outros aspectos contribuíram nesta aceitação. Um deles teve a ver com a ameaça que o grupo estava sofrendo de não ser contemplado no projeto de assentamento da fazenda Pinheiro, uma vez que, segundo o INCRA, a terra seria insuficiente para o assentamento das 1200 famílias acampadas ali e, como esta escolha dependia de sorteio, este grupo poderia ficar de fora do futuro assentamento.

Tal perspectiva configurou uma *estratégia defensiva* das famílias de sem terras em relação a essa nova possibilidade de exclusão que acabou determinando a escolha pelo assentamento coletivo. Constituíam este grupo famílias de agricultores advindas de um longo processo de exclusão, onde tanto estes quanto seus pais já haviam perdido as terras. Eram em geral ex-pequenos proprietários, que tiveram que entregar as terras ao banco por causa de dívidas, ex-arrendatários - sem terras para trabalhar, bóias-frias e também acampados vítimas de despejos em outros acampamentos.

Nos acampamos a primeira vez lá em Dois Vizinhos depois nós fomos despejados e ocupamos de novo e outra vez sofremos despejo e daí que fomos para Inácio Martins e falamos que ninguém ia tirar a gente dali. E agüentamos tudo quanto é tipo de violência que você sabe (Entrevista nº 9/pesquisa de campo/1997)

Meu pai perdeu as terras para o banco e nós ficamos trabalhando arrendado, daqui e dali. Depois que minha mãe e ele se separaram ela foi acampar também (...) Dos 11 filhos, 9 são assentados do MST (...) A gente, eu e meu marido, já estávamos há um ano e meio embaixo da lona lá em Chopinzinho, eu por que meu marido já tinha se acampado em São João- PR durante 1 ano com a família dele, daí nossa primeira filha nasceu quando teve a proposta de ir lá para Inácio Martins e lá acampamos novamente e não dava para ficar de jeito nenhum naquele fim de mundo (Entrevista nº 3/ pesquisa de campo/2000).

Eu morava com meu sogro daí os filhos tudo foram casando e o lote ficou pequeno e nós tivemos que sair para arrumar outras coisas compramos um lote e começamos a trabalhar. A gente tinha dois alqueires de terra lá no Rio Grande do Sul, mas daí a família cresceu e não dava mais pra nada. Então a gente vendeu o pouco que tinha e o Léo veio para o Paraná porque tinha um boato de que aqui tinha terra barata. Com as confusões que deu no banco [processo inflacionário da década de 70] o dinheiro que estava lá desvalorizou e não deu para comprar nada. Daí nós ficamos trabalhando arrendado. A gente tinha um pedaço de terra arrendado né que estava bom de trabalhar e tudo, daí o proprietário queria o pedaço de terra para ele plantar. Daí já dava, se a gente quisesse, outro pedaço que era capoeira que tinha que aprontar tudo de novo e quando estava pronto aquele tinha que entregar e começar tudo de novo. A gente dava 20% e depois 30% daí o resto era nosso lucro, nos ficava bem dizer sem nada (...) A gente viu que não dava para trabalhar assim de arrendatário de jeito nenhum (Entrevista nº 2 /pesquisa de campo /1997).

Muitos destes agricultores eram filhos de colonizadores gaúchos que se instalaram na região oeste do estado do Paraná em dois momentos diferentes: o primeiro a partir da década de trinta na esteira do movimento de ocupação do território paranaense. Região chamada de

*Paraná Moderno* uma das últimas áreas povoadas no estado e também, palco de grandes conflitos não apenas pela terra, mas pelas madeiras destas áreas principalmente, a partir da década de quarenta com a expansão da atividade madeireira na região, onde muitas daquelas famílias foram vítimas da ação de grileiros ou simplesmente foram expulsas de suas terras através do uso da violência (WESTPHALEN , 1968). O segundo momento de imigração gaúcha no estado do Paraná foi a década de setenta, impulsionada pela falsa idéia de terras baratas na região, por um processo inflacionário muito intenso que havia atingido a agricultura grandemente e principalmente, pelo fechamento das fronteiras agrícolas no rio Grande do Sul (NAVARRO,1995).

Alvos de um processo de expropriação que atravessava gerações estas famílias de agricultores viviam agora a possibilidade de finalmente se instalarem num local onde pudessem, como eles próprios costumam dizer, “tocar a vida”.

Um outro aspecto importante que influenciou de certo modo a opção pelo assentamento coletivo foi a má localização da área da Fazenda Pinheiro, onde futuramente seriam assentadas as famílias. Situada numa região extremamente isolada, de difícil acesso e praticamente inexplorada; um assentamento numa área como esta representava, na perspectiva deste grupo de 26 famílias, pouca possibilidade de viabilização. Mesmo a manutenção do acampamento estava comprometida uma vez que não havia trabalho para as famílias se sustentarem até serem assentadas. O clima frio da região só piorava as condições das famílias que viviam em barracos muito precários. O acampamento era composto por famílias das mais diversas regiões do Paraná, especializadas no plantio de determinadas culturas incompatíveis com a aptidão agrícola da região de Inácio Martins.<sup>30</sup> A primeira lavoura plantada coletivamente foi toda perdida, o que deixou estas famílias desoladas. Para agravar ainda mais a situação, morreram de fome e de doenças respiratórias, agudizadas pela desnutrição, 12 crianças neste acampamento, o que agravou a rejeição em permanecer naquela área.

Eu não gosto nem de lembrar daquilo, lá a gente não ia ficar mesmo, era uma coisa que não tinha jeito. Não tinha trabalho, não tinha comida, não tinha nada. Até as doações às vezes não vinham por causa da dificuldade de chegar no lugar. Nessa época não tinha nada de cesta básica do governo que nem tem agora, e pense numa coisa....não tinha assentamentos que nem tem agora para fazer doação ou paa ajudar com qualquer coisa. Era tudo muito precário. Depois da morte das crianças a Pastoral conseguiu 300 cabritas para poder tirar o leite e foi isso que salvou muitas vidas ali. A minha filha também ficou doente, mas não foi nada muito sério, mas a gente ficava com muito medo de acontecer alguma coisa (Entrevista n° 3/pesquisa de campo/2000)

---

30 Das 26 famílias do grupo que pretendiam encabeçar a proposta coletiva sugerida pelo MST 14 eram de Chopinzinho-PR, sete de Renascença-Pr, uma de Coronel Vivida, uma de fora do estado (SC) e três origem desconhecida. Regiões onde se destacavam a produção de cereais e suinocultura

A opção pelo assentamento coletivo representava a possibilidade de livrar o grupo de famílias de Inácio Martins de uma situação que os assombrava.

Eles tinham, no sentido proposto por BOUDON (1996), mais do que *razões válidas* para aceitar a proposta coletiva. Além disso, mesmo antes de ter a proposta de organização coletiva amadurecida, a direção do MST já havia destinado a área, onde hoje se localiza a COOPROSERP, para formação de uma cooperativa. O que, no entendimento das famílias de sem terras convidadas a desenvolver o projeto, implicava na escolha de uma área bem localizada, com solos de boa fertilidade, de fácil acesso, enfim, uma área que reunisse as condições básicas necessárias à viabilização de um empreendimento desse porte.

A princípio, também para estas famílias não estava bem definido qual seria o modelo de organização coletiva que implantariam naquela localidade. Pretendiam apenas realizar seus desejos (ainda muito confusos) permeado de possibilidades reais e de sonhos vislumbrados na organização de um projeto coletivo de produção.

Tudo começou no Laboratório que nós fizemos lá na Nova Cantu com o pessoal que tinha interesse em trabalhar no coletivo. Quando a gente chegou aqui não sabia o que fazer só sabia que ia ser coletivo. A gente só decidiu que ia ser cooperativa depois que já estava acampado. Uma técnica que dava assessoria para o movimento ajudou a gente nesta questão. Mas olha a gente estava mais perdido que tudo (Entrevista n° 2/pesquisa de campo/2000).

A área proposta pela direção do MST para a organização do futuro assentamento era de terras estatais devolutas e estava sendo utilizada ilegalmente pelo então deputado federal Otto Cunha. O referido deputado tinha uma pequena propriedade de 44 hectares ao lado desta área, e resolvendo “ampliar” suas divisas, ocupou os 976 hectares pertencentes ao estado do Paraná

Tomando conhecimento desta situação através de um deputado estadual da região, ligado a um partido de esquerda, a direção do MST incluiu esta área no seu mapeamento de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. O MST tinha uma certa expectativa em torno das possibilidades desta área pois acreditavam que, por se tratar de terras do Estado não haveriam muitos problemas para sua legalização. Além disso, os próprios órgãos do governo concediam algumas vantagens como a liberação de crédito, saneamento básico e eletrificação para os assentamentos coletivos, o que representava um avanço em relação aos demais assentamentos. Pretendia-se desenvolver ali uma forma de organização coletiva que se constituísse num modelo de viabilização para outros assentamentos,

---

configurando-se ao mesmo tempo, numa estratégia política comprovativa da eficiência da reforma agrária.

Aceita a proposta, iniciaram-se as mobilizações para organizar a nova ocupação onde se instalariam o futuro assentamento em Pitanga-Pr. A primeira iniciativa foi organizar uma equipe com os homens do grupo que teriam que captar recursos para efetuar o pagamento do transporte das famílias até o local onde seriam acampadas e também para comprar alimentação para este período. A saída encontrada foi a colheita da erva mate nativa existente na área do acampamento de Inácio Martins e sua venda para um moinho da região. Enquanto isso as mulheres se encarregaram de juntar os poucos pertences da família

#### ***4.2- A Ocupação da Fazenda Otto Cunha: Construindo o “Novo Paraíso” através da Cooperação***

Nas primeiras horas do dia 5/08/89, o grupo de 26 famílias de sem terras provenientes da Fazenda Pinheiro - Inácio Martins fez a ocupação da área de 976 hectares. Área que batizaram pelo nome de “Novo Paraíso”. Existiam 5 funcionários que moravam na área da fazenda ocupada e foram convidados a se integrarem ao grupo de sem terra. Dois deles concordaram, mas acabaram desistindo da proposta logo em seguida.

O acampamento foi montado ao redor de uma área de mato para dar a impressão de que haviam muitas famílias acampadas evitando a ação de possíveis pistoleiros e mesmo da polícia no caso de execução do mandado de reintegração de posse. Pela cidade espalhava-se o boato de que havia 70 famílias no acampamento, fato criado pelos próprios sem terras.

A polícia chegava e a mulherada estava fazendo a segurança ou às vezes os homens tinham saído para trabalhar e não estavam aqui e a gente dizia que era melhor eles irem embora pois nós tínhamos muita gente no meio daquele mato e eles não tinham maquinário[carros, armas e pessoal] para tirar a gente dali, daí eles iam embora. Era um alívio (Entrevista nº 3/pesquisa de Campo/200).

Os trabalhos iniciaram-se logo em seguida à ocupação da área.

Quando a gente chegou já no outro dia foi arrumar tudo. Os homens colheram o restante de milho que o fazendeiro tinha deixado na roça e as mulheres debulharam na mão tudo e foi mandado moer no moinho lá na Boa Ventura (hoje município). (Entrevista nº 3/pesquisa de Campo/2000).

Enquanto isto, a direção do MST continuava selecionando pessoas para incorporarem o novo empreendimento. No dia 24/08/89 foi fundada a COOPROSERP, pelo menos extra

oficialmente, pois não existia nenhuma documentação legal e não havia sequer recursos materiais que caracterizassem uma cooperativa. Logo após a fundação da cooperativa, um outro grupo de 15 famílias advindas do acampamento de Cavaco II, em Catangalo-Pr, se integrou ao assentamento. A direção do MST havia convidado o grupo a compor o assentamento coletivo pois estes já vinham desenvolvendo atividades coletivas no acampamento, o que, no entendimento do movimento, representava um grau maior de coesão e cooperação entre as famílias, o que facilitaria a passagem para um modo de produção totalmente coletivizado. Contudo, a experiência realizada por este grupo não tinha partido de uma opção política deles, mas da necessidade de defender cada agricultor em situação de acampamento da violência dos pistoleiros que o tempo todo os ameaçava, como mostra o depoimento deste assentado:

A gente começou a trabalhar lá em Catangalo um pouco por espontaneidade mesmo(...) achou-se que para aquele momento por ter ataque era melhor né" (Entrevista nº 8/pesquisa de campo/1997).

Ou ainda, como observou esta outra assentada:

Lá em Catangalo se organizava no coletivo porque **as lideranças (do assentamento) acharam melhor** porque tinha muito mato na área e se cada um fosse derrubar o seu era perigoso por causa dos pistoleiros (Entrevista nº 3/pesquisa de campo/1997).

Duas lideranças do grupo foram chamadas para uma reunião com a coordenação do MST onde foi exposta a proposta das lideranças do acampamento tentaram impedir tal reunião escondendo o comunicado que tinha sido mandado para o grupo, pois não queriam que o grupo, que era uma referência no acampamento, saísse dali. Tentativa frustrada porque na mesma semana as referidas lideranças foram conhecer a área onde havia sido criada a COOPROSERP, o assentamento Novo Paraíso, em Pitanga. Na volta para o acampamento, tiveram dois dias de discussões com o grupo sobre os projetos que se pretendia desenvolver naquela área.

Essa proposta veio para nós e eu fui até um dos primeiros que topei de vim para cá, daí os outros concordaram também e viemos(...)Disseram que iam fazer um assentamento moderno e não sei o que ,não sei o que, e vieram com tanta coisa (Entrevista nº 1/pesquisa de campo/1997).

Analisada e aceita a proposta, o grupo colheu a safrinha de milho e juntou alguns recursos que tinha e partiu, mais ou menos 10 dias depois, para o acampamento Novo Paraíso, onde se incorporou às demais famílias acampadas ao redor da mata.

Com isso as atividades no acampamento foram intensificadas. Fundaram-se várias equipes de trabalho: creche, finanças, saúde, negociação, lazer, jovens, liturgia, mulheres e segurança de modo a organizar melhor a ocupação.

Apesar da disposição das famílias na organização do acampamento elas tinham diante de si um grande desafio: a manutenção de sua subsistência. Desafio que se apresentou aproximadamente 15 dias depois da chegada do grupo de Cavaco, pois os poucos recursos que estes trouxeram foram divididos no acampamento todo e se esgotaram mais rápido do que se esperava.

Nós viemos de lá com um pouquinho, até inclusive nós tínhamos comprado uns porquinhos, já tinha umas galinhas; chegamos aqui o pessoal não tinha nada. Então acabou aquele recurso e daí nos sofremos junto (Entrevista nº 1/pesquisa de campo/1997).

Olha que quando foi discutido que a gente ia vim pra cá eu matei umas galinhas, fritei e estoquei tudo numa lata, daí eu pensei: --Isso deve dar para um bom tempo até a agente se acertar lá. Meu Deus do Céu aquilo não deu pra nada, pois a gente via aquelas crianças pobrezinhas tudo com fome com é que tu não vai dividir? Só sei que tinha dia que não tinha uma colher de açúcar para fazer uma garapa para dar para as crianças. Daí nós tivemos que nos sujeita a trabalhar fora, porque daquele jeito não dava. O Movimento não queria, mas também morrer de fome é que a gente não ia (Entrevista nº 2/pesquisa de campo/2000).

As mulheres foram trabalhar numa propriedade vizinha em troca de leite que era distribuído entre as crianças. As crianças maiores, juntamente com os jovens e os homens, se encarregavam de coletar nó de pinho para vender. Também foram cortados alguns pinheiros para venda da madeira, recurso já bem escasso na área, pois durante muito tempo funcionou ali a serraria da família Cunha, que além da exploração do pinheiro acabou com quase a totalidade de espécies de árvores da área, características da mata com araucária (canela, imbuia, etc), introduzindo, em seguida, áreas de pasto e monocultura. Até mesmo a erva mate nativa abundante em regiões de mata com araucária (como era o caso da região de Pitanga) estava muito escassa quando a área foi ocupada.

A legalização da área não foi tão fácil quanto a direção do MST havia julgado. Enquanto tramitava o processo, os agricultores acampados não tiveram acesso a qualquer tipo de recursos, nem mesmo a cesta básica prevista na situação de acampamento.<sup>31</sup>

Deste modo, de 1989 a 1992 as famílias de sem terra passaram por sérias dificuldades. Além das ameaças de despejo, as condições dos barracos eram péssimas, havia pessoas

---

<sup>31</sup> Nas áreas de acampamento que são de responsabilidade do INCRA são fornecidas cestas básicas para amenizar a situação até o assentamento dos agricultores. No caso de assentamentos de responsabilidade do estado não existe tal subsídio.

doentes e a escassez de alimentos se intensificava a cada dia. Algumas contribuições foram feitas para os acampados através das Pastorais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) da região. As contribuições advindas destas instituições no período da ocupação eram sempre em nível de assistência aos doentes, doação de alimentos e houve até a criação de pequenos projetos para aquisição de insumos, assinados pela direção da igreja local e um empréstimo por parte da ASSESSOAR para aquisição de nove vacas de leite.

Ao mesmo tempo, apesar dos mais diferentes níveis de dificuldades enfrentadas no acampamento, as discussões acerca da proposta coletiva vinham tomando corpo. Embora as condições na ocupação fossem muito precárias os agricultores já organizaram algumas formas de cooperação visando facilitar a posteriori a criação da cooperativa: a delimitação do espaço de moradia, que foi organizado em forma de agrovila (mesmo sendo em barracos de lona), a construção também coletiva da creche, do espaço para reuniões e do refeitório comunitário. O objetivo da organização destes espaços foi o de facilitar a comunicação entre os assentados e o acesso destes a alguns serviços como a creche, o refeitório e a futura sede administrativa da cooperativa.

Um grupo de acampados ficou incumbido de fazer o mapeamento do melhor local para a instalação da agrovila. Assim, a primeira agrovila foi organizada numa região baixa do acampamento onde as famílias pudessem se servir à vontade da água ali existente. Cada família nesta época dispunha de uma fonte de água em seu terreno. Além da área comum, dividiram-se lotes de dois hectares para cada família que foram designados por sorteio. Nestes lotes podiam criar pequenos animais para consumo individual, hortas e pequenas plantações de milho e feijão.

Eu tenho até saudade desse tempo. Se ver as hortinhas que a gente tem agora dá até vergonha. Aquele tempo nós fizemos uma horta que tinha de tudo. Mesmo quando a gente estava acampado no meio do mato nós fizemos hortas nas leiras que davam gosto de ver e foi o que manteve a gente aqui, numa época que não se tinha quase nada (Entrevista nº 4/pesquisa de campo/2000).

O refeitório organizado pelas famílias tinha por objetivo liberar mão-de-obra feminina para outros trabalhos como lavoura, creche etc. além de ser pensado como espaço de encontro e fator de coesão do grupo. Todas as instalações existentes eram improvisadas e bastante precárias. Na cozinha de chão batido havia um fogão feito de barro com chapa de alumínio. Apesar da precariedade do local e da escassez da alimentação todas as famílias faziam ali três refeições diárias. Com a contribuição da Igreja Católica através da Pastoral da Criança, as mulheres aprenderam a fazer comidas alternativas utilizando plantas nativas da própria área e sempre recorriam a este recurso como forma de suprir a escassez de alimentos. Também nesse

período, as mulheres foram incentivadas pela pastoral a utilizar e difundir o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças existentes no acampamento.

Se você visse a variedade de coisas que tinha ali (referindo-se a um barraco onde trabalhava a equipe de saúde). O pessoal fazia coleta de erva do mato e fizeram pomada e remédio para varias coisas. A gente perdeu um pouco dessa cultura hoje, quase não se mexe com isso (Entrevista 4/pesquisa de campo/2000).

Esse recurso foi extremamente importante porque a assistência médica no município era muito precária, ficava muito longe do acampamento e, além disso, existia um certo preconceito quanto à assistência de acampados. Também a grande maioria das pessoas que morava na cidade tinha uma certa hostilidade em relação aos acampados e os tachava de invasores, preguiçosos, baderneiros etc.

À medida que o acampamento foi se estabelecendo e a comunidade acompanhando passo a passo esta construção, percebeu-se que mesmo com todas as dificuldades os trabalhadores sem terra estavam plantando, colhendo e comemorando suas pequenas vitórias e aquela imagem foi então se modificando. *Essa gente sofreu muito quando chegou aqui, eu não sei onde que eles acharam forças para agüentar tudo aquilo e ainda fazer o que fizeram*

32

Em conformidade com os planos mais gerais da cooperação, a creche, assim como o refeitório, foi criado com o objetivo de ampliar a participação das mulheres nas outras atividades desenvolvidas no âmbito do acampamento. Esta atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e algumas mães foram escolhidas dentre as assentadas para o desenvolvimento desta atividade. Como quase tudo na ocupação, a creche funcionava na mais completa precariedade.

Essa creche foi começada embaixo de uma árvore , não tinha prato , nem uma colher , não tinha nada. Os órgãos públicos também não ajudavam. Foi com muita luta para se conseguir alguma coisa nessa creche. (...) Até ocupação na prefeitura com as crianças nós fizemos, imagine esses coitadinhos tão pequeninhos e já tendo que ocupar para garantir seus direitos(...) (Entrevista nº 2, pesquisa de campo/1997).

Após muitas idas e vindas na prefeitura, conseguiram fazer uma casa de madeira onde passou a funcionar a creche. A prefeitura também se encarregou de mandar merenda e de fazer o pagamento das crecheiras.

Também foi instituída uma equipe responsável pela coordenação dos grupos de trabalho (lavoura, pecuária, serviços, lazer etc.) e pela organização da ocupação de um modo geral. Foi estabelecida entre os agricultores uma jornada de trabalho de oito horas que se

iniciava com a organização dos trabalhadores em fila às 6:30 horas para a distribuição das tarefas do dia, e em seguida, fiéis à simbologia do MST, participavam da formatura - cerimônia obrigatória de execução do Hino do Movimento - e faziam a sua primeira refeição.

Todas as refeições deveriam ser necessariamente feitas no refeitório comunitário. Não se concebia o fato de que alguns agricultores quisessem fazê-las em casa com sua própria família: ali formavam uma só família e tal atitude representaria uma afronta à vida em comunidade e uma evidência do profundo apego do agricultor às *coisas individuais*. Embora estas práticas tivessem sendo desenvolvidas para criar um certo *espírito de coletivismo* que lhes facilitasse posteriormente a inserção na CPA (que só seria criada juridicamente a partir da legalização da área) já começaram a se configurar, a partir daí, alguns descontentamentos por parte dos agricultores em torno da proposta de coletivização.

#### **4.3- Projeto coletivo X Projeto familiar: o difícil diálogo**

Apesar das dificuldades que as famílias estavam enfrentando prosseguiram os trabalhos procurando fortalecer o grupo. Os agricultores empenharam-se na limpeza da área, na correção do solo e no plantio da primeira safra. Em 1990, com os maus resultados obtidos com a primeira safra coletiva e também com a rigidez das normas estabelecidas pela equipe de organização da ocupação, os conflitos se agravaram. Descontentes, um grupo de 18 famílias resolveu deixar a agrovila e se instalou numa parte da área do acampamento e eles mesmos subdividiram lotes entre eles, trabalhando cada qual com sua família.<sup>33</sup> Tal postura passou a representar mais que a mera dissidência de um grupo da COOPROSERP. Estabeleceu-se no momento da ruptura, uma correlação de forças políticas e ideológicas no interior do acampamento que demonstrou não somente a rejeição a essa forma de trabalho, mas a um modo de vida que não pertencia àqueles assentados.

Uma das pessoas que mais botou fogo no pessoal para vim para cá e não sei o que deu nele que começou a colocar besteira na cabeça do povo para sair daqui. Ficava de muita conversa por aí e daí que as pessoas já estavam chateadas com a colheita e acabaram indo embora (Entrevista n° 2/pesquisa de campo/1997).

---

<sup>32</sup> Comentário de uma moradora da cidade quando da estada da autora na cidade de Pitanga na primeira fase de campo.

<sup>33</sup> Parte destas famílias compõem o grupo que posteriormente foi a base de formação da ASTROAGRI, processo do qual falar-se-á a seguir.

Instalou-se um clima muito ruim no interior do acampamento principalmente pela forma como foi conduzida a saída do grupo das 18 famílias. A decisão foi tomada da noite para o dia e não foi comunicado nada à organização do acampamento. As famílias simplesmente se acomodaram num outro espaço dentro da mesma área optando pela forma de lotes parcelados. Esta atitude configurou uma atmosfera de desconfiança e hostilidade entre os que haviam saído e os que permaneciam na cooperativa. O grupo da COOPROSERP se sentia traído pois não imaginava que isto pudesse acontecer “na calada da noite”, conforme confessaram muitos agricultores, nas entrevistas

A gente foi dormir num dia e no outro saímos para fora dos barracos e cadê os companheiros? Tinham se apartado e estavam todos lá no canto tudo com lotes divididos. Eu não entendi por que fizeram aquilo daquela maneira. Daí muita gente não queria saber mais deles aqui (Entrevista n° 5/ pesquisa de campo/2000).

Tal situação provocou a insatisfação daquelas famílias que permaneceram na agrovila, pois além destas questões, não se estava cumprindo a proposta prevista para acampamento. Como mostram os registros da cooperativa:

Todos nós estamos ciente da proposta foi bem colocada antes de aqui nós chegamos que a gente ia formar uma cooperativa ou empresa e que seria tudo coletivo sem divisão de lote (...) e porque agora nós queremos mudar a proposta ? (Ata da Cooperativa, 1990).

Ou ainda como mostra o depoimento de um dos assentados:

Nós estávamos tudo junto ali daqui um pouco uma parte deles começaram a se extraviar para lá e o que eles puderam tirar da proposta que nós tínhamos e temos até hoje, eles tiraram (...) Então deu justamente a metade, se extraviaram lá para o individual, repartiram o lote deles e nós ficamos aqui enfrentando aí (...) (Entrevista n° 1/ pesquisa de campo/1997).

Apesar do grupo ter ficado bastante reduzido e, conseqüentemente, a mão-de-obra também, os trabalhos na cooperativa continuaram. Trabalhadores sem terra de outros assentamentos procuraram ingressar na cooperativa nesse período, mas, a experiência que haviam passado com a saída do grupo das 18 famílias fez com que eles ficassem muito mais criteriosos na seleção das pessoas que pretendiam compor os quadros da organização.

Segundo os registros da cooperativa, um dos requisitos básicos para o ingresso de novos sócios seria a o grau de escolaridade:

O companheiro que tem interesse de entrar no grupo e levar a proposta coletiva, bem como em forma de cooperativa. O presidente coloca a dificuldade que hoje nós estamos

encontrando, o grau de estudo no assentamento é baixo e ele [ o candidato a sócio] tem o segundo grau e pode-se aproveitar o estudo que tem. Está a par da nossa luta defende e tem tudo para nos ajudar a levar a organização. O companheiro vai fazer uma faculdade de contador e seria ele quem iria dar os acompanhamento às CPAs ( Ata da Cooperativa, 1991).

Esta preocupação era muito significativa pois os agricultores acreditavam que todos os problemas que estavam acontecendo derivava de um mal planejamento de um lado e, por outro, do *individualismo dos companheiros* que não entendiam a proposta coletiva e estavam contaminados pelos *desvios ideológicos*. Nesse sentido um “companheiro estudado” poderia contribuir tanto numa questão quanto na outra, uma vez que era simpático à idéia de cooperação que se estava desenvolvendo.

A necessidade de mão-de-obra melhor qualificada para os trabalhos administrativos acabava então por determinar a entrada desse ou daquele sócio. Um dos problemas que houve com esse tipo de seleção foi que, após o assentado ter feito uma série de cursos que eram financiados pela cooperativa, e não tendo se habituado ao trabalho coletivo, acabava indo embora.

Também estas questões não eram tratadas como problemas da própria forma de organização cooperativada, mas como uma falta de consciência das pessoas que a deixaram. Quando se procurava fazer uma avaliação dos trabalhos na cooperativa, freqüentemente se recorria à “falta de consciência” para explicar os pontos que haviam sido considerados negativos. Este baixo nível de conscientização revelava os “desvios ideológicos” por parte dos trabalhadores oriundos das formas artesanais de produção com as quais estavam acostumados a trabalhar. Buscava-se a superação disto com a autocrítica proposta pela teoria das organizações, ao mesmo tempo em que procuravam trabalhar no sentido de substituir essa *falta de consciência* pela *consciência da empresa coletiva* (MORAES, 1986).

Foi feita a avaliação da safra anterior, o povo achou que foi mal administrado. Foi posto o trator para trabalhar sem fazer um planejamento bem a fundo (...) Fizemos muita lavoura sem pensar na limpa e nos gastos da máquina (...) Avaliou-se como anda a organização. Falta disciplina e unidade. **Tem muita consciência individual** e falta organização da direção. Pouca capacidade em avaliação, pouca participação em reuniões, assembléias. Não se tem discussão política, **não se entende a empresa** e não há cobrança [por parte da direção em relação ao trabalho dos sócios A direção não é exemplo e mais ainda, não se investiu no campo da educação. **Há muito desnível entre capacitação e ideologia. A desorganização estimula o individualismo.** Muita falta de capacidade de controlar, **pouco entendimento da forma de trabalho**, não se tem ânimo no serviço da cooperativa e os trabalhos não são valorizados e não se buscou alternativas [para a solução destes] (...) Os controles da cooperativa financeiramente estão sem prestação de contas(...) (Ata da Cooperativa, 1991)

Esta situação persiste até os momentos atuais e continua sendo justificada por esta falta de consciência das pessoas ou como algumas lideranças do assentamento costumam dizer (...) *São pessoas do tipo capitalista, vamos dizer (...) que já pertencem ao Lumpen proletariado, não tem consciência de classe, por isso agem assim.*

#### ***4.4 - Os Desafios na Construção da Identidade Coletiva a Partir da Consolidação do Assentamento***

Em 1992, com a legalização da área e a pressão do próprio governo do estado, através do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para que se organizasse todo o assentamento em bases coletivas, proposta também defendida com afincamento pelo MST, aquele grupo de 18 pessoas que havia saído da agrovila decidiu que se integraria a uma forma coletiva de trabalho, mas não em conjunto com o grupo da COOPROSERP com o qual já tinham uma série de conflitos. Contudo, quatro famílias deste grupo acabaram se reintegrando ao grupo da COOPROSERP e as outras famílias que não concordaram com a solução encontrada foram transferidas para outros assentamentos. Para a surpresa de muitos agricultores, mesmo aquelas famílias que haviam permanecido no grupo da COOPROSERP, no momento da legalização, resolveram sair do assentamento. Para aqueles que pretendiam ser assentados naquela área a solução encontrada foi a divisão do assentamento em dois grupos coletivos: a ASTROAGRI (Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura) e a COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Na prática não existe diferença entre uma Cooperativa e uma Associação. Só que no caso as cooperativas estão sob jurisdição nacional, ou seja, são regidas pela lei nacional das cooperativas, enquanto as associações obedecem apenas ao estatuto interno.

No final do ano de 1992, ao fim da polêmica em torno de quem ficaria e quem sairia, das 40 famílias que ocuparam inicialmente a área restaram 15 famílias no grupo da COOPROSERP e 11 no da ASTROAGRI.

Nós discutimos muito aqui para ver o que seria feito se a gente ia voltar ou não trabalhar com o grupo antigo [COOPROSERP], mas já tinha dado muito conflito e nós achamos melhor ficar aqui mesmo tendo que se organizar em associação (Entrevista n° 10 - assentado pertencente ao grupo da ASTROAGRI/pesquisa de campo/1997).

Nesse período foi elaborado o estatuto da Cooperativa bem como seu regimento interno. Em setembro deste mesmo ano, foi realizado na COOPROSERP, a pedido dos assentados e em conformidade à orientação da direção do MST, o curso de Formação Integrada à Produção (FIP) no qual participaram os dois grupos coletivos. O curso continuava e aprofundava os objetivos do laboratório: qualificar os agricultores e criar neles uma consciência organizativa e empresarial de modo que pudessem levar adiante o trabalho coletivo. O FIP gerou uma certa animação do grupo da COOPROSERP quanto ao trabalho coletivo enquanto o grupo da ASTROAGRI, já pela sua história de descontentamento com as formas coletivizadas, não conseguiu chegar nem mesmo até o final do curso (Memória do FIP, 1992).

No entanto, no período posterior ao curso, percebeu-se que os problemas que se estava enfrentando para a implementação da coletivização não poderiam ser resolvidos num curso de 30 dias. Continuava a insuficiência de qualificação de mão-de-obra e isso se agravava à medida que a cooperativa ia se tecnificando. Além disso, o índice de analfabetismo entre os cooperados era muito grande e, se tinham experiências como agricultores familiares pouco modernizados, não dispunham do saber necessário para enfrentar a magnitude dos problemas de uma cooperativa de produção significativamente modernizada.

No ano de 1993 a COOPROSERP enfrenta uma nova crise: das 15 famílias que haviam permanecido, nove optaram por sair da cooperativa. A direção da COOPROSERP, juntamente com a direção do MST, fez um mapeamento em outros assentamentos de famílias que tinham o interesse de compor o quadro da cooperativa. Assim, foram selecionadas 10 famílias do assentamento Nova Cantú- Pr, que trocaram seus lotes com as nove famílias da COOPROSERP.<sup>35</sup>

Com este reagrupamento, os assentados resolveram alterar também a organização do espaço físico da cooperativa. Um dos argumentos centrais que conduziu a esta alteração foi a

percepção da direção (da cooperativa), de que os sócios vinham dedicando muito mais tempo ao trabalho nos lotes individuais do que aos trabalhos da cooperativa. Foi organizada então uma nova agrovila onde os lotes foram reduzidos de 2 ha para 12 x 30 m<sup>2</sup>

Com o espaço de produção doméstica eliminado, os assentados tiveram então que passar os pequenos animais que criavam para o patrimônio da cooperativa já que nos seus princípios se estabelecia que os bens pertenciam à coletividade. Implícita nestes princípios estava a concepção de que a produção de subsistência era desnecessária uma vez que era garantida pela cooperativa e, que portanto, representaria um arcaísmo camponês incompatível com os esforços de viabilização do empreendimento coletivo. Apesar desta justificação geral, o fato dos sócios ter passado as únicas coisas que lhes pertenciam (pequenas criações) para o âmbito da cooperativa e extinguirem suas pequenas horas, gerou um clima de descontentamento que não foi explicitado naquele momento.

Apesar dos inúmeros conflitos e da grande rotatividade de famílias no assentamento, a partir da legalização da área muitas obras de melhoramento foram realizadas: a instalação de luz elétrica financiada pela própria cooperativa que viabilizou, por exemplo, a tiragem mecanizada de leite e a compra de equipamentos elétricos para alguns trabalhos na lavoura, ao mesmo tempo em que proporcionou mais conforto aos moradores. Dentre estas conquistas também se insere a construção da escola de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série que facilitou os estudos das crianças do assentamento de um modo geral e mesmo de crianças das áreas vizinhas. A escola foi feita em parceria com o governo estadual e construída com mão-de-obra do assentamento. Também foram comprados vários equipamentos para utilização na lavoura dentre eles um trator, ampliou-se a área de plantio e foi dada a continuidade no melhoramento do solo .

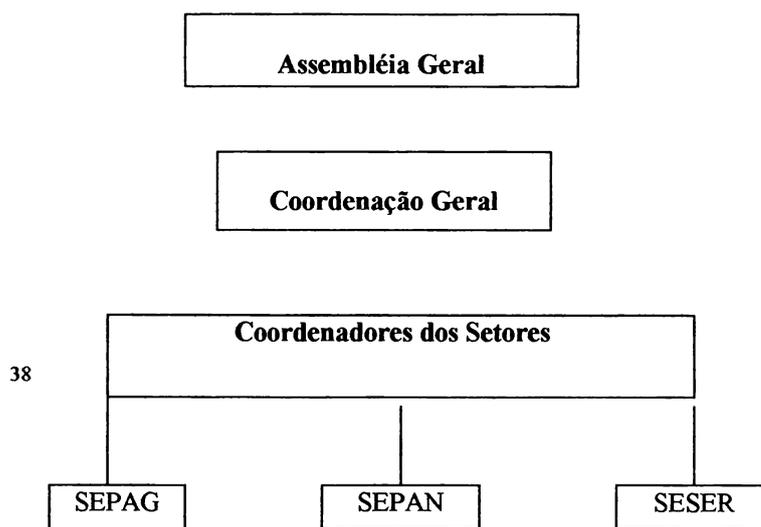
Em 1993, o INCRA é convidado pelo IAP<sup>36</sup> para a realização do Projeto de Desenvolvimento Agropecuário do assentamento, contando também com a contribuição de um técnico agrícola sócio da Cooperativa. Com a saída daquele grupo de nove famílias neste mesmo ano, o estudo foi readequado em 1994 atendendo à reivindicação do grupo que havia se modificado (INCRA/PNUD, 1994).

A partir desse diagnóstico, foram previstas a melhoria das atividades produtivas já implementadas e a inclusão de outras atividades. Também foi observada a necessidade de melhorar a estrutura física do assentamento e do estabelecimento de parcerias que pudessem viabilizar a comercialização dos produtos e a absorção da produção por meio de estratégias de

---

<sup>35</sup> A troca destas famílias foi feita para evitar a evasão na Cooperativa e garantir minimamente o seu funcionamento, pois, a lei de cooperativas prevê o mínimo de 11 famílias para que ela possa continuar exercendo suas atividades caso contrário ela teria que fechar.

<sup>36</sup> O INCRA foi convidado porque esta área era de competência do governo estadual que segundo um dos responsáveis do INCRA pelo projeto, “não tinha muita experiência nesses trabalhos” (sic).



O trabalho dos assentados já começava a ganhar visibilidade e, com estas melhorias, assentados de outras áreas demonstraram o interesse em participar da cooperativa. Apesar de todos as dissidências, a direção do MST continuava incentivando esta forma de organização. Constantemente a COOPROSERP recebia visitas de assentados de outras regiões e mesmo de estagiários e técnicos que queriam conhecer a experiência coletiva. Também ganhavam cada vez mais a confiança das pessoas da cidade. Nesse período, mais três famílias vieram integrar o grupo da COOPROSERP.<sup>39</sup>

Apesar de uma certa *capitalização*<sup>40</sup> da Cooperativa, os sócios continuavam em precárias condições de vida. Isto era justificado pela direção da cooperativa pela necessidade de viabilizar, primeiro, a produção e depois, com o aumento dos excedentes, melhorar a qualidade de vida dos assentados. Contudo, mesmo com boas colheitas, as “sobras” eram reinvestidas em maquinário, ou na melhoria de uma outra linha de produção.<sup>41</sup> Esta determinação da direção da cooperativa gerou grande insatisfação entre os assentados até porque uma parcela deles estava há quatro anos no local e não tinham conseguido sequer construir uma casa: a maioria das famílias morava, ainda em 1994, em barracos de lona e chão batido. Somente algumas moravam em casas de madeira porque as haviam trazido do local onde estavam antes de irem para aquela área.

<sup>38</sup> SEPAG – Setor de Produção Agrícola, SEPAN – Setor de Produção Animal e SESER – Setor de Serviços.

<sup>39</sup> Para se filiar na Cooperativa cada sócio deve integralizar um número x de quotas partes que é definido segundo o regimento interno de cada cooperativa cujo valor teria direito de receber ao pedir afastamento da Cooperativa.

<sup>40</sup> Uma “capitalização” induzida pela compra de máquinas ou início de linhas de produção com recursos do crédito governamental.

No entanto, quando se manifestavam nas assembléias, suas reivindicações eram julgadas pelo discurso moral do *individualismo-inferior*, anti-socialistas etc., o que desencorajava freqüentemente a oposição a esta forma de operação da cooperativa.

O desejo de adquirir uma moradia melhor ainda estava muito distante, pois não existia um plano geral de investimento nesta área nem por parte da cooperativa e nem por parte do governo do estado.<sup>42</sup> Além disso, o valor que cabia a cada assentado com a divisão das sobras no fim de cada mês não dava para cobrir sequer as despesas com a compra de produtos que complementavam a alimentação e que não eram produzidos na cooperativa, principalmente naquelas famílias maiores onde havia crianças pequenas.<sup>43</sup>

As diferenças de tamanho da família bem como seu nível de composição (maior número de adultos ou crianças, ou ainda, relação entre número de trabalhadores e consumidores) começam a gerar alguns conflitos, pois possibilitavam diferentes níveis de rendimentos dentro do assentamento e isso se configurou como um fato injusto no entendimento de alguns assentados, já que se pretendia construir uma comunidade igualitária.

Para pessoal que é solteiro e para aqueles que tem família pequena ou que não tem tanta criança como a gente a cooperativa é melhor, mas para nós fica difícil por que é só a gente para dar conta de tudo, não temos com quem somar a renda. Agora para pessoal que tem moça ou rapaz com mais de 18 anos que pode entrar como sócio daí fica melhor né? É uma ajuda a mais (Entrevista nº 6/pesquisa de campo/2000).

A reprodução da família camponesa está atrelada a sua composição social e o que irá definir este grau de reprodução é sua diferenciação demográfica, ou seja, a relação entre número de produtores e consumidores dentro da família. São as diferentes fases de crescimento de uma família que irão definir sua capacidade de reprodução (WANDERLEY, 1998, p.32).

Neste sentido CHAYANOV (1974, p.122) analisa que *para a produção familiar o que importa, no cálculo dos rendimentos, não é o número de trabalhadores existentes, mas o número de consumidores da família.*

Embora a lógica cooperativista tenha sido implantada, a perspectiva de validação dos procedimentos continua a mesma por parte das famílias em fase de desenvolvimento da sua reprodução biológica.

---

<sup>41</sup> O termo “sobras” é utilizado pelos cooperados para evitar o uso do termo “lucro” para não se caracterizar a cooperativa como uma exploração do tipo capitalista. A rigor seriam rendimentos líquidos obtidos com o trabalho coletivo dos cooperados, um início de acumulação para a cooperativa (FERREIRA *et al*, 1998).

<sup>42</sup> Nos projetos de assentamento estadual não estão previstas verbas para habitação como é o caso dos projetos de assentamento do governo federal.

Tratava-se de uma demanda por equidade, no sentido de se criar mecanismos para que estas famílias maiores pudessem também se viabilizar, o que poderia vir em forma de renda diferenciada, ajuda de custo para os gastos com escola (material) das crianças ou assistência na compra de remédios conforme proposto por alguns entrevistados. Mas para as famílias que não tinham este problema, por estarem em outra fase de seu ciclo biológico, mesmo o subsídio dos alimentos para as famílias com mais crianças era visto como injustiça por alguns dos sócios.

Agora vê se tem cabimento, a gente tem que pagar para quem tem família grande comer. Eles dizem que não é nada que é nosso mesmo, mas eu não acho certo que a cooperativa tenha que custear alimentação pra algumas pessoas. Eles dizem que não tem dinheiro, mas bem que pra outras coisas eles têm, daí a gente tem que ficar trabalhando para alimentar os outros. Não é querer negar, mas tudo isso sai do trabalho da gente, do nosso esforço (Entrevista n° 1/pesquisa de campo 1997/2000)

Muitas outras regras de funcionamento da cooperativa principalmente as relacionadas ao trabalho e a sua remuneração geraram insatisfações: a forma de registro do número de horas trabalhada foi questionada inúmeras vezes, dizia-se que subestimavam o trabalho realizado, os desníveis na capacidade de trabalho (e o pagamento por hora, independente da produtividade).

O problema é que o pessoal não pega parelho. Às vezes demora um dia inteiro para fazer um serviço que se ele não ficasse se escorando no cabo da enxada terminava tudo em duas horas daí no final do mês ele ganha a mesma coisa que eu que trabalhei duro (Entrevista n° 1/pesquisa de campo/1997)

Também muitos sócios ressentiam-se do fato de jovens terem remuneração diferente sendo que muitas vezes trabalhavam igual ou mais que um adulto.

Eu não gosto nem de lembrar que coisa era aquela. Os meninos trabalhavam igual um burro de carga para no final ganhar aquela miserinha e ainda tinham que ir para escola quase morte de cansaço, quando muitas vezes a gente via que os adultos ficavam se folgando (Entrevista n° 2/ pesquisa de campo/2000).

A valorização do trabalho de um assentado estava sempre em referência à desvalorização do trabalho do outro, sempre acompanhada de uma avaliação de que *“eu fiz isso e pessoal não fez aquilo”* naquilo que D’INCAO e ROY (1995) chamaram de *invalidações circulares*.

---

<sup>43</sup> Fala-se também, em *remuneração de trabalho* e não em *salário* para diferenciar-se da empresa capitalista. O valor médio que cabia a cada trabalhador era de 64 R\$/mês (60% do salário mínimo na época), mais os produtos de subsistência que a cooperativa distribuía gratuitamente, segundo as necessidades de cada família.

Além disso, um fator de descontentamento dos assentados e isso era quase unanimidade - era o fato de que se despendia tempo demasiado para participação em algumas tarefas do MST. Como os sócios da cooperativa tinham o compromisso de colaborar com as ações da direção e se viam comprometidos com a luta pela terra e com a transformação da sociedade, a princípio tal participação foi admitida, mas no decorrer do processo passou a ser considerada um problema à medida que as lideranças quase não ficavam no assentamento, mas continuavam a receber um salário que era calculado pelas horas médias trabalhadas por todos os agricultores naquele determinado mês. A situação acabou se agravando, pois, embora apenas uma pessoa fosse liberada oficialmente para as atividades políticas do MST, havia ocasiões em que de três a quatro pessoas se ausentavam do assentamento para resolver questões referentes a militância e além disso, tarefas não agrícolas que tirava mão-de-obra da lavoura

Um vai cuidar da comercialização dos produtos, o outro vai dirigir a caminhonete de leite o outro vai em reunião do MST em Curitiba e um outro vai cuidar de coisas do SCA não sei onde. A gente mal sabe se é isso mesmo que estão fazendo [(sic)- Reunião de Avaliação das atividades da Cooperativa 1997]

Outra vez CHAYANOV (1974) pode ajudar a discutir estas manifestações de descontentamento que tem a ver com o *tempo despendido de trabalho*. Para o camponês, o cálculo da penosidade do trabalho/ necessidades de consumo é elemento de organização da sua unidade de produção. Trabalhar na medida das necessidades de consumo próprio/familiar é culturalmente aceito. Trabalhar menos que pessoas de igual idade seja por menos empenho destas, seja por atividades não laborais (pessoais) é um elemento distante de sua cultura. Também aqui se pode notar os elementos anteriores da vivência destes assentados se impondo sobre o novo plano organizado. Grande parte dos conflitos ocorridos no interior da cooperativa estavam (e ainda estão) associados a isto “à *necessidade dos trabalhadores organizarem o trabalho segundo costumes e possibilidades de mão-de-obra* (ANTUNIASSI, 1998, p.204).

Ressentia-se também pelo fato destas atividades não serem explicitadas para o conjunto dos sócios e os assuntos tratados deixarem de ser objeto de discussão na própria cooperativa.

No início de 1996, a primeira grande demonstração da insatisfação dos agricultores foi o conflito acerca do refeitório comunitário. Segundo os agricultores, os valores das refeições (que eram descontados no final do mês) eram superiores ao seu valor real, a comida servida era de má qualidade e não sustentava o agricultor que tinha que fazer um grande esforço físico

na roça. Mesmo constatando estes problemas, estavam impedidos de optarem por fazer as refeições em casa. A exacerbação do conflito acabou culminando com o fechamento do refeitório. Com isso também, a extinção da mística da formatura e da execução do Hino do MST antes do horário de trabalho.

O pessoal já estava desmotivado acho que era por isso que faziam uma comida tão ruim. Olha dava até desgosto de comer aquilo, parecia comida pra cachorro. O feijão era duro e não tinham o menor capricho para fazer. E você vê que não era por falta de comida que graças a Deus para comer a gente tinha fartura. Eu sei que chegava as 15:00 horas e a gente já estava morrendo de fome de novo daí tinha que esperar o jantar que era servido só bem tarde. Olha se não fechasse o refeitório estava em tempo de alguém ficar doente (Entrevista nº 10/ pesquisa de campo/1997).

Olha se as crianças quisessem comer um pedaço de pão a gente não podia dar, pois eles (a equipe do refeitório) diziam que já tinha comida para eles na creche e que não podia dar mais. Imagine que não podia ter fome fora de hora (Entrevista nº 4/pesquisa de campo/2000).

A esta época também os problemas referentes à moradia haviam se agravado e uma família teve que morar nas instalações do centro comunitário, espaço onde anteriormente funcionava o refeitório onde também se realizavam outras atividades da comunidade. A casa de mel também teve que ser ocupada por uma outra família uma vez que esta atividade estava sendo desenvolvida em menor escala e havia a possibilidade de transferência dos equipamentos de apicultura para outro local.

#### **4.4.1 – As dissidências**

Ainda neste período, uma das principais lideranças do assentamento pediu seu afastamento da cooperativa. Como se tratava de uma liderança que teria ido para o assentamento a fim de fortalecer a proposta da organização cooperativa, sua saída deixou o grupo muito abalado. Além disto, por este caso e pelos anteriores percebeu-se, claramente, o empobrecimento de quem saía da cooperativa: além de perder os animais que tinham antes de se integrar, quase sempre saíam devendo dinheiro.

Veja se não é de desanimar fulano que veio pra cá ajudar a levar a proposta da Cooperativa foi embora e por que? Por que viu que o negócio aqui não era fácil. O coitado ainda perdeu as vaquinhas que tinha quando entrou na Cooperativa (Entrevista nº 6 – ex-sócia da Cooperativa/pesquisa de campo/1997)

O sentimento de vivenciar uma nova espoliação perpassava os assentados que saíam e aumentava a insegurança dos que ficavam.

Pelo estatuto da cooperativa os agricultores só receberiam a parte das sobras que lhes caberia no final de cada ano quando fosse feito o balanço geral da cooperativa. Como inicialmente foi feito um acordo para que estas sobras fossem adiantadas a cada mês para que os agricultores pudessem suprir outras necessidades, nunca se sabia ao certo o valor que cada agricultor tinha direito. Havia também alguns adiantamentos que a cooperativa fazia quando os sócios necessitavam de dinheiro para tratamento médico, remédios e questões pessoais. Ao final de tudo quase sempre os sócios estavam devendo para a cooperativa.

Eu tô saindo devedor para a Cooperativa e como é que eu vou pagar se eu tô saindo com uma mão na frente e outra atrás, do mesmo jeito que entrei aqui (Entrevista n° 4/pesquisa de campo/1997)

À época da saída daquela liderança, outro episódio acirrou os conflitos existentes. Por não contar com recursos para consertar a ceifa que havia sido tombada, a cooperativa foi obrigada a pagar aluguel para fazer a colheita do milho, o que aumentou seu endividamento e a falta de dinheiro disponível para os assentados. O sentimento de desencantamento com o empreendimento coletivo se agravou e culminou com a saída de 7 famílias da cooperativa em julho de 1996 dentre elas mais uma liderança do assentamento.<sup>44</sup>

Eu tô saindo daqui com o coração apertado, mas não tem outro jeito. Você vê nós estamos aqui há 7 anos já era para gente ter alguma coisinha. Olha a minha casa é de chão batido quando chove molha tudo dentro, era pra gente ter pelo menos uma casa coberta de brasiliti. Eu não concordo com isso. Até as galinhas tem uma casa melhor que a da gente. Como você acha que a gente compra roupa? A gente compra aqueles fardão de roupa usada e daí vai vendo o que serve e o que não serve. Acha que isso é situação pra quem está tanto tempo na luta? É muito duro olha as vezes as crianças pedem alguma coisa e a gente não pode atender (Entrevista n° 6 - ex-sócia da Cooperativa/1997).

Na lógica da economia camponesa a preeminência das necessidades são definidas no âmbito da unidade familiar. Embora a unidade familiar esteja também submetida às designações do mercado, é a manutenção do grupo familiar o fator que irá definir onde serão realizados os investimentos (CHAYANOV, 1974).

Isto ocorre porque na unidade de produção familiar, o resultado da produção constitui um *rendimento indivisível* do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. A magnitude de suas necessidades serão estabelecidas por meio de *avaliações subjetivas* (WANDERLEY, 1998, p.32).

<sup>44</sup> Essas famílias saíram no momento da primeira fase da pesquisa de campo e portanto foram entrevistadas ainda no assentamento Novo Paraíso.

Um dos grandes paradoxos enfrentados no seio das CPAs é, justamente, este; combinar de uma lado, a lógica que rege a pequena economia camponesa - pautada nas necessidades da unidade familiar - e a lógica empresarial – voltada estritamente para o atendimento das necessidades do mercado.

Mesmo os assentados que continuavam na cooperativa explicitavam estas questões, embora persistisse a idéia de que as famílias teriam saído por *serem individualistas* ou *por não gostarem de trabalhar*. Alguns até ensaiavam uma autocrítica quando lhes era indagado o motivo da saída destas famílias:

Eu...pra mim saíram porque não tinham condição de se manter e crescer junto com a cooperativa. Eles só tinham o compromisso de trabalhar e não de ser ajudado. Acho que os sócios deviam ser mais valorizados por que também senão fosse eles não existia cooperativa (Entrevista n° 7/pesquisa de campo/2000).

O que pode ser observado no depoimento de uma das lideranças do assentamento:

Acho que tem vários fatores: a empresa não deu retorno econômico que eles esperavam e eles não entenderam que isso é um processo lento e tiveram suas expectativas frustradas. Agora a gente não pode dizer que só foi embora quem não trabalhava por que a gente perdeu companheiros muito bons aí nessa saída (Entrevista n° 8/pesquisa de campo/1997)

Prevalencia, ainda, para a maioria das saídas, a explicação de que se tratavam de “desvios ideológicos” e que estas famílias não tinham adquirido a consciência coletiva.

Sinceramente eu não sei o que as pessoas que saíram pensam, pois será que eles não vêm que foi a própria forma de trabalhar, cada um na sua propriedadezinha que levou a gente a ser sem terra. A própria estória dos nossos pais provam isso pra gente. Que futuro tem a gente trabalhando sozinho? Eu, pra mim não quer isso.a gente tem que pensar agora como é que vai construir o coletivo e não cada um ficar se preocupando com suas coisinhas (Entrevista n° 2/pesquisa de campo/2000).

Percebe-se que o conteúdo deste discurso tem a ver com as reflexões de MARX e ENGELS (1977) sobre o destino da pequena propriedade que estaria fadada a desaparecer, o caráter reacionário do pequeno camponês tão apegado a sua propriedade que não consegue ver que é ela mesma a causa de sua ruína.

No que se refere ainda aos descontentamentos do último grupo de famílias dissidentes da cooperativa, embora todos tecessem críticas muito incisivas a esta forma de organização, ninguém dos entrevistados se colocava contra alguma forma de cooperação:

Eu até nem torço para o individual, eu só não vou me organizar lá [ no assentamento para onde estava indo] por que no começo não tem outro jeito. Eu sei que tem que ter alguma forma de cooperação, uma associação de máquina talvez, mas tem que ser muito bem discutido por que do jeito que foi feito aqui é um tipo capitalista é só exploração (Entrevista n° 4 ex- sócio da Cooperativa/1997)

O “ser capitalista” na reflexão de muitos assentados aparece como sinônimo de exploração. “Ser capitalista” é um adjetivo utilizado para designar tudo aquilo que é ruim nas pessoas e qualquer atitude que contrarie as normas do grupo poderá ser considerada como tal. Mesmo o fato de não compartilhar de uma mesma idéia pode ser visto como resquícios de práticas “do tipo capitalista”. Coisa de que todos cooperados buscam fugir: afinal, isto representa um empecilho para que se crie de fato *um novo homem e uma nova mulher* baseados em *novos valores*, tarefa que só se viabilizaria dentro das formas coletivas de trabalho.

Estas constantes cobranças por uma conduta cooperativa por parte dos agricultores e as exigências que um empreendimento dessa natureza demandava acabavam interferindo não só na vida produtiva das pessoas, mas afetavam também um conjunto de valores construídos ao longo de sua história como pequenos produtores familiares. Nas entrevistas ficavam explícitos os descontentamentos recorrentes em relação à forma como se estava conduzindo o processo administrativo da COOPROSERP e naquele momento pareciam ter chegado a uma situação limite. Segurando a cabeça com a mão num completo sinal de desconsolo o entrevistado prosseguia:

Olha eu não sei onde foi que a gente começou a errar. Acho que foi desde o início. Criaram um elefante, uma empresa grande e agora ela tá desgovernada. Devia ter crescido aos poucos e não já ter começado um negócio que os nossos braços não alcançam. Compraram tanta coisa de trator e caminhão e não sei mais o que tanto. Não sei....sabe quando a gente chegou aqui o pessoal falava que todo mundo ia ser igual. Falavam: - Se você andar de botas eu vou andar de botas, se você tiver de chinelo eu também vou estar a gente vai crescer junto. Agora parece que mudou tudo. Eu acho que esse socialismo que esse pessoal estuda aí fora chega aqui eles esquecem tudo (Entrevista n° 4/ pesquisa de campo/1997)

A idéia da produção em escala e da tecnificação como formas superiores para o desenvolvimento da agricultura propaladas tanto pelo marxismo como pela própria concepção de modernização agrícola que predominava no país aparecem como imperativos para a organização cooperativa criada no âmbito do MST como se viu nos capítulos anteriores. Neste contexto, a tese da superioridade da grande exploração tecnificada se concretizaria no seio das CPAs . Por um lado, possibilitaria maior *produtividade* e a inserção dos camponeses no mercado, quebrando o isolacionismo e o atraso, característicos da pequena propriedade.

Por outro, quebraria a psicologia individualista tipicamente camponesa, retomando STALIN (1980) *o que será conseguido com tanto mais rapidez quanto mais rapidamente se mecanizarem e tratorizarem os kolkhoses.*

Nós começamos com uma cabeça de rico. Comprava um monte de coisa e é claro que muitas delas ia precisar mesmo, mas dava pra esperar um pouco, mas não; tinha que comprar tudo de uma vez e a gente nem sabia se ia poder pagar. Outra coisa era que as vezes falavam pra você ficar em determinado setor, mas daí no meu caso por exemplo, pra ficar nesse setor eu **tinha que sabe ler e escrever daí com o primário muito mal feito não dava para acompanhar e já tinha que ir pra outro lugar daí nunca terminava nada.** Ah tinha também coisas do tipo, precisa carpir qualquer coisa mandava um monte de gente porque de início tinha **mão-de-obra sobrando**, daí desperdiçava mão-de-obra e virava bagunça e acaba que não fazia o serviço, mas as horinhas estavam lá no caderninho no fim do dia (Entrevista n° 1/pesquisa de campo/1997).

A idéia de que numa organização do tipo CPA poderia levar a um aumento de produtividade nem sempre se cumpria pelas varias razões esboçadas anteriormente e citadas acima pelo entrevistado, aspectos dos quais todos os sócios tinham consciência, mas viam grandes dificuldades na resolução dessas questões.

#### 4.4.2 – Os espaços Democráticos

Além dessas questões de má utilização de recursos materiais e de mau planejamento de investimentos e de trabalho, nem todas as críticas estavam relacionadas a isto. Muitos assentados reclamavam da falta de tempo para poderem pensar sobre os assuntos que eram votados na assembléia:

Às vezes a gente estava votando uma coisa que nem sabia direito. Votava uma coisa que nem era a bem de nós mesmos. A direção falava que tinha que ser votado naquele momento porque senão ia acabar perdendo o financiamento para comprar uma máquina, por exemplo, porque o prazo ia esgotar daí a gente acabava sem saber apontado uma arma para nossa cabeça por que votada, mas não tinha consciência depois que chegava em casa ia pensar sobre o assunto e via que tinha feito a coisa errada (Entrevista n° 6, ex- sócio da Cooperativa/pesquisa de campo/1997).

Olha essa malharia até hoje a gente não sabe se dá lucro ou não, mas foi investimento aí e a gente nem pensou direito se isso ia ser bom ou não. Do jeito que são as coisas aqui tudo precisa ser decidido muito rápido (Entrevista n° 5/ pesquisa de campo/2000).

Ou seja, os problemas também estavam situados no âmbito das estratégias de tomada de decisão e isso pôde ser observado implicitamente na entrevista com lideranças da

cooperativa quando questionados sobre os mecanismos que garantiam a democracia na organização.

Bem o que a gente procurou fazer é aquilo que chamamos de **centralismo democrático**, porque se a gente tiver que ficar perguntando tudo e deixando a discussão rolar muito daí não se viabiliza nada. O mercado é dinâmico e a gente tem que se agilizar senão não sai do lugar (Entrevista n° 8/pesquisa de campo/1997).

Embora o entrevistado acredite que essa forma de organização possa gerar alguns conflitos não vê outra alternativa porque segundo ele, *se abrir muito daí vira um democratismo*.

A avaliação de outros assentados não passa exatamente por aí. Segundo eles esse centralismo extrapola o espaço administrativo da cooperativa.

Eu acho muito bom que a senhora tenha vindo aqui na minha casa ver como é que eu moro porque sempre tem pesquisador aqui, gente de um lugar de outro até de São Paulo e só ficam na casa daqueles que tem moradia boa acho que o pessoal só quer mostrar o que tem de bom na cooperativa. Claro que tem muita coisa que evoluiu e isso tem que ser falado, mas tem que ver que não é tudo as mil maravilhas. Quem vê o tanto de máquina que a **Cooperativa tem** fica maravilhado agora ninguém vê que o sócio mora numa lona como é o caso de muitos e que o coitado tá lascado. Parece que a direção fica escondendo a gente e protegendo para o pesquisador não vim pra cá (Entrevista n° 4/pesquisa de campo/1997).

O fato de muitos falarem da cooperativa como sendo algo exterior denota que estes não se sentiam parte dela. Em quase todas as falas percebe-se a oposição dos termos: a cooperativa x sócios. Essa perspectiva unidimensional da cooperativa deriva do fato de não poderem dispor segundo sua vontade dos bens da cooperativa e mesmo numa situação de saída, por exemplo, nunca levarem a parte que, segundo eles, lhes caberia no patrimônio da cooperativa que ajudaram a construir (a indivisibilidade está prevista em lei), teriam direito apenas as cotas partes que foram integralizadas quando se tornaram sócios da cooperativa.<sup>45</sup>

O espaço de autonomia de gestão dos agricultores nesse sentido é praticamente nulo. Mais uma vez entrechocam-se as lógicas da unidade econômica familiar e a da empresa moderna.

Eu não acho isso certo, por exemplo, eu ajudei a pagar as prestações do trator e da ceifa agora vou sair e não tenho direito a levar nem o que paguei. Acho isso é uma exploração. Se for sempre desse jeito eu não quero nem saber mais desse negócio de cooperativa (Entrevista n° 4,/pesquisa de campo/1997).

Todas estas eram comentadas no assentamento com a saída das sete famílias. Também um curso de alfabetização de adultos que havia se iniciado parou. Um clima de desânimo total marcou aquele contexto. Muitos assentados, principalmente os que saíram, acreditavam que a direção do MST não soubesse da situação da cooperativa.

Eu acho que o pessoal lá de Curitiba [do MST] não sabe o que está acontecendo aqui senão já teriam vindo dar uma ajuda (Entrevista n.º.1/pesquisa de campo/1997)

Esperavam sempre que alguém pudesse fazer algo por eles. Que um “companheiro estudado” lhes colocasse a par das reais condições financeiras da cooperativa, explicando item por item seu o funcionamento, o quanto na realidade estavam endividados e quais eram as chances reais conseguir vencer esta situação. Para muitos sócios em função dos baixos níveis de escolaridade essa análise era um diálogo impossível. Como muitos assentados costumavam dizer “um diálogo entre mudos e surdos”, pois não entendiam quase nada “daquelas matemáticas que eles (os assessores do MST) tentavam explicar”. O que valia no final era a conclusão do assessor de que a situação não era tão precária quanto imaginavam e que com coragem e força de vontade para mudar, a cooperativa ainda poderia ser uma empresa muito próspera.

Nessa época muitas atividades desenvolvidas no assentamento foram abandonadas, pois não havia mão-de-obra que pudesse dar conta de todas as linhas de produção anteriormente implementadas, inclusive com prejuízos para cooperativa como foi o caso da instalação da estufa para horticultura, onde quase todo dinheiro empregado foi perdido.

Apesar de muitas melhorias realizadas, vários projetos previstos pelo Plano de Desenvolvimento Agrícola de 1994 (como se viu anteriormente) não haviam sido cumpridos principalmente porque os órgãos envolvidos na elaboração e execução do projeto haviam em grande medida superestimado as reais condições organizativas da COOPROSERP, designando-lhe papéis que dificilmente se cumpriria pois não havia uma estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades propostas e principalmente por não dispor de mão-de-obra qualificada. Muitas das atividades sugeridas no projeto tinham como pressuposto a criação de algumas estruturas anteriores para que pudessem se efetivar, o que jamais chegou a ocorrer. Questões como: a melhoria das vias de acesso - para escoamento da safra, acordos de integração – prejudicados, segundo depoimentos dos assentados, pela precariedade do acesso ao assentamento, a cooperativa de comercialização dos produtos, a

---

<sup>45</sup> A integralização de cotas partes não se aplicou a todos os sócios no caso da COOPROSERP, pois os sócios fundadores não dispunham de valores necessários para realizá-la quando iniciaram a cooperativa.

construção de unidades de agroindustrialização, entre outros. Algumas até chegaram a acontecer, mas se mostraram inviáveis, como foi o caso da construção do abatedouro de aves que foi construído fora dos padrões técnicos e por isto não recebeu autorização para funcionar. Além disso, não existia nem produção que pudesse ser abatida na época da execução desta obra. O que havia na cooperativa eram aves, na maioria, “caipiras”, que eram de posse dos assentados e que no acordo de coletivização passaram para a cooperativa.

Coube ao conjunto dos assentados, num contexto completamente conturbado por uma série de dissidências, com níveis muito precários de assistência técnica, como se pode ver pelo exemplo anterior, com seu pouco conhecimento sobre as exigências do mercado, sobre produção em grande escala, sobre balanços administrativos e com seus baixos níveis de escolaridade organizar e fazer prosperar, aquela que se pretendia ser um modelo de cooperativa.

Apesar das dificuldades, de 1994 a 1997 a Cooperativa havia adquirido um caminhão para transporte da produção, uma caminhonete para entrega do leite (comercializado na cidade de Pitanga), a malharia havia começado funcionar, embora não se tivesse expectativa de absorção dos produtos pelo mercado local. Em relação às moradias já se pensava em soluções alternativas para melhorar ou mesmo construir casas para aquelas famílias que moravam ainda em condições bastante precárias. A água que abastecia a comunidade era de fontes naturais e enviada para agrovila por meio de uma bomba elétrica e um encanamento muito precário que enchia as caixas centrais e depois chegava até as casas através de encanamentos improvisados. Frequentemente haviam problemas no abastecimento decorrentes da danificação da bomba, do próprio encanamento ou ainda porque o responsável pelos serviços de manutenção da rede de água esquecia de fazer os devidos reparos. Os assentados reclamavam demasiadamente desta questão, sobretudo por terem investido esforços na perfuração de um poço artesiano mal projetado tecnicamente que não deu água. Nas conversas informais as mulheres sempre faziam alusão a tempos passados quando ainda estavam na antiga agrovila. Diziam que, naquele tempo, apesar das dificuldades serem maiores em outros aspectos, jamais tiveram este tipo de problema.

Em relação à alimentação, ao contrário das fases iniciais do assentamento, a comunidade tinha uma grande fartura de alimentos. Até julho de 1996, os produtos de subsistência eram garantidos pela cooperativa sem custos para os sócios. Cada um tinha direito a um litro de leite por dia. Dele tiravam a manteiga e faziam queijo para consumo da família. As carnes (boi, porco, galinha etc.) e ovos eram distribuídos conforme necessidade da

famílias. Daí derivava a banha para o consumo diário e o que eles chamam de chimia<sup>46</sup> - produto consumido com o pão, também produzido pelas famílias no assentamento. Havia um freezer da cooperativa onde as pessoas podiam guardar estes produtos. Além disso, os produtos da horta e do pomar coletivos e produtos como a mandioca estavam à disposição dos sócios. Nessa época, mesmo sem uma discussão mais geral na cooperativa muitos agricultores reiniciaram pequenas hortas no quintal e a criação de pequenos animais num nível muito inferior ao que era anteriormente feito, antes da proibição por parte da direção dos cultivos de subsistência (conforme se viu anteriormente). Neste mesmo ano, as mulheres e jovens passaram a ter uma jornada de trabalho diferenciada. Tanto as mulheres quanto os jovens menores de 18 anos passaram a ter uma jornada de trabalho de quatro horas/diária para que pudessem se dedicar à outras atividades e também porque muitas mulheres estavam tendo problemas de saúde recorrentes. Note-se que isto também foi decidido em função do fechamento do refeitório comunitário. Assim, foi possível fazer com que todos os jovens da Cooperativa e também uma das mulheres voltassem a estudar.

Em relação ao papel das mulheres na Cooperativa, algumas consideravam o fato de ter uma jornada diferenciada de trabalho um avanço no sentido de obtenção de igualdade dos direitos. Outras apontavam o fato de que embora isto fosse um avanço do ponto de vista político, acreditavam que havia muito mais obstáculos a serem superado. Ressentiam-se do fato de que os cargos de direção eram ocupados somente por homens. Diziam que embora houvesse um discurso antimachista nas assembleias, elas quase nunca se faziam ouvir. Isso foi ressaltado tanto por mulheres que permaneceram na Cooperativa quanto por mulheres e homens que se desligaram dela. Quando perguntado sobre os direitos da mulher para um dos sócios ele respondeu: “Igualdade aqui é só no papel tanto para o homem quanto para mulher”.

As crianças do assentamento permaneciam na creche o dia inteiro. As responsáveis pela creche reclamavam do pouco envolvimento dos pais com as crianças. Diziam que os pais não se importavam em melhorar as condições estruturais da creche e apontavam para os riscos que as crianças corriam, naquele espaço, pois havia apenas uma casa de madeira, sem nenhuma forma de divisão onde as crianças circulavam o tempo todo, inclusive no espaço destinado à preparação dos alimentos. Apesar das dificuldades, as crianças brincavam e faziam algumas refeições neste local.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup>Torresmo de porco moído e temperado com cheiro verde, hábito muito comum no assentamento e que é de origem italiana e alemã.

<sup>47</sup>No horário do almoço todas as crianças faziam as refeições em casa.

Sintetizando os principais acontecimentos, saídas e entradas de famílias da COOPROSERP tem-se o seguinte quadro (Quadro I):

<b>Quadro Histórico COOPROSERP até 1996</b>	
<b>A N O</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>
1989	Ocupação da fazenda Otto Cunha por 40 famílias e criação da COOPROSEP
1990	Frustração da safra provoca a dissidência de 18 famílias que se instalam numa parte da área ficando 22 famílias na COOPROSERP
1992	Legalização da área prevê assentamento coletivo para toda área com isso daquelas 18 famílias que queriam trabalhar em lotes parcelados 4 voltam a compor a COOPROSERP, 3 são remanejadas e as 11 restantes optam por ficar e organizar uma associação a parte da Cooperativa ASTROAGRI. Das 22 que haviam ficado na COOPROSERP, 7 optam pela transferência a outros assentamentos, restando somente 15 famílias.
1993	É elaborado o Plano de Desenvolvimento para a COOPROSERP. Das 15 famílias que restaram no grupo COOPROSERP, 9 pedem para ser remanejadas para outro assentamento. O INCRA em conjunto com MST busca novas famílias para fazer a troca de lotes, 10 Famílias do assentamento Nova Cantu vão para Cooperativa e as 9 da COOPROSERP vão para Nova Cantú. Restam 16 famílias na COOPROSERP
1994	Entram 3 famílias na COOPROSERP. É reelaborado o Plano de Desenvolvimento com as 'novas famílias
1995	Entra 1 família e decide-se que esta vai fazer 1 ano de experiência até ingressar definitivamente
1996	Em janeiro sai uma importante liderança da Cooperativa, é fechado o refeitório coletivo e em julho saem mais 7 famílias, restam na COOPROSERP apenas 11 famílias.

Fonte: Pesquisa de Campo /A Estratégia Organizacional das Cooperativas Agropecuárias do MST/2000

#### 4.4.3 – A Semana De Avaliação, Possibilidades De Mudança?

Neste período, haviam 11 famílias na Cooperativa, no entanto considerava-se como famílias os sócios solteiros maiores de 18 anos, o que fazia o número subir para 16 famílias. Desse modo, mesmo com uma alta rotatividade de pessoas no âmbito da organização, esse número conseguia se manter, pois conforme os jovens atingiam a maioridade, passavam a compor o quadro de sócios.

Na última semana do mês de julho de 1996, três semanas depois da saída do último grupo de famílias do assentamento, o MST tratou de organizar uma semana de avaliação da cooperativa que já estava prevista desde o início do ano, mas que até aquele momento havia sido protelada. Esta avaliação contou com o apoio de técnicos da CCA nas áreas de veterinária, florestas, agronomia, além da participação de dois membros da Cooperativa do Assentamento Vitória de Paranacity, norte do estado do Paraná (outra cooperativa de produção, considerada um sucesso deste tipo de organização). Há muito os assentados esperavam por esta reunião, pois acreditavam poder ocorreridas dar novas orientações à organização da cooperativa a partir das discussões.

Contudo, não se conseguiu, nessa semana de avaliação, abrir um real espaço para discussão dos problemas e conflitos: primeiramente, porque os associados tinham dificuldades de enunciar abertamente suas críticas, ainda mais diante da direção do MST a quem culpavam por não ter intervindo antes; em segundo lugar, porque as lideranças da cooperativa inibiam tal discussão analisando a crise com o mesmo discurso moral e ideológico - quem saiu era individualista, queria ganhar dinheiro fácil e se frustrou, não gostava de trabalho - ou tecnicista - má aplicação dos recursos, falta de cumprimento do planejamento (FERREIRA, 1998).

Uma das questões levantadas por uma liderança da cooperativa foi o fato de que a forma como a COOPROSERP estava sendo conduzida não correspondia à proposta socialista dentro da qual ela havia sido pensada, pois estava prevalecendo uma idéia de igualitarismo que, independente do trabalho de cada agricultor levava a que tudo fosse dividido em partes iguais.<sup>48</sup> Por outro lado, também se justificava a saída das famílias pelo vício *do imediatismo*. O representante da direção do MST entendeu que sete anos de espera para obtenção de um retorno financeiro não era um interesse tão imediato assim. Mesmo com uma avaliação

---

<sup>48</sup> No entanto, este igualitarismo não foi explicitado em nenhuma das outras entrevistas, ao contrário, haviam aqueles que se sentiam injustiçados com o que recebiam.

limitada foram feitos alguns apontamentos que vieram explicitar ainda mais algumas questões que geralmente eram tratadas apenas “a caminho do roçado”.

- Em relação ao trabalho, ficou claro que havia um desperdício de mão-de-obra em alguns setores que não estavam sendo rentáveis para a cooperativa, como a mão-de-obra empregada na construção do abatedouro de aves, que não tinha nem previsão ainda para entrar em operação. Além disso, a média de horas trabalhadas por pessoa era de 5h/dia, sendo que havia alguns que trabalhavam até 10 horas por dia. O que significava que havia diferentes níveis de envolvimento com o trabalho entre os sócios;
- Um outro problema levantado pela direção do MST foi a demora no fechamento do balanço anual (que só ficou pronto na metade do ano de 1996), o que impediu o planejamento correto da produção para aquele ano, ocasionando investimentos e empregando trabalho em atividades que não davam lucro. A falta de capacitação para fazer este balanço também se evidenciava no falseamento do lucro obtido na venda de determinados produtos: a não distinção clara entre valores obtidos na venda e valores de empréstimos obtidos levava a um super dimensionamento do lucro, como foi o caso dos valores obtidos com a venda do feijão no ano anterior.
- Problemas ligados à falta de domínio de técnicas agrícolas e de pecuária geravam resultados baixos em produtividade com índices inferiores a dos pequenos produtores na região: mesmo utilizando insumos modernos, melhorando o plantel pecuário, comprando equipamentos, não se registrava um proporcional aumento da produção. Atividades iniciadas haviam sido abandonadas (ovinocultura, apicultura e criação de galinhas) com claras perdas para a cooperativa.
- A produção de grãos (milho, feijão e soja) representava o setor produtivo mais importante da cooperativa (71%), o que foi apontado, segundo técnico da CCA, como um equívoco, pois são culturas mais dependentes de variações climáticas e eram destinadas (pelo menos milho e feijão) em parte significativas, para subsistência. Ao contrário disto, considerava que a cooperativa deveria produzir para o grande mercado a partir da criação de algumas unidades de processamento agro-industrial. Para o MST, insistir em plantar produtos da pauta de subsistência

representava um vício do agricultor advindo da forma artesanal de trabalho empregada na pequena produção e uma perpetuação do *ethos* do agricultor familiar (FERREIRA, 1998).

- Uma outra questão, não mencionada nesta avaliação, mas apontada nas entrelinhas foi a dificuldade de transporte para escoamento da produção e a circulação das pessoas. Embora todos reconhecessem este problema, insistir nele implicaria em questionar a própria escolha da área pelo MST. De todo modo, sabe-se também que a possibilidade de decisão do movimento é pequena neste aspecto: as terras destináveis à reforma agrária são normalmente inferiores ou mal localizadas.

Apesar de todas as dificuldades que a COOPROSERP vinha passando, segundo um balanço feito pela direção do MST em julho de 1996, ainda havia possibilidades de se reestruturar economicamente. Conforme este balanço, 56% do patrimônio da cooperativa eram de dívidas, sendo que desse percentual 27% eram dívidas de longo prazo e 29% dívidas com fornecedores e financiamentos que deveriam ser pagos ainda no ano de 1996. Como a maior parte do capital da cooperativa era fixo (63%) e apenas 37% circulante, se os sócios tivessem que dispor do patrimônio da cooperativa para pagar as dívidas ainda lhes sobriam 8%. Na pior das hipóteses, teriam 8% para recomeçarem suas vidas. No entanto, como este capital era indivisível, pelo que reza a lei cooperativista, deveria ser aplicado em conjunto novamente ou então seria repassado para o estado.

Algumas alternativas foram pensadas para tentar solucionar estes problemas.

- Acreditar que se poderia superar a crise;
- Investir no plantio de pasto para o gado introduzindo novas gramíneas;
- Manejo racional do gado, atentando também para o uso excessivo de vitaminas que naquele ano chegara a 25% do custo com o gado, além de observar as condições de alimentação deste (qualidade da alimentação, estado de conservação, distancia que o animal tinha que percorrer para ter acesso ao alimento, limpeza do local de ordenha e higiene do animal).
- Obter maiores índices de produtividade procurando relacionar horas de trabalho mais produtividade para pagamento das horas aos sócios. A proposta é que se estime um número de horas médias para realização de determinada atividade que deveria atingir

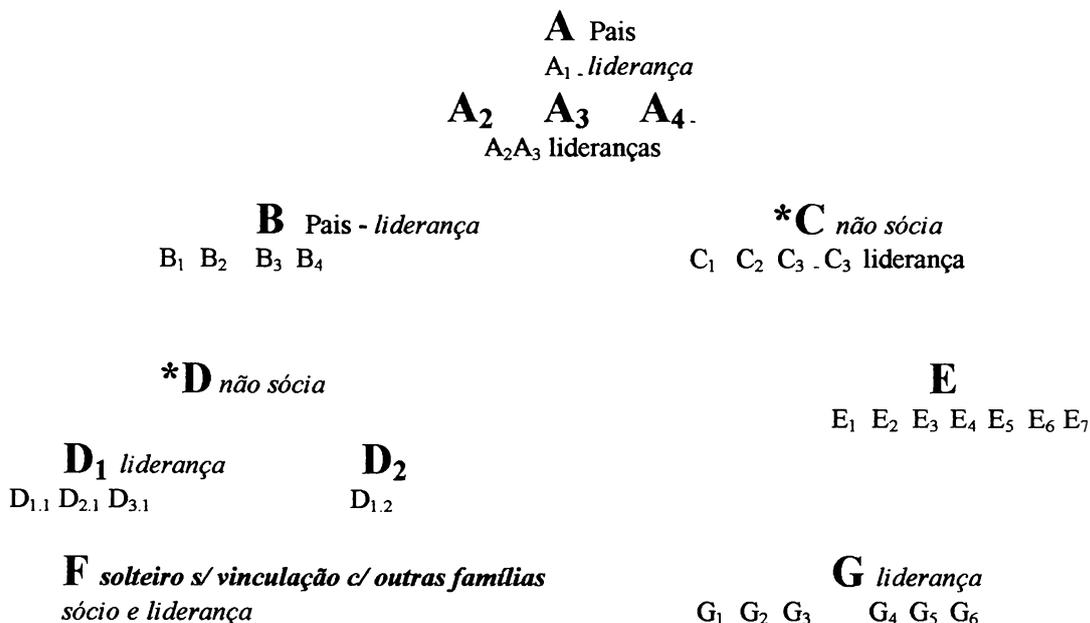
produtividade X; se o sócio não conseguisse cumprir não iria receber, salvo por questões que impedisse a realização desta;

- Limpeza das áreas de erva-mate que estavam no meio do mato;
- Procurar deixar em dia a contabilidade da Cooperativa;
- Diminuir os gastos com combustível, evitando utilizar a caminhonete para outras atividades ou concentrando o transporte do leite em três ou quatro dias da semana ao invés de ter que se deslocar todos dos dias para a cidade, uma vez que tinham, recentemente, adquirido um resfriador;
- Procurar utilizar o maquinário para prestação de serviços, pois essa fonte de renda não estava sendo explorada pelos sócios;
- A partir daquele momento, seriam cobrados dos sócios (preço de custo) os alimentos que pegassem na cooperativa.

Embora nem todos concordassem com a proposta na íntegra, estavam dispostos a experimentar outras alternativas. Muitos receavam que o fato de ter que pagar pelos alimentos, por exemplo, poderia empobrecê-los ainda mais.

A esta época a estrutura da cooperativa era a seguinte (Quadro II):

### Composição da COOPROSERP e Suas Relações de Parentesco



**X** = famílias / núcleo familiar.

**X<sub>1</sub>** = famílias / núcleo familiar derivadas de **X**.

**X<sub>1</sub>** = filhos solteiros que vivem na mesma casa menores de idade ou não.

**\*C** e **\*D** = mulheres aposentadas mãe de assentados que não são sócias, mas vivem no assentamento.

Eram 11 famílias, aproximadamente oito tinham lideranças<sup>49</sup>, três de uma única família A.. De certa forma, permaneceu a maior parte das lideranças e sua parentela. Apesar da crise de falta de mão-de-obra (o que os obrigou inclusive a assalariar temporariamente força de trabalho externa) sua coesão era evidentemente maior e sua disposição em continuar com o projeto cooperativo também. Herdavam-se as dificuldades da COOPROSERP, também ficavam na posse de todo o patrimônio comum, deixado para trás pelos que saíram. Eram em geral, agricultores mais próximos do MST, imbuídos das suas perspectivas de coletivização e sobre a construção do socialismo: esperavam por uma nova sociedade e pelas facilidades que passariam a ter a partir de então.

Com estas avaliações pretendiam reestruturar as linhas de produção de modo a buscar maiores níveis de produtividade. Os agricultores se mostravam esperançosos diante da

<sup>49</sup> Foram consideradas lideranças aquelas pessoas que mesmo não dispoñe de cargos de direção na cooperativa ou no assentamento tem ou tiveram papel fundamental na organização do assentamento e mesmo da ocupação, cujo poder é reconhecido pelos agricultores e agricultoras da COOPROSERP.

perspectiva de melhoria das questões gerais da cooperativa e, sobretudo, de melhoria das condições de vida de suas famílias.

#### 4.4.4 – Os espaços de poder no âmbito da organização cooperativa.

No plano organizacional a primeira iniciativa foi a eleição de uma nova diretoria, pois a atual já estava há quatro anos no comando e isto também era mal visto por muitos assentados, embora tal descontentamento nem sempre se explicitasse. A não explicitação de problemas que ocorriam na cooperativa derivava, em parte, de uma estratégia de proteção das relações de parentela e compadrio entre os assentados, pois *os elos sociais de parentesco determinam obrigações recíprocas, garantindo apoio do grupo familiar, o que se repetia também no âmbito do grupo de vizinhança* (ANTUNIASSI, 1998, p. 204).

Esta rede de relações se solidificou à medida que os filhos das famílias assentadas começaram a casar entre si. No caso da COOPROSERP, até março de 1997 haviam acontecidos três casamentos entre filhos de assentados de um mesmo assentamento (A<sub>2</sub>, A<sub>3</sub>, A<sub>4</sub> cuja família dos cônjuges já havia saído do assentamento, duas na primeira grande divisão do grupo em 1990 e outra em 1996) e em julho mais um entre os filhos das famílias C e B (C<sub>1</sub> e B<sub>4</sub>). Ainda ao final deste mesmo ano, casou-se A<sub>1</sub> passando para 12 o número de famílias no assentamento.

Em relação às deliberações da semana de avaliação pouco se conseguiu fazer. Com a nova estrutura administrativa da cooperativa, instituída a partir de 1997, mais uma liderança (A<sub>2</sub>) decidiu sair da cooperativa após a eleição. Saída esta, justificada por uma das lideranças da cooperativa, pela perda do cargo que lhe dava um certo *status* entre os assentados.

Hoje no interior do MST a gente tem essas pessoas do tipo capitalista e isso se reflete também no coletivo. A pessoa tem aquele cargozinho ali e não quer largar (Entrevista n° 9/ pesquisa de campo/2000).

Nota-se que há uma circularidade neste argumento “de ser do tipo capitalista” pois os que avaliaram a saídas das famílias deste ponto de vista posteriormente, foram avaliados da mesma maneira.

Contudo, a opinião exposta na entrevista anterior dever ser entendida no seu contexto, pois se tratava de um questionamento entre lideranças que disputavam, veladamente, espaços dentro de uma organização. Esta dissidência provocou novamente um abalo na cooperativa e também ficaram mais claros as disputas entre o grupo da família A e a família D<sub>1</sub>.

A liderança da família  $A_2$  era uma das pessoas que mais defendiam a proposta coletiva, inclusive leis mais severas de controle do trabalho dos assentados, maiores níveis de socialização. Era contra até mesmo que as famílias possuíssem suas hortas individuais. Este assentado tinha feito o curso do TAC e tinha um papel fundamental no planejamento das atividades e na comercialização dos produtos, enfim, nos diversos níveis de administração e discussão política da cooperativa. Constituía o que os assentados costumavam dizer de “o pessoal estudado” (como era o caso de mais duas pessoas pertencentes à mesma família) do assentamento. Segundo os depoimentos dos assentados, esta saída deixou clara a disputa por poder na cooperativa, coisa que não havia sido percebida por eles até aquele momento. O *discurso militante*, como bem analisou D’INCAO, (1995) havia tornado obscuras estas disputas que se colocaram às claras a partir da dissidência desta família. O companheirismo propalado escamoteava a disputa pela “*fauteuil du maître*”.

Neste mesmo ano mais uma família do grupo **A** resolveu ir embora ( $A_4$ ). Esta família já havia saído por duas vezes da cooperativa, mas por conta de problemas de saúde de um filho e da precariedade das condições do acampamento onde estava vivendo, teve que ir buscar amparo na casa dos pais e, como um dos membros tinha o curso de maquinista, a cooperativa optou pela sua reinserção no quadro de sócios uma vez que havia grande escassez de mão-de-obra qualificada.

Essas saídas causaram um certo desânimo por parte dos assentados e de certo modo abalaram as relações no interior do assentamento pois ainda permaneceram mais três famílias, da família **A**, que, a partir dessas dissidências, assumiram uma atitude defensiva em relação aos “seus” e conseqüentemente acirraram-se os desentendimentos em relação aos demais assentados.

Em 1998 mais uma família ( $D_2$ ) e um jovem ( $G_4$ ) saem da cooperativa. A primeira aparentada com uma das principais lideranças do assentamento e segundo filho de uma liderança (conforme quadro anterior) que saiu para trabalhar no Rio Grande do Sul, onde tinha parentes.

Em 1999, três famílias **A**,  $A_1$ ,  $A_3$  saíram do assentamento, ou seja, as três que restavam deste grupo. Este fato abalou imensamente a estrutura organizacional da cooperativa. A questão legal não ficou comprometida, pois os jovens, das famílias restantes que já tinham completado 18 anos haviam associado-se a cooperativa garantindo assim, o número necessário de sócios para a manutenção do empreendimento. Contudo, o grande problema ocorreu com a parte administrativa da cooperativa que estava sob a responsabilidade desta mesma família. Estas (todas as famílias do grupo **A**) coordenavam todos os setores de

trabalho existentes, desde a malharia até o setor animal. Um outro problema que se repetiu, foi o fato da cooperativa ter financiado o curso do TAC para dois destes assentados dissidentes (aliás, dois de uma mesma família) para que ele se encarregasse de toda a contabilidade, não se preocupando em dividir tal tarefa com outras pessoas.

Nós vimos aqui que o pessoal sentou em cima da sabedoria e não dividiu com ninguém...O conhecimento ficou centralizado e o pior foi que nós deixamos acontecer isto. Quando a gente viu, eles tinham tomado conta de tudo (Entrevista n° 8/ pesquisa de campo/2000).

Com isso também se criaram muitas desconfianças em relação a prestação de contas realizadas até aquele momento na cooperativa.

A gente não pode falar porque não tem provas, mas tinha coisa que a gente ficava muito desconfiado. Esse pessoal fazia churrasco sempre para um monte de gente, convidado deles enquanto que a gente dava um duro danado para comer o feijão e arroz. Você via aquele monte de carne, cerveja e tudo e o resto do povo naquela situação. Pra mim era meio estranho. Eles tinham até carro. Como que alguém consegue isto tirando R\$ 0,59 por hora de trabalho? Se no máximo a gente consegue pagar as contas e olha lá (Entrevista n° 5/pesquisa de campo/2000).

Também as propostas feitas pela família A começaram a gerar desconfiança. Antes da saída destas houve uma proposta de que os cargos de coordenação recebessem 100% do valor do adiantamento do leite (que é a única fonte de renda monetária atualmente da cooperativa) enquanto que os demais receberiam 85% deste valor. Os sócios não concordaram com isto e se configurou a partir de então um cenário de conflito entre eles e os demais assentados. De certa forma, foi esse episódio que iniciou a explicitação do conflito.

Se eles não saíssem daqui eles seriam expulsos, pois a situação estava insustentável. Toda reunião era briga. Não tinha nada que os outros companheiros propusessem e que eles não colocassem algum problema. Não dava gosto nem de ir numa reunião, pois era certo que ia ser uma brigaiada (Entrevista 10 n°/pesquisa de campo/2000).

Depois da saída deste grupo da família A aumentaram ainda mais as desconfianças dos demais assentados em relação a eles pois, de todas as pessoas que já haviam, saído da cooperativa, eles foram os únicos que tinham saldo a receber (na maioria dos casos de dissidência, ocorridos anteriormente, as famílias saíram devendo para a cooperativa). Contudo, os assentados em geral, reconheciam que duas famílias deles trabalhavam muito e que haviam dado muitas contribuições para a Cooperativa. O problema maior era em relação ao casal mais novo da família A, que além de ter se indisposto com os demais sócios tiveram

problemas de relacionamento com a própria direção do MST (da qual fazia parte), o que resultou também, segundo os depoimentos dos assentados da COOPROSERP, na sua saída da direção do movimento e fez com que optasse por um acampamento independente na região do Pontal do Paranapanema.

Eles tinham acertado não sei o que com a Cooperativa Regional (COAPRA)<sup>50</sup> daí os dois (marido e esposa) foram trabalhar e o salário não era tudo aquilo que eles queriam, queriam um salário certo, daí foi que tiveram que sair de lá e aqui também não dava certo. Eles tinham uma cabeça de rico (Entrevista n° 4/pesquisa de campo/2000).

As desconfianças em relação a esta família aumentavam à medida que a própria contabilidade da Cooperativa apresentava vários furos. Segundo os assentados:

Parece que o pessoal lá de Curitiba tentou fechar a contabilidade da cooperativa que antes ficava por conta deles e ai chegaram a falar que muita coisa tinha se apagado do computador. Agora vai saber o que é. Também ninguém diz nada para gente e fica assim (Entrevista n° 5/pesquisa de campo/2000).

Na avaliação do grupo da COOPROSERP, explicitadas em várias entrevistas, eles próprios se sentiam responsáveis pelos problemas relacionados às ações da família A.

Pois eles faziam tudo e explicavam pra gente, mas a gente também não entende muito e achava que por ser companheiro a gente tinha que confiar, porque também se não puder confiar no companheiro que tá na luta desde o começo o que se vai fazer. Depois eles tinham estudo para isso e nós aqui não temos formação (Entrevista n° 3/pesquisa de campo/2000).

A máxima popular que de que “saber é poder” se confirma e se supera no caso da COOPROSERP. A dimensão do poder se intensifica, uma vez que se revela diante de trabalhadores completamente alheios aos processos administrativos de uma organização da qual estes constituem a base. Uma forma de organização onde ter melhores níveis educacionais deveria ser requisito básico para aqueles agricultores e agricultoras nela ingressarem. O desenvolvimento cultural da massa do povo, propalada por LÊNIN (1981), como fator condicionante para o desenvolvimento de cooperativas deveria ser também um dos elementos do marxismo a ser incorporado de fato nas discussões sobre as reais possibilidades de formação das CPAs.

<sup>50</sup> A COAPRA é a cooperativa regional de comercialização ligada ao MST. A proposta de criação desta cooperativa vinha sendo discutida desde 1992 aproximadamente.

Esses descaminhos na organização de muitas CPAs criados no âmbito do MST provocaram um certo recuo deste em relação ao incentivo destes formatos organizacionais, estratégia nem sempre explicitada diante da base de assentados e acampados.

Eu não sei porque o MST parou com a discussão das CPA. Antes era tanta coisa agora parece que pararam de incentivar este tipo de organização pelo menos é o que parece, pois veja que não foram criadas CPAs mais no Paraná. Ficou só o que tinha não tem nada de novo (Entrevista n° 9/pesquisa de campo/2000).

No entendimento deste assentado, esta postura do MST poderia residir no fato de algumas CPAs estarem enfrentando problemas, como no caso da COOPROSERP ou mesmo de um concepção diferente do que se pretende para os assentamentos futuramente. Esta cautela em relação as CPAs pode ser notada também na fala do dirigente nacional do MST:

A proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações. A partir dessa metodologia foram implementadas algumas experiências e não deram certo porque este método é muito ortodoxo e muito rígido na sua aplicação. O processo cooperativo não é estanque. (como se pretende que seja nos LOCs)<sup>51</sup> e as experiências nos assentamentos nos mostram que esse processo (de cooperação)<sup>52</sup> é mais lento (FERNANDES e ESTÉDILE, 1990 p.99).

Embora a direção do MST tenha hoje clareza disto, algumas das experiências de CPA baseada nesse modelo ortodoxo ainda estão sobrevivendo como no caso da COOPROSERP o que poderia significar a abertura de espaços reais de avaliação dos processos organizacionais da ,cooperativa.

#### **4.4.5 – A Situação Atual da COOPROSERP**

De formas a tentar evitar mais conflitos na cooperativa, os sócios optaram por não receber novas famílias que fossem aparentadas (apesar de não ser nenhuma posição institucionalizada no âmbito da COOPROSERP). Acreditavam que o fato de existir muitos parentes na cooperativa impedia uma avaliação séria dos processos organizativos, pois sempre se buscava proteger a família e, em nome dessa cumplicidade, muitos projetos não poderiam ser desenvolvidos.

Quando perguntada sobre a proibição da entrada de parentes na cooperativa uma das lideranças respondeu:

---

<sup>51</sup> Nota da autora.

Não é que não possa família, se os companheiros forem bons e quiserem tocar a proposta coletiva tudo bem, mas é que a gente acha que parente gera muito paternalismo daí as pessoas não falam quando tem algo errado e fica todo mundo querendo proteger aquele que s vezes tá errado, como foi o caso que aconteceu aqui. A gente não quer ser dominado de novo (Entrevista n° 9/pesquisa de campo/2000).

Segundo os depoimentos dos entrevistados de 1997 a 1999 diminuíram muito as discussões políticas dentro da cooperativa justamente, nos momentos de maior participação da família A nas instâncias administrativas e organizativas da CPA.

Apesar das dificuldades daquele momento (agosto, de 2000) continuavam buscando se reestruturar. Esperavam que, com a saída das pessoas que “impediam o desenvolvimento da cooperativa” pudessem retornar as suas atividades e trabalhar na construção do projeto coletivo.

Note-se que a crítica continua centrando-se na inadequação de indivíduos e não nos eventuais equívocos do formato organizacional escolhido.

Mesmo com todas as dissidências, a cooperativa contava (agosto de 2000) com 18 sócios, pois os jovens que iam atingindo os 18 anos associavam-se à cooperativa. Atualmente existem 10 famílias. Como se pode observar no quadro abaixo (Quadro III).

**Composição da COOPROSERP/ Parentesco/Novas famílias/Casamentos/Dissidências**

**A** A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> A<sub>3</sub>A<sub>4</sub> ⇒ migraram de 1997/1999

**B** Pais - liderança  
B<sub>1</sub> B<sub>2</sub> B<sub>3</sub>

**C** não sócia  
C<sub>1</sub> .

C<sub>3</sub>X casou

B<sub>4</sub> C<sub>2</sub> casou

**D** não sócia

**E**

E<sub>1</sub> E<sub>2</sub> E<sub>3</sub> E<sub>4</sub> E<sub>5</sub> E<sub>6</sub> ⇒ migrou

E<sub>7</sub> X

**D**<sub>1</sub> liderança  
D<sub>1,1</sub> D<sub>2,1</sub> D<sub>3,1</sub>

**D**<sub>2</sub> ⇒ migrou 1998  
D<sub>1,2</sub>

**F** ⇒ solteiro

**G** liderança

G<sub>1</sub> G<sub>2</sub> G<sub>3</sub> G<sub>4</sub> G<sub>5</sub> ⇒ migrou

↓  
faleceu

**H** ⇒ solteiro/novo sócio

**I** - nova família  
I<sub>1</sub> I<sub>2</sub>

**J** nova família  
J<sub>1</sub>J<sub>2</sub>J<sub>3</sub>

\***X** = famílias / núcleo familiar

\***X**<sub>1</sub> = famílias / núcleo familiar derivadas de **X**

**XX** = casamentos com pessoas de fora do assentamento

\* **x**<sub>1</sub> = filhos solteiros que vivem na mesma casa menores de idade ou não.

Através da pesquisa de campo deste trabalho detectou-se que o número de pessoas que viviam na área pertencente a COOPROSERP era de 46 pessoas existindo um número médio de 3,8 pessoas por família<sup>53</sup> Deste total, 20 eram mulheres e 26 eram homens conforme tabela abaixo.

<sup>53</sup> Deste número existem 3 mulheres que não são sócias, duas são mães de assentados da cooperativa e uma é esposa de um assentado e é professora primária em Boa Ventura de São Roque.

**Tabela I - COMPOSIÇÃO SOCIAL COOPROSERP POR GRUPO DE IDADE**

Grupo de idade	Percentual de homens	Percentual de Mulheres	TOTAL
até 12 anos	17,40%	15,21%	32,51%
entre 14 e 27 anos	23,91%	13,04%	36,95%
entre 28 e 40 anos	8,70%	6,52%	15,22%
mais de 41 anos	6,52%	8,70%	15,22%
<b>Total</b>	<b>56,53%</b>	<b>43,47%</b>	<b>100%</b>

Pesquisa de campo/2000

Um dado interessante detectado neste assentamento foi que a maior parte dos assentados da COOPROSERP, formava uma “segunda geração de sem terras”. Eram em geral filhos de assentados, oriundos das famílias da COOPROSERP que foram se casando e formando novas famílias, e também filhos de assentados advindos de outros assentamentos. A cooperativa era formada, em sua grande maioria, por pessoas jovens conforme se pode observar na tabela I.

Ainda que existissem preocupações em relação a entrada de pessoas da mesma família notou-se que parte significativa do quadro de sócios que constituíam a COOPROSERP eram de pessoas da mesma família. O intento de romper com esses laços foi no mínimo, contraditório: não entrariam novos aparentados, mas com o que se faria em relação as parentelas hoje assentadas?. A história destes agricultores e agricultoras, seu trabalho e as várias dimensões de suas vidas estavam e sempre estiveram, profundamente, marcadas por estes laços familiares, pelo papel que a família ocupou no âmbito de sua unidade de produção familiar, de onde originaram grande parte das pessoas assentadas na COOPROSERP. Isto se expressava também na própria concepção sobre o que seria a cooperativa para estas pessoas:

A cooperativa para mim são muitas famílias unidas numa família só. Significa que todos se ajudando ela vai desenvolver (Entrevista n° 6/pesquisa de campo/1997).

A gente aqui, nós nos consideramos uma família, uma organização (Entrevista n° 3/pesquisa de campo/2000).

Embora se buscasse negligenciar esta dimensão, esta população tinha na sua trajetória um envolvimento notadamente familiar que ultrapassava a mera relação de âmbito pessoal. Apesar das grandes dificuldades, tal entendimento se reproduzia no âmbito da cooperativa, confrontando-se com uma lógica de outra natureza que criava uma série de conflitos.

A unidade familiar neste sentido, não era somente uma unidade econômica era também uma unidade social e cultural com códigos bem definidos neste âmbito. Os

mecanismos de cooperação e integração social desenvolvidos antes do ingresso na cooperativa, como o mutirão para limpeza de áreas para plantio, para as colheitas e outros, eram formas de cooperação para o trabalho, mas que também estavam profundamente ligadas a manutenção da unidade familiar enquanto unidade cultural e de sociabilidade. A partir da implantação das CPAs estas formas de cooperação deram lugar a uma cooperação contratual regida por leis de outra ordem, cujos códigos se encontravam fora do controle e conhecimento desta unidade familiar. A produção familiar mais do que uma forma de organizar a produção representava uma forma de organizar a vida em suas várias dimensões, não bastou dissolvê-la numa outra organização para eliminar suas racionalidades e expectativas.

Ainda no que se relaciona ao perfil da população que compunha a COOPROSERP pôde-se observar que eram relativamente baixos os níveis de alfabetização entre os mais velhos, tanto em relação aos homens quanto em relação às mulheres. Já os mais jovens apresentavam maiores níveis de escolaridade. Entre as mulheres os níveis de alfabetização eram superiores em relação ao nível dos homens conforme tabela II. Não existia nenhuma criança em idade escolar fora da escola. No entanto, a creche parou de funcionar o que deixava as crianças em idade não escolar sem nenhuma atividade

**Tabela II - NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE HOMENS EM IDADE ESCOLAR**

Idade em anos	não alfabetizado	1ª a 4ª serie cursando	5ª a 8ª serie cursando	2º grau cursando	Superior	até 4ª série	até 8ª série	até 2º grau	Técnico cursando	Total
de 9 a 12		2								2
de 13 a 15			2							2
de 16 a 19			1	2						3
de 20 a 23				1		1			1	3
de 24 a 27				1	1		1			3
de 28 a 31						1		2		3
de 36 a 40	1					1				2
de 41 a 45						1				1
mais de 55	1									1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>20</b>

Pesquisa de campo/2000

A cooperativa ainda mantém um assentado fazendo o curso técnico o TAC (Técnico em Administração Cooperativa) no Rio Grande do Sul.

**Tabela III - NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE MULHERES EM IDADE ESCOLAR**

Idade	não alfabetizada	1ª a 4ª serie cursando	5ª a 8ª serie cursando	2º grau cursando	Pós Médio cursando	até 4ª série	até 8ª série	APAE	Total
de 5 a 8		4							4
de 9 a 12		1	1						2
de 16 a 19				2					2
de 20 a 23					1			1	2
de 24 a 27							2		2
de 30 a 35						1	1		2
de 36 a 40						1			1
de 41 a 45						1			1
de 50 a 55	1								1
mais de 55						2			2
<b>TOTAL</b>	1	5	1	2	1	5	3	1	19

Pesquisa de campo/2000

No que concerne à mão-de-obra disponível no assentamento, levando em consideração a relação consumidores/trabalhadores/área a ser trabalhadas, pôde-se concluir que esta era insuficiente. Procurando mapear a mão-de-obra disponível teve-se o seguinte quadro: eram 15 homens com disponibilidade de trabalho de 8 horas diárias e apenas 4 mulheres com disponibilidade média de 4 horas por dia. A mão-de-obra feminina era empregada quase toda no setor da malharia, sendo remanejada esporadicamente para outros setores conforme a necessidade. A justificativa para estas ações era que o alto nível de tecnificação existente na cooperativa impedia o aproveitamento da mão-de-obra feminina, uma vez que estas não estavam habilitadas para tanto. Também outros fatores dificultavam a disponibilização de mão-de-obra: mães com filhos pequenos que não tinham com quem deixá-los, duas mulheres com problemas muito sérios de saúde, um sócio que sofreu um acidente antes de ingressar na cooperativa e não tinha possibilidades de trabalhar, jovens que trabalhavam meio período por causa dos estudos e uma sócia que tinha uma filha deficiente a qual dedicava todo seu tempo.

Embora a mão-de-obra feminina fosse empregada na cooperativa em menor escala eram as mulheres as responsáveis por uma parte significativa da subsistência da família, pois eram suas responsabilidades os cuidados com a horta e com a criação dos pequenos animais que cada família possuía (agora com permissão da cooperativa). No entanto, isto nem sempre era reconhecido por elas e estas tarefas aparecem como não trabalho. Quando lhes foi perguntado sobre estes trabalhos aparecem algumas reflexões:

Estas criações aí são umas besterinhas que a gente gosta de ter no quintal. Às vezes esses animais é só para gente ter trabalho, mas é costume da gente mesmo (Entrevista nº 4/pesquisa de campo/2000).

Quando perguntado se estas criações tinham importância na alimentação grande parte das mulheres e dos homens responderam que sim, pois isto evita que tenham que pegar tudo da cooperativa o que representa um adiantamento maior no final do mês.

Em relação ao trabalho feminino na cooperativa, alguns homens acreditam que as mulheres poderiam ter uma participação mais ativa no setor produtivo e que para elas sempre restam os trabalhos mais difíceis.

Veja uma coisa engraçada. Quando não tinha luz e era tudo mais difícil eram as mulheres que faziam a ordenha. Agora que tá tudo mecanizado só os homens fazem isso e ainda, o trabalho mais pesado de lavar as tarras e o estábulo são as mulheres que tem que fazer, quer dizer, o que é mais ruim (Entrevista nº 7/pesquisa de campo/2000).

Esse nível de reflexão não foi percebido entre o próprio grupo de mulheres. Para elas, eram os afazeres domésticos que não permitiam seu ingresso em outras atividades, o que não era visto por elas necessariamente como um prejuízo. Contudo, eram na maioria dependentes financeiramente de seus maridos que tinham mais horas trabalhadas e conseqüentemente maiores ganhos. Seu adiantamento mensal era visto apenas como um complemento na renda familiar.

Em relação a estrutura do assentamento as moradias eram em geral melhores que em 1997. Tinham luz e o abastecimento de água deixou de ser um problema. Eram moradias de madeira em estado médio de conservação e a maioria não tinha banheiro dentro de casa. Pelo menos metade das famílias tinham televisão e antena parabólica. Quase todas possuíam máquina de lavar roupa. Ainda que existissem famílias em situação precária as que estavam há mais tempo no assentamento conseguiram uma certa melhoria na qualidade de vida. Apesar dos diversos discursos no âmbito da cooperativa sobre a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos assentados, aquelas pessoas que conseguiram comprar o material necessário para construção de suas casas tiveram que contratar mão-de-obra externa para empregar na obra. Não houve sequer um acordo para que organizassem um mutirão e construíssem as casas de forma mais rápida e menos onerosa.

No que concernia a subsistência das famílias essa era assegurada parte por subsídios da cooperativa e parte pelas hortas e criação de pequenos animais a que cada família conquistou o direito de ter individualmente. Para cada 100 horas trabalhadas, os sócios tinham o direito a 10 kg de carne. Existiam medidas equivalentes para outros produtos como arroz,

trocado com outro assentamento por produtos da COOPROSERP (as camisetas que faziam na malharia); a erva mate cultivada na área que era beneficiada na ervateira do MST e repassada aos assentados com preço de custo. A única fonte de renda monetária na época, como se viu anteriormente, era o dinheiro advindo da venda do leite. Eram R\$ 1200 mensais distribuídos entre as famílias. O valor médio pago por hora nos últimos três meses anteriores a pesquisa de campo (maio, junho e julho) foi de R\$ 0,59. O leite era comercializado com a COAPRA (cooperativa regional de comercialização ligada ao MST) em Pitanga. O restante do lucro obtido com as demais atividades desenvolvidas pela cooperativa era todo empregado no pagamento das dívidas feitas desde o início da organização. Aliás, este era, segundo o depoimento dos assentados o maior problema da cooperativa. Quando os investimentos foram realizados haviam 31 pessoas responsáveis pelo financiamento e neste período, eram 18 pessoas responsáveis pelo pagando destas dívidas. As horas trabalhadas continuavam sendo controladas pelos coordenadores de cada setor. Também foram adotadas algumas estratégias para fazer com que algumas pessoas se envolvessem mais com os trabalhos da cooperativa: para cada três dias que se falte ao trabalho na cooperativa será descontado dos dias já trabalhados.

Em relação as linhas de produção, muitas foram abandonadas por falta de pessoal que se responsabilizasse por elas. Grande parte da produção ainda estava concentrada na lavoura , nas culturas de soja e milho conforme pode-se ver pelo mapa II nos anexos.

Na pecuária destacavam-se a bovinocultura leiteira com uma produção de aproximadamente 300 litros/dia e a suinocultura. Os assentados fizeram a opção de acabar com o gado para corte (mantendo somente alguns animais para consumo). Acabaram adotando o sistema de inseminação artificial para melhor controlar a natalidade bovina e também melhor qualidade dos animais. Na criação de suínos embora existisse uma quantidade muito grande de animais, era a atividade que mais dava prejuízo, segundo os responsáveis pelo setor, pois os animais demandavam uma grande quantidade de alimentos. A época da pesquisa de campo tinham a intenção de se desfazer de grande parte destes suínos.

Na avaliação dos assentados, o maior problema da cooperativa ainda era o pagamento das dívidas. Acreditavam nas chances de prosperarem na cooperativa, pois as famílias que restaram tinham de fato, muita vontade de construir o coletivo. O maior sonho de todos os assentados era que os filhos pudessem estudar, mas que permanecessem na agricultura e administrassem a cooperativa, pois eles sim *vão colher os frutos que nós plantamos*<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Fala de um dos sócios durante a reunião de avaliação da cooperativa.

Em geral o projeto coletivo que os agricultores e agricultoras estavam gestando na COOPROSERP não correspondia mais aquelas grandes linhas pensadas inicialmente para as CPAs. Sem grandes incursões teóricas, com a simplicidade inerente do povo do campo queriam apenas, viver tranqüilamente suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de cooperação agrícola que surgiu no âmbito do MST se remeteu, inicialmente, à formas de ajuda mútua empreendidas pelos sem-terras nos acampamentos e no início de estruturação dos assentamentos como mecanismo de defesa da terra conquistada. No processo de organização e estruturação deste movimento, este conceito de cooperação ganhou novas nuances e passou a designar um conjunto de ações encadeadas que organizou não somente a esfera produtiva, mas outras esferas da vida cotidiana no assentamento. Uma cooperação construída com bases em diferentes representações e informada por uma diversidade de atores sociais com diferentes níveis de envolvimento com o movimento.

A reconstrução da trajetória do conceito de cooperação agrícola permitiu neste trabalho, identificar as visões de mundo que inspiraram determinadas ações deste movimento, principalmente aquelas que se referiam à proposta de organização das Cooperativas de Produção Agropecuárias. Além disso, foi possível perceber como estas representações se traduziram ao nível da vida cotidiana nos assentamentos de reforma agrária.

Recoloca-se nesse nível o problema dessa pesquisa: em que medida a proposta de coletivização adotada pelo MST favoreceu a viabilização do assentamento e em que medida ela se tornou um entrave para esta viabilização?

Esta questão abre espaço para que se possa refletir futuramente, sobre que tipo de viabilização está se falando, ou ainda, quais as dimensões que essa viabilização assume quando se tem um empreendimento dessa natureza? Acredita-se que uma discussão desse nível deve-se envolver, de forma interdisciplinar, um grupo de pessoas comprometidas com os temas rurais com o objetivo de analisar essa viabilização em seu conjunto. Quão sustentáveis são estas cooperativas do ponto de vista social, econômico, ambiental e cultural? Existem diferenças fundamentais entre um assentamento próspero e uma cooperativa em vias de desenvolvimento? Essas são algumas questões básicas para que se possa avançar na discussão sobre estas estratégias de organização.

Da perspectiva que se baseou esta análise pode-se ressaltar que o empreendimento cooperativo favoreceu de certo modo, o fortalecimento das relações entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados, criando uma nova sociabilidade e possibilitou ainda a

manutenção de grande parte de jovens na escola etc. No entanto, o fato dos agricultores terem sido resocializados em relações deste nível não implicou na sua transformação em *trabalhadores coletivos*. Sem dúvida recriaram-se “novos homens e novas mulheres” imbuídos de uma nova mentalidade, mas não necessariamente uma mentalidade de empresa social que se buscava criar a partir da proposta de coletivização. Embora se tenha procurado desenvolver nestes agricultores uma cultura empresarial a partir do modelo organização produtiva baseado nas CPAs, a própria representação de parte deles sobre o que seria a cooperativa ainda está associada a idéia de uma estrutura familiar como se pode observar.

Contudo, foi possível uma mudança significativa na formas destes agricultores e agricultoras perceberem o mundo, ampliou-se o leque cultural, mas a natureza da relação com a terra, com o trabalho e os objetivos da produção agrícola permanecem as mesmas, uma relação do tipo familiar.

Nesse sentido, a idéia de coletivização adotada pelo MST tolheu em certa medida, as possibilidades de desenvolvimento da COOPROSERP enquanto estratégia econômica, política e social. Em termos econômicos por que a cooperativa vive um grande paradoxo; ela se quer socialista, mas por outro lado têm que se integrar num mercado capitalista para garantir sua sobrevivência. Esse paradoxo faz com que a cooperativa não consiga se viabilizar economicamente enquanto empresa capitalista e tampouco viabiliza a vida dos agricultores e agricultoras no nível desejado. Num outro plano que se poderia chamar de simbólico, esta concepção coletivista na maioria das vezes, suprime os objetivos individuais em favor dos objetivos coletivos. Neste contexto não cabe mais a categoria – trabalhador e trabalhadora rural – e sim, o cooperado. Faz-se uma confusão entre aquilo que é **individual**, próprio e particular de cada um, com **individualismo**, numa visão em que o agricultor é tido como um ser incapaz de pensar em qualquer tipo de cooperação (NAVARRO, 1995).

No que tange o aspecto social, o que se coloca como uma questão premente é o baixo nível da qualidade de vida dos sócios da cooperativa em relação ao que se pretendia quando se iniciou a proposta de coletivização. Por outro lado os níveis educacionais apontam progressos bem significativos. O fato de não haver nenhum jovem fora da escola é uma grande conquista.

A coletivização no aspecto cultural acaba homogeneizando culturas distintas, níveis diferentes de instrução, diferentes formas de conhecimento agrícola e diferentes sonhos, despersonalizando o agricultor. No plano político, a vantagem preconizada pelo MST nem sempre ocorre, pois muitos sócios da cooperativa adotam a resignação como uma estratégia que lhe permita continuar na cooperativa sem a necessidade de enfrentar situações

conflitantes. Também os espaços para participação política acabam sendo restritos a um número reduzido de pessoas, geralmente as que têm melhor nível de instrução como ficou evidente no trabalho de campo. Vista por este prisma, a cooperação pode, ao invés de alicerçar a base de uma produção econômica viável no assentamento, provocar uma agressão na história social dos agricultores e por consequência tornar-se inoperante, tanto por se colocar tarefas inatingíveis para a maioria do grupo, quanto - e em parte justamente por isto - por repor incessantemente as condições de conflito.

Com estas reflexões não se pretendeu traçar uma geografia dos conflitos originados no âmbito das COOPROSERP, mas buscar desvendar as significações reais dessa forma de organização do ponto de vista daqueles que estão vivendo esta estória. E desse ponto de vista espera-se que o modelo de CPA seja repensado, procurando abrir um espaço onde outras variáveis da vida dos agricultores possam ser incorporadas redefinindo estratégias dentro das condições reais de existência, como propôs KARL MARX (1991) *é preciso que nos desfaçamos das ilusões que temos a nosso respeito*.

Compreende-se que a emergência da situação contribuiu para que o MST adotasse uma proposta de CPA rígida e ortodoxa como no caso da COOPROSERP. Contudo, agora nada impede – fora suas amarras ideológicas - que a idéia de cooperativa seja retrabalhada ao nível das necessidades vividas pelos agricultores, sem com isso incorrer no risco de estar estimulando o individualismo ou estar indo contra o propósito mais geral de luta pelo socialismo. Somente assim a COOPROSERP poderá se tornar um espaço para o exercício da democracia, um espaço de vida e de trabalho para seus próprios atores sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Os núcleos de reforma Agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira. In: FERREIRA, Angela D.D. BRANDEBURG, Alfio (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba, UFPR, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Acampar: nova forma de luta. In: REVISTA DA ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA/ ABRA. Campinas, Juruês, ano 15, nº 2, maio/julho, 1985.

BASTOS, Elide Rugai. Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984

BONIN, Anamaria et alii; A luta pela terra como estratégia social dos agricultores: Desafios e Perspectivas. In: A AGRICULTURA BRASILEIRA NOS ANOS 90 (Anais). Curitiba, UFPR, 1991.

BONIN, Anamaria; FERREIRA, Angela D.D.; GERMER, Claus. A luta pela terra no Paraná Recente. In: PAZ, Francisco (org.) Cenários de Economia e Política. Curitiba, Prephácio, 1991.

BONIN, Anamaria; FERREIRA, Angela D.D, TORRENS, João C. S., KERSTEN, Márcia S. Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida. In: Movimentos Sociais no Campo. Curitiba, Criar, 1987.

BOURDIEU, PIERRE. El oficio de Sociólogo, presupostos epistemológicos. México, Siglo XXI, 1975.

BOUDON, Raymond. Ação In: Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995

CAVA, Ralph D. A Igreja e a Abertura 1974-1985. In: Igrejas nas Bases em Tempo de Transição. Porto Alegre, CEDEC, 1986.

CHAYANOV, A. V. La Organización de la unidad económica campesina. Traducción de Rosa Maria Russovich. Bueno Aires: Ediciones Nueva Visión, SAIC, 1974

HAZEL, R. Movimentos Sociais In: Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

CPT/MASTRO, O que diz a lei dos homens? Livreto, 1981.

COOPROSERP. ATA DA COOPERATIVA. Vários anos.

D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Edgard. Nós cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo, Paz e Terra., 1995.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO, Silva da e STOCHE. A questão Agrária. São Paulo, 1981.

ESTERCI, Neide . Cooperativismo e Organização no Campo. In : Questões sobre a prática da Igreja Popular. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.

FERREIRA, Angela. Movimentos sociais no meio rural paranaense. In: Movimentos sociais no campo. Curitiba, Criar, 1987.

FERREIRA, Angela; SCHIMANSKI, Édina; SOUZA, Cimone R. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: construção do socialismo e sustentabilidade. Texto aceito para o II Congresso Europeu de Latinoamericanistas, Halle, Alemanha, 1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 3ª Edição, Editorial Graal. RJ, 1982.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: BOUDON, R. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995

GAIGER, Germany. Agentes religiosos e agricultores sem terra no sul do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1987.

GERMANI, Guiomar. Os expropriados de Itaipu. Porto Alegre, UFRGS, 1981. Tese

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre, UFRGS, 1994.

GRZYBOWSKY, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.

INCRA/PNUD. Relatório de Viabilidade sócio-econômica do Assentamento Novo Paraíso, 1994

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KLEBA, Jonh B. A cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina- Estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento Tracutinga. In: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA/ ABRA. Dionísio Cerqueira, Juruês nº 3, vol. 24, set-dez, 1984.

LÊNIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril, 1982.

\_\_\_\_\_ Sobre a cooperação. In: OBRAS ESCOLHIDAS. São Paulo, Alfa –Ômega, 1981.

\_\_\_\_\_ O programa agrário. In: OBRAS ESCOLHIDAS. São Paulo, Alfa –Ômega, 1981.

LIBARDI, Diócles; MAGALHÃES, Marionilde; PAULA, Nilson; WIRBISKI, Sérgio. Organização e reivindicação camponesa. In: PAZ, Francisco (org.) Cenários de Economia e Política. Curitiba, Prephácio, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_ O Manifesto do Partido Comunista. Textos, São Paulo, 1977.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. Lisboa, 1971

\_\_\_\_\_ O Capital Livro III, Vol.IV. São Paulo, Difel, 1982

- \_\_\_\_\_ Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Martins fontes, 1971
- MASTRO. TEXTO, Cópia Heliográfica, 1980.
- MEMÓRIA DO FIP. Cópia Heliográfica, 1992
- MST. Agenda Sem Terra, 1996.
- MST. Construindo o caminho. São Paulo, 1985.
- MST. Cooperação Agrícola. Caderno de Formação nº 20, agosto, 1993.
- MST. Como organizar os assentamentos individuais. Cadernos. de Formação s/n, 1994
- MST. Jornal Sem Terra. Agosto, 1995.
- MST. Uma concepção de desenvolvimento rural. Cópia Heliográfica , São Paulo, 1993
- MST. Concrab: Quatro anos de luta. REVISTA DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. São Paulo, 1986
- MORAES, Clodomir. Teoria Organizacional no Campo. Cadernos MST, São Paulo, 1986.
- NAVARRO, Zander. As Cooperativas de Produção: O caso da fazenda Nova Ramada. Caxambu. ANPOCS, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilze. Movimentos sociais: uma revolução no cotidiano? Florianópolis, UFSC, , 1995
- SHANIN, Teodor. Definiendo al campesinado. Conceptualizaciones y desconceptualizaciones. Pasado y presente em um debate MARXista. In: Agricultura e sociedade. nº 11, Revista del Ministério da Agricultura. Madrid, Espanã. pp 9-52, 1979
- SIZANOSKI, Raquel. O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuárias do MST. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis 1998.
- SILVA, Marcos Antonio da; SOLAK, Claodete Maria, SOUZA, Cimone Rozendo de. MARXismo e MST. Cópia Heliográfica, Texto de Conclusão da Disciplina Sociologia Rural, UFPR, 1995.
- STALIN, J. Sobre os problemas da política agrária na URSS. In: SILVA, J. G. e STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil. São Paulo,. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- TAYLOR, F. W. Princípios da administração científica. São Paulo, Atlas, 1992.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. Alianças e conflitos na mediação da luta pela terra no Paraná. Tese Mestrado. CPDA/UFRRJ, 1992

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Em busca da modernizade social:uma homenagem a Alexander V. CHAYANOV. In: FERREIRA, Angela D.D. BRANDEBURG, Alfio (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba, UFPR, 1998.

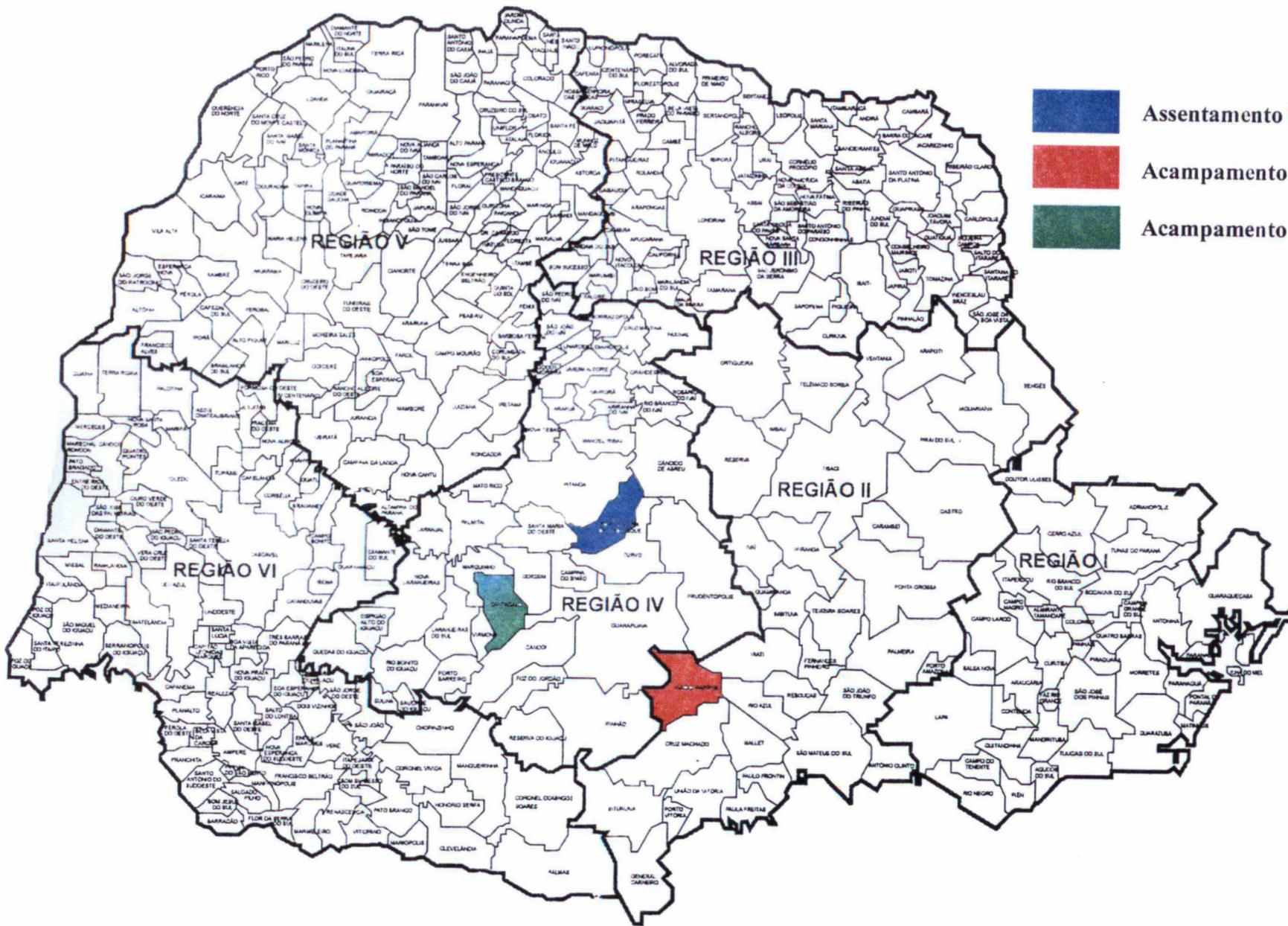
WESTEPHALEN, Cecília e BRASIL, Pinheiro M. História da Ocupação do Paraná. Boletim do Departamento de História da UFPR, Curitiba, 1968.

## **A N E X O S**

**Mapa I** –Localização dos acampamentos onde estavam os trabalhadores rurais antes de optarem pelo novo assentamento e localização do Assentamento Novo Paraíso.

**Mapa II** – Uso do Solo Safra 1999/2000.

# ESTADO DO PARANÁ



Assentamento Novo Paraíso



Acampamento Fazenda Pinheiros



Acampamento Cavaco II

Alto Alegre

COOPROSERP - Planejamento Safra 99/00

Linha Gaucha

